A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FAED/UDESC

(1963-2013): uma trajetória

Gislene Prim

Orientadora Dr.ª Vera Lucia Gaspar da Silva

Descrição das imagens da Capa:

Figura 1 – Estrutura interna da Escola Normal Catharinense

Fonte: Acervo do Museu da Escola Catarinense

Imagem contida na obra: TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; SCHEIBE, Leda; KOCH, Zenir Maria. (Org). **FAED/UDESC**: 50 anos de educação (1963-2013). Florianópolis: UDESC, 2014. p.174.

Figura 2 – Vista interna do novo prédio do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED – 2018

Fonte: www.udesc.faed.br Acesso em 20 de maio de 2020.

Figura 3 – Escola Normal Catharinense

Fonte: Acervo do Museu da Escola Catarinense

Imagem contida na obra: TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; SCHEIBE, Leda; KOCH, Zenir Maria. (Org). **FAED/UDESC**: 50 anos de educação (1963-2013). Florianópolis: UDESC, 2014. p.173.

Figura 4 – Centro de Estudos e Pesquisas (CEPE) nas dependências da FAED. Pesquisadoras do CEPE em reunião com Jacques Torfs (perito da UNESCO), Professor Sílvio Coelho dos Santos de costas, ao lado do Diretor da Faculdade de Educação Professor Osvaldo Ferreira de Melo.

Fonte: Acervo particular da Professora Zenilda Nunes Lins.

Imagem contida na obra: TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; SCHEIBE, Leda; KOCH, Zenir Maria. (Org). **FAED/UDESC**: 50 anos de educação (1963-2013). Florianópolis: UDESC, 2014. p.52.

GISLENE PRIM

A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FAED/UDESC (1963-2013): UMA TRAJETÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Drª. Vera Lucia Gaspar da Silva

FLORIANÓPOLIS, SC
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática
da Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Prim, Gislene

A disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia da FAED/UDESC (1963-2013): Uma trajetória / Gislene Prim. -- 2020.

125 p.

Orientadora: Vera Lucia Gaspar da Silva

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

1. Disciplina História da Educação. 2. Ensino. 3. Formação de Professores. 4.Curso de Pedagogia. 5. FAED. 6. Reformas Curriculares. I. Gaspar da Silva, Vera Lucia . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

GISLENE PRIM

A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FAED/UDESC (1963-2013): UMA TRAJETÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Banca Examinadora:

Orientadora:

_____
Profª. Drª. Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

_____
Profª. Drª. Maria do Carmo Martins
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – SP

_____
Profª. Drª. Marilândes Mol Ribeiro de Melo
Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

_____
Profª. Drª. Gisela Eggert Steindel
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

_____
Profª. Drª. Julice Dias
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (Suplente)

Florianópolis, 09 de julho de 2020

Dedico esta caminhada.....

Aos meus pais Maurino e Clotildes e à minha irmã Karina, pelo constante incentivo!

Às minhas sobrinhas Emanuela e Anabela, pela alegria de seus sorrisos!

Ao meu esposo Charles, pelo companheirismo!

À professora (Tia Maria) por me ensinar a ler e escrever e à professora Vera por acreditar neste trabalho e na minha vontade de realizá-lo.

A todos os profissionais da educação formados pelo Curso de Pedagogia da FAED, que, assim como eu, comprometem-se com a educação pública.

AGRADECIMENTOS

Obrigada a todas as pessoas que contribuíram para meu sucesso e para meu crescimento como pessoa. Sou o resultado da confiança e da força de cada um de vocês.
Augusto Branco

Sou muito grata à Professora Vera Lucia Gaspar da Silva, pela seriedade de seu trabalho como docente do ensino superior, suas aulas e orientações fizeram parte da constituição deste trabalho e também de meu crescimento acadêmico e profissional.

Às professoras Gisela Eggert Steindel, Julice Dias, Maria do Carmo Martins e Marilândes Mol Ribeiro de Melo, por, juntamente com a professora Vera, comporem a banca do exame de qualificação e de defesa, com importantes contribuições e aprendizados em cada etapa da realização deste trabalho.

À instituição UDESC e à FAED, que têm contribuído com a minha formação acadêmica, profissional e pessoal desde a graduação. Em especial à diretora-geral, professora Julice Dias, por oportunizar meu afastamento para realização deste estudo, ao professor Celso João Carminati e aos demais diretores, chefes de departamento (professores Divino Ignácio Ribeiro Junior, Jimena Furlani, Luciana Rossato e Rodrigo Pinheiro Ribas) e colegas técnicos universitários, pelo suporte: Maristela Coelho (RH), Gabriela Vieira (DEG), Carolina Hommerding (Concentro), Scharlene Clasen e Christian dos Santos Souza (Secretaria do PPGE), Vanilda Machado (Arquivo), Murilo de Souza Cargnin e Raul Herculano Arendartchuk (Secretaria dos Conselhos Superiores). Fabiana Teixeira da Rosa, pelo incentivo e apoio no percurso desde a realização do projeto de pesquisa.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa “Objetos da Escola”, pelas trocas e amizade: Ana Paula de Souza Kinchescki (também pelo rico aprendizado com a realização do estágio-docência), Carolina Ribeiro Cardoso da Silva, Danielly Samara Besen, Dilce Schueroff, Gustavo Rugoni de Sousa e Luiza Pinheiro Ferber.

Às professoras que ministraram disciplinas no PPGE e contribuíram em nosso processo de formação: Alba Regina Battisti de Souza, Julice Dias e Sílvia Maria Fávero Arend (também pelo olhar atento aos nossos projetos de pesquisa).

Às colegas da linha de pesquisa Cristina Aparecida Mendes Makowiecki e Fabiana Ferreira Martins, por realizarmos juntas descobertas na História da Educação e entrelaçar ideias sobre nossos projetos.

À Graziele Nack pela competência e seriedade na revisão do texto.

Ao meu esposo Charles Feliciano, pelo carinho e apoio em todo o processo.

Às crianças da minha vida: as sobrinhas Emanuela Prim dos Santos, Anabela Prim dos Santos e Lívia de Souza Feliciano, e o enteado Ícaro de Jesus Feliciano, por me alegrarem com seus sorrisos e abraços.

Aos meus pais Maurino Prim e Clotildes Szgdlowski, pela humildade e valorização dada ao trabalho e à continuidade dos estudos.

Às famílias Prim e Feliciano, pelo incentivo e apoio sempre.

Muito obrigada! Gratidão!

RESUMO

O presente trabalho tem como temática a trajetória da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), desde a criação do Curso em 1963 até 2013, quando houve a implantação da última reformulação curricular. O principal objetivo é compreender a trajetória e o lugar da disciplina História da Educação com base nas alterações curriculares, identificando permanências e mudanças nos contornos dessa disciplina nesse curso. Como objetivos específicos, buscou-se: a) identificar mudanças e permanências em relação às ementas, aos conteúdos, à metodologia e às referências bibliográficas no ensino da disciplina História da Educação; e b) conhecer a relação entre a disciplina História da Educação e a formação de professores no curso de Pedagogia da FAED/UDESC entre 1963 e 2013. Para a pesquisa foi delimitado um período de 50 anos, tendo como balizas as reformas curriculares. As análises foram feitas com base em fontes documentais disponíveis em arquivos da FAED e na Secretaria dos Conselhos Superiores da UDESC. No corpus documental destacam-se os Planos de Ensino da Disciplina, Matrizes Curriculares do Curso, Processos de Alteração Curricular, além da legislação educacional para formação de professores nos âmbitos nacional, estadual e institucional. Foram identificadas onze alterações curriculares no período (1963-2013), tendo sido objeto de análise três delas, aprovadas nos anos de 1985, 2002 e 2011. Tal escolha se deve ao fato de terem sido essas as que envolveram mudanças na trajetória da disciplina História da Educação. Para compor o contexto da disciplina, optou-se por uma composição, ainda que superficial, das primeiras iniciativas do Estado para formação dos profissionais da educação, desde a Escola Normal ao curso de Pedagogia, mais especificamente a Escola Normal Catharinense e o Curso de Pedagogia da FAED, objeto deste estudo. As análises produzidas estão ancoradas em estudos dedicados ao ensino e à disciplina de história da educação, a questões curriculares e aspectos da formação de professores. No percurso da pesquisa, identificou-se que a disciplina História da Educação é considerada no currículo como introdutória a outros estudos da área da educação, cabendo-lhe fornecer uma base contextual da origem das questões educacionais. Reafirma-se neste trabalho que as disciplinas constituem um grupo de saberes, e o seu lugar no currículo é objeto de questionamentos e disputas.

Palavras-chave: Disciplina História da Educação. Ensino. Formação de Professores. Curso de Pedagogia. FAED. Reformas Curriculares.

ABSTRACT

The theme of this study is the History of Education's trajectory in the Pedagogy Course of FAED (Human Sciences and Education Center), at UDESC (Foundation of Santa Catarina State University), since the foundation of the Course in 1963 until 2013 when the last curriculum reformulation was implemented. The main objective of this study is to understand the trajectory and the position of the History of Education subject based on curricular changes, identifying the themes that remain and those one that were removed of the subject in the contours of this course. The specific objectives of this study are: a) to identify changes and the items that remain in relation to the summary, contents, methodology and bibliographic references in the History of Education teaching; b) to know the relationship between the subject History of Education and the teachers education in the Pedagogy Course of FAED/UDESC between 1963 and 2013. The survey looked at curriculum reforms over a 50-year period. This study analyzed documentary sources available in FAED archives and in the Superior Council Secretariat of the University. The documentary corpus highlights the Teaching Curriculum Plans, Course Curriculum Matrices, Curriculum Change Processes, besides to the educational legislation for teacher's education at the national, state and institutional levels. This study identified eleven curricular changes in the period (1963-2013), and three of them that were analyzed were approved in 1985, 2002 and 2011. This choice is due to the fact that these were the ones that involved changes in the trajectory of the History of Education subject. The study structured, even if in superficial way, through the analysis of the first State initiatives to train professionals of education, from the Normal School to the Pedagogy course, more specifically the Catharinense Normal School and the FAED Pedagogy Course. The observation of this work is based on studies dedicated to teaching and to the subject of History of Education, curriculum issues and aspects of teacher education. The research could identify that the subject History of Education is considered an introductory for the study of other subjects in the education area, providing it as a contextual basis of the origin of educational issues. The study ratifies that the subjects constitute a group of knowledge, and the place of them in the curriculum is the cause of questions and disputes.

Keywords: History of Education Discipline; Teaching; Teacher Trainig Pedagogy Course; FAED; Curricular Reforms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Currículo do curso de Pedagogia – FAED, 1964 69
Figura 2 – Aprovação do Currículo do curso de Pedagogia – FAED, 1965 (Continua).....70
Figura 3 – Encaminhamento do currículo de Pedagogia, 1965.....72
Figura 4 – Lista de docentes do curso de Pedagogia, 1966 74
Figura 5 – Atestado professor Nelson Luiz Teixeira Nunes, 1967.....75
Figura 6 – Carta enviada a EDART- Paraná 76
Figura 7 – Relação dos professores da Faculdade de Educação 77
Figura 8 – Proposta de Resolução nº 02/71.....80
Figura 9 – Novo currículo para o curso de Pedagogia, 1971 (Continua).....81
Figura 10 – Grade curricular proposta organizada por fases, 2002 93
Figura 11 – Matriz curricular proposta, 2009.....99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produções referentes à disciplina História da Educação, publicadas em periódicos científicos entre 2006 e 2017 (Continua) 25

Quadro 2 - Teses referentes à disciplina História da Educação entre 2012 e 2015 29

Quadro 3 - Dissertações referentes à Disciplina História da Educação entre 1995 e 2005: 30

Quadro 4 - A emergência das Escolas Normais nas diferentes Unidades Federativas (Continua).....36

Quadro 4 - A emergência das Escolas Normais nas diferentes Unidades Federativas (Conclusão) 37

Quadro 5 - Currículo dos Cursos de Formação de Professores em Santa Catarina: 1883-1946 (Continua).....38

Quadro 5 - Currículo dos Cursos de Formação de Professores em Santa Catarina: 1883-1946 (Conclusão) .....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 6 - Ginásio Normal (1º ciclo).....54

Quadro 7 - Habilitação para o Magistério de 1º grau – 1ª a 4ª série - Total do curso (previsto): 2.700 horas (Continua).....59

Quadro 7 - Habilitação para o Magistério de 1º grau – 1ª a 4ª série - Total do curso (previsto): 2.700 horas (Conclusão) 60

Quadro 08 - A disciplina História da Educação nos currículos dos Programas de Pós-Graduação em Educação (2002-2009).....65

Quadro 9 - Disciplina História da Educação nos currículos do curso de Pedagogia da FAED (1963-2013): 100

Quadro 10 - Comparativo das principais Referências Bibliográficas (Continua) 101

Quadro 11 - Disciplina História da Educação entre os anos de 1990 e 2013 mediante as alterações curriculares que a envolveram (Continua).....104

Quadro 12 - Docentes: Disciplina História da Educação (1966-2013) (Continua)...106

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAD – Centro de Educação a Distância

CEE – Conselho Estadual de Educação

CEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais

CFE – Conselho Federal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

Consuni – Conselho Universitário

Consepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Concentro – Conselho de Centro

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FAED – Faculdade de Educação – Centro de Ciências Humanas e da Educação

FESC – Fundação Educacional de Santa Catarina

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IEE – Instituto Estadual de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUni – Programa Universidade para Todos

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 DA ESCOLA NORMAL AO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA 33
2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL CATHARINENSE 48
2.2 O CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO 55
2.3 A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 61
3. O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO 64
3.1 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA DISCIPLINA A PARTIR DE ALTERAÇÕES CURRICULARES 88
CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO E SUAS PERSPECTIVAS..... 112
REFERÊNCIAS..... 115

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como temática a trajetória da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), desde a criação do Curso em 1963 até 2013, quando houve a implantação da última reformulação curricular.

A motivação para este trabalho surgiu em 2017, quando me matriculei como aluna especial na disciplina História da Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República, na 1ª fase do curso de Pedagogia da FAED/UDESC.

Os dois primeiros textos abordados na disciplina realizaram as aproximações iniciais com a área da História da Educação. São eles: “História, Memória e História da Educação”, escrito por Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2005), e “Fontes e História da Educação”, de autoria de Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão, como parte do livro “História da Educação” (2005). Com essas leituras, iniciei minhas primeiras reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa em História da Educação, diversidade de fontes, suas intencionalidades e a disciplina História da Educação no processo de formação de professores.

A atividade proposta como trabalho final da disciplina foi a elaboração de uma narrativa memorialística sobre a entrada na escola, com uma descrição detalhada da instituição, da professora, dos materiais, das atividades e tudo que pudesse nos fazer relembrar essa experiência.

Para realização dessa narrativa, a primeira imagem relembrada foi a da Tia Maria (Dona Maria da Costa), minha professora da 1ª série do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Professor Alexandre Sérgio Godinho, localizada em Biguaçu, Santa Catarina. Essa professora teve grande influência e participação na minha história, pois me despertou, na infância, no início da vida escolar, a vontade de aprender e ensinar, manifestando sensibilidade às especificidades de cada criança, com um olhar atento e afetuoso sob a forma como cada uma delas se desenvolvia.

O exercício de rememorar a infância e a trajetória escolar, o processo de alfabetização, a escola, as pessoas, fez com que, nessa fase adulta, eu vivesse uma nova experiência: a de lembrar um passado que está muito presente em mim, e que me despertou a vontade de aprofundar os estudos na área de História da Educação, pois considero que tal área confronta os conhecimentos estabelecidos, desestruturando-os e construindo outras reflexões e saberes.

Tive uma experiência instigante e prazerosa ao perceber nos colegas de classe as descobertas teóricas do início da formação profissional que a disciplina promoveu. Muitas foram as reflexões teóricas e práticas a partir de autores/pensadores da educação. Foi gratificante estar junto, acompanhar e participar, no decorrer de um semestre, do desenrolar da disciplina, e perceber o nosso enriquecimento profissional e pessoal. Foi uma experiência distinta da vivida anteriormente, quando cursei Pedagogia na mesma instituição.

Reconheço, nos dias de hoje, que, no ano de 2001, a escolha pela realização do curso de Pedagogia na UDESC deveu-se, em grande parte, à minha trajetória como estudante nas instituições da rede pública estadual.

Entre os anos de 2006 e 2013, atuei como professora das séries iniciais e como supervisora escolar das redes municipais de educação de Florianópolis e Biguaçu, ambas localizadas no Estado de Santa Catarina. Nesses espaços pude vivenciar os desafios e as possibilidades de trabalho em instituições de educação pública, com a constante busca pela articulação pedagógica entre os integrantes da comunidade escolar, principalmente os docentes e as famílias dos estudantes, com vistas ao desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem mais significativo. Nesse período percebi que a escola é um espaço privilegiado de troca de saberes e, consequentemente, aprendizagens. Um lugar ativo, de construção e desconstrução de múltiplos saberes, onde cada integrante da comunidade escolar contribui para a relação dinâmica que o conhecimento promove.

Ao final de 2013, tornei-me servidora técnica universitária na FAED/UDESC, com enorme satisfação por retornar ao local de formação e poder contribuir com o desenvolvimento das atividades inerentes ao ensino superior público. Nessa caminhada acadêmica e profissional, percebi que o

processo educativo, da educação infantil ao ensino superior, está em constante movimento.

A aproximação ao local de início da formação acadêmica permitiu-me oportunidades de vivência com os professores do Centro de Ensino e de acompanhamento de suas atividades na docência do ensino superior, dentre elas: aulas na graduação e na pós-graduação, estágios supervisionados, trabalhos de conclusão de curso, eventos acadêmicos e reuniões dos colegiados dos departamentos e do Conselho de Centro (Concentro). Essa experiência se deve à minha atuação profissional no setor nomeado como Secretaria dos Departamentos, um local que realiza o atendimento às principais demandas dos professores que lecionam nos cursos de graduação do Centro. Considero que as atividades desempenhadas no setor foram muito mais do que exigências burocráticas, foram experiências de compartilhamento de tarefas entre docentes e técnicos, significativas para despertar a vontade de aprofundar os estudos e dar continuidade à formação acadêmica, para, assim, desempenhar com maior confiança as atividades inerentes ao setor e à educação superior.

Mas o que estudar? A Educação e a Pedagogia são áreas muito amplas, e muitos são os estudos realizados ali. São áreas que estão constantemente se reinventando com pesquisas, produções, experiências educativas com públicos diversos, desde crianças e jovens até adultos, que fazem com que profissionais e estudantes repensem suas formas de ensinar e aprender.

Nesse processo de busca da retomada e do aprofundamento dos estudos, a área da História da Educação foi a que me encantou e instigou a conhecer mais sobre a constituição da escola e do ensino, a formação do professor e dos estudantes e a história da educação brasileira e catarinense.

Assim se configurou a proposta para seleção de ingresso no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação/UDESC (PPGE/UDESC), com a intenção de compreender a trajetória da disciplina História da Educação nos currículos do curso de Pedagogia da FAED/UDESC desde a sua criação, em 1963, até o ano de 2013, quando foi implantada a última alteração curricular. Para isso, foi essencial considerar nesta análise, as ementas, a bibliografia utilizada e a carga horária destinada à disciplina.

Para reaproximar-me das leituras e dos estudos da área, em 2016 cursei como aluna especial a disciplina História da Profissão Docente: memória de professores, no curso de Mestrado em Educação do PPGE/UDESC. Uma disciplina cativante para todos, pois nos fez compreender que a História da Educação é, também, uma história de vida, de professores, com descontinuidades e permanências, com lutas e com enfrentamentos sociais e políticos em cada período histórico.

Nesse sentido, como nos faz refletir Denice Barbara Catani, Belmira Bueno e Cynthia Sousa (2000, p. 165), tornou-se essencial na História da Educação e na História da Profissão Docente:

> (...) mostrar que muitos aspectos envolvidos nas imagens e representações sobre o professor estão enraizadas nas experiências infantis e na cultura do ensino, forjadas, especialmente, no contato e na convivência dos indivíduos com a própria escola. Diferentemente do que se poderia supor, tais experiências não desaparecem da história do sujeito. Embora pouco visíveis, pode se dizer que, de algum modo, permanecem vivas e atuantes ao longo da formação, dando suporte às relações que paulatinamente o aluno, mais tarde, professor, acaba por estabelecer com a escola e com o conhecimento ao longo da vida.

Foi nesse momento, novamente estudante, que surgiram novas leituras, descobertas, inquietações e possibilidades de desenvolver um projeto de pesquisa de Mestrado, um objetivo que começava a se aproximar e a tornar-se possível.

No segundo semestre do mesmo ano, cursei também como aluna especial no PPGE/UDESC a disciplina Cultura Material, Patrimônio Educativo e Educação. Mais uma valiosa oportunidade de fazer parte de um grupo de mestrandos e doutorandos, em sua maioria, para aprendermos juntos a cada encontro uma temática diferente acerca da história da educação brasileira e catarinense. Ampliamos conceitos importantes nessa área do conhecimento e fizemos importantes articulações entre a escola e as políticas públicas para educação, que mantêm um forte diálogo.

Como já citado acima, ainda buscando aprofundar as discussões das temáticas do campo da História da Educação, no segundo semestre de 2017 matriculei-me como aluna especial na disciplina História da Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República, na 1ª fase do curso de Pedagogia da UDESC. Disso se fez meu interesse em ingressar no Mestrado em Educação do PPGE da FAED/UDESC, porque foi nesse espaço, e com

muitos dos seus servidores, que me constituí profissional, que percebi a educação como forma de atuar no mundo. Trata-se de uma instituição pública de qualidade, que tem grande compromisso com a formação de professores para todas as etapas da educação, e que valoriza e luta pela democratização da escola pública.

Ingressar na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação e no grupo de pesquisa Observatório de Práticas Escolares através da Equipe dedicada aos estudos dos “Objetos da Escola”, nos dois anos de curso, promoveu uma aproximação com outros estudos e leituras que muito me instigaram e ampliaram os conhecimentos na área. Considerando que a História da Educação está sempre aberta às pesquisas, sejam de temas já pesquisados, para sua ampliação ou para outras reflexões e pela trajetória percorrida, intenciono estudar, pesquisar e divulgar a história da educação brasileira e catarinense.

Foi possível viver a experiência da pesquisa e seus desafios, investigar para conhecer e se reconhecer na História da Educação, na influência e na importância da disciplina na formação dos professores. Compreender alguns aspectos significativos da disciplina História da Educação na formação de professores num passado recente de implantação da disciplina, numa reflexão sobre a história da História da Educação nos currículos do curso de Pedagogia da FAED/UDESC.

Nesse contexto, o problema da pesquisa que aqui se apresenta configura-se da seguinte forma: qual é a trajetória da disciplina História da Educação nos currículos do curso de Pedagogia da FAED/UDESC entre os anos de 1963 a 2013, diante das alterações curriculares? Considera-se que essa construção ocorre a partir de exigências da legislação vigente, de docentes e discentes, numa relação contínua entre educação e sociedade.

Parte-se do pressuposto de que o passado nunca será conhecido completamente, que o que se descreve em História são fragmentos, uma narrativa do tempo passado escrita no momento presente.

De acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2008), ao escrever a história, construímos um discurso sobre o passado, a partir de questões formuladas para aquela época, para aqueles fatos. Nas narrativas históricas, o passado é

reinventado continuamente pelos historiadores. A escrita da História da Educação, a narrativa de seus acontecimentos, usos, fazeres, saberes, conflitos, consensos, suas disputas e reflexões representa um grande desafio na tentativa de conhecer um passado, buscar compreendê-lo, refletir, atuar no presente e avançar almejando um futuro com um processo educativo que tenha sentido para a vida em sociedade.

Propõe-se realizar uma narrativa histórica, um registro do passado a partir de dados obtidos com a pesquisa, o que gerará uma representação dos acontecimentos, a partir de alguns vestígios, não a totalidade dos fatos. Segundo Pesavento (2008, p. 36), “representação porque a narrativa histórica, tanto se coloca no lugar daquilo que aconteceu quanto lhe atribui um significado”. Sendo assim, na representação histórica apresenta-se uma construção de algo de outro tempo e espaço, jamais real e idêntico, pois não é possível essa totalidade.

Fazer história é tentar representar algo que já não é mais presente, as peças utilizadas são as fontes, que são aqueles traços, vestígios que foram deixados pelos sujeitos históricos e que não foram apagados pelo tempo. Cabe ao pesquisador transformar esses traços, que podem ser documentos (oficiais ou pessoais), objetos, memórias, todos fontes históricas, que serão a matéria-prima para (re)escrita da história, em nosso caso a história da educação. Nesse processo de pesquisar, Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001, p. 91-92) nos lembram que:

> O ponto de partida não é desse modo, a pesquisa de um documento, mas a colocação de um questionamento. (...), somente quando o historiador faz perguntas se inicia a produção da História. O documento em si não é história, não faz História.

Sendo assim, é fundamental explorar as fontes em quantidade e variedade, para que elas possam se relacionar e contribuir para a produção do conhecimento, a partir dos questionamentos do pesquisador. Como, também, conhecer o contexto político e social de produção e circulação do documento-fonte, para que ele adquira significado na escrita da história.

Nesse processo, é essencial que o historiador-pesquisador da educação escolha as fontes, que, como exposto anteriormente, serão a matéria-prima de sua pesquisa, confronte-as e considere o momento social e político em que

foram produzidas. Para que se possa compreender o contexto de sua produção, sua intencionalidade é fazer o uso adequado da fonte na argumentação da sua escrita histórica.

Entende-se que a escrita histórica é um caminho que se faz ao caminhar com as descobertas, dúvidas e confirmações obtidas com as fontes, com análise crítica e fundamentação teórica.

Fazer e conhecer a História da Educação permite que se tenha uma visão mais abrangente dos fenômenos educativos, pois se considera que a História da Educação (re)conta um passado e promove reflexões a partir das descobertas conseguidas com o auxílio das fontes. Elas podem ser os documentos oficiais produzidos pelo governo (ofícios, leis), objetos (móveis, ferramentas, utensílios) e a memória (fragmentos do pensamento, lembranças, recortes do passado que estão ligados ao presente de quem lembra e relata o passado), nesse caso, a memória dos professores e demais atores da educação.

Desse modo, entende-se que é pertinente a realização desta pesquisa para conhecer, documentar e divulgar a trajetória da disciplina História da Educação e, consequentemente, da formação dos profissionais da educação no cenário catarinense e brasileiro, e, com isso, incentivar novas pesquisas na área e ampliar as já existentes.

No processo da pesquisa desenvolvida, uma das principais fontes usadas foi a legislação vigente no período de estudo. Para tanto, ela será desnaturalizada para ser questionada (onde e como foi produzida, como foi recebida, imposta), pois a criação dos documentos oficiais é permeada pelas discussões do momento histórico, dos atores sociais que vivem naquele período e pelas suas experiências de vida (na família, no trabalho, na cidade, no país). São as experiências e o contexto em que elas se situam que constituem o desenvolvimento e o pensar da humanidade, como considera Jorge Nagle (1997, p. 212):

> É importante, em qualquer trabalho de história da educação, história da educação brasileira, descrever com clareza os diversos aspectos estudados e situá-los no seu contexto adequado, para assim, efetuar possíveis explicações e interpretações. O contexto permite qualificar ou requalificar os aspectos descritos, o que pode orientar o estudo para alterar significados ou encontrar novos.

É, também, no processo de pesquisa, para além dos aspectos legais, fundamental buscar compreender o contexto sociopolítico, econômico e

educacional do país e do Estado, pois todos esses aspectos estão interligados, atuam em conjunto e dão significado ao objeto de pesquisa e à tarefa de educar. Considera-se, ainda, que a história da educação é um terreno amplo, constituído de fatos, pessoas, ideias que se transformam para a construção de novas propostas educativas, saberes e práticas.

Sendo assim, o principal objetivo é compreender a trajetória e o lugar da disciplina História da Educação com base nas alterações curriculares, identificando permanências e mudanças nos contornos dessa disciplina no curso. Como objetivos específicos, buscou-se: a) identificar mudanças e permanências em relação às ementas, aos conteúdos, à metodologia e às referências bibliográficas no ensino da disciplina História da Educação; e b) conhecer a relação entre a disciplina História da Educação e a formação de professores no curso de Pedagogia da FAED/UDESC entre 1963 e 2013.

Metodologicamente, o presente estudo classifica-se de acordo com a abordagem qualitativa, por se tratar de uma metodologia que considera a atividade humana e a educação em seus aspectos subjetivos e interativos, em que há um interesse do pesquisador pelas interpretações e descrições da situação pesquisada.

Como método de investigação, propõe-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, tendo em vista que utilizará documentos como fonte principal para sua análise. Assim, buscar-se-á reconhecer continuidades e descontinuidades na trajetória histórica da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia.

Entende-se ser necessário construir uma reflexão sobre a trajetória da disciplina, olhando para o desenvolvimento do currículo, dela própria, dos conteúdos estudados e de aspectos que a compõem.

No processo de busca de fontes documentais no arquivo da FAED e também no arquivo dos Conselhos Superiores da UDESC, descobri-me pesquisadora da história da educação. A descoberta de cada documento colocou-me em diálogo com os objetivos da pesquisa e as reflexões teóricas a partir das leituras dos pesquisadores da área.

Diante das informações coletadas nas fontes documentais, foram identificadas onze alterações curriculares no período (1963-2013), dentre elas,

propõe-se analisar três, por terem sido essas as que envolveram mudanças na trajetória da disciplina História da Educação. São elas: em **1985,** por meio do Processo 942/85 e da Resolução 016/85 (Consepe); em **2002**, com o Processo 687/02 e a Resolução 021/2003 (Consepe); e **2011**, com o Processo 6561/2009, seguido da Resolução 055/2011 (Consuni).

Conhecer tal trajetória visa compreender a história da formação dos profissionais da educação e do curso de Pedagogia da FAED, para buscar contextualizar uma parte da história da educação catarinense. Procurar dar visibilidade ao percurso histórico do curso e da disciplina em específico, como forma de destacar sua pertinência, sua valorização no currículo e no processo de formação de professores, visto que ela é um importante elemento curricular.

Como já anunciado, a disciplina será o campo de investigação, desde sua ementa, seus conteúdos, suas referências bibliográficas e sua organização, num processo de reconhecimento de como se deu sua trajetória nos currículos do curso e contribuições/reflexões que promove na formação de professores.

Ao analisar a educação brasileira e catarinense por meio da História da Educação, percebemos que ela se constituiu e se modifica com as pessoas, com os lugares que elas ocupam como produtoras da história. Para Lopes e Galvão (2001, p. 24):

> A escola, núcleo resistente da sociedade, espaço feito de tijolos, ideias e virtualidades, mesmo se é “avançada”, mesmo se desfruta de meios de ensino de última geração, mantém seus atores e suas atrizes (ditos por alguns, agentes) em constante atuação, produzindo cenas que são a expressão de um conjunto de normas e regras que a sociedade e essa máquina chamada educação pensaram para eles.

Sendo assim, conhecer a história da educação é fundamental para formação do professor crítico e atuante, conhecedor da história do seu país, do seu estado e da sua profissão. É com estudos da área da História da Educação que se pode compreender com maior amplitude diversos aspectos da educação: legislação, formação de professores, espaço escolar, crianças, organizações, lutas, reflexões, estudos, teorias e metodologias, materiais, entre outros. É sendo um conhecedor da História da Educação que o profissional da área se vê criticamente e se posiciona frente aos desafios da profissão.

Certamente que se reconhece que nos estudos em História da Educação se faz necessário relacionar outras áreas das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, a Filosofia, a Antropologia para compreensão das mudanças sociais

no decorrer da história. A História da Educação, articulada a outras áreas, nos faz compreender os significados das legislações e ações educativas nos diferentes períodos históricos. Assim, repensar a disciplina é refletir sobre relações entre teoria e prática nos cursos de formação de professores, sentidos da disciplina e relações que ela estabelece. Conforme indica Clarice Nunes (2005, p. 35):

> Tanto no ensino quanto na pesquisa a História da Educação apresenta limites, possibilidades e questões. Os limites têm a ver com a própria constituição do seu campo e com a organização institucional que lhe dá suporte. As possibilidades se anunciam na tentativa de um exercício criativo em ambas as experiências. As questões são inúmeras, algumas antigas e para as quais ainda não temos respostas amplamente satisfatórias: como definir a História da Educação? Como trabalhar suas relações com as Ciências Humanas e/ou Sociais? Em que medida essa História é capaz de evidenciar o que seria específico dos processos de transmissão dos saberes/fazeres em qualquer sociedade?

Acredita-se que conhecer com maior profundidade a trajetória da disciplina História da Educação poderá promover uma maior valorização dessa nos cursos de formação de professores, também a renovação das referências bibliográficas, a ampliação dos temas de pesquisa e produção na graduação e na pós-graduação. Ainda, para que o ensino promovido pela disciplina alimente as investigações/pesquisas e, como já dito anteriormente, para que os profissionais da educação em formação ou já em atuação se vejam em sua integralidade e compreendam com maior amplitude a profissão. Como lembra Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho (2003, p. 46):

> Embora os estudos sistemáticos de educação no Brasil remontem o século XIX com as tentativas precárias e intermitentes de implantação nas Escolas Normais, a História da Educação não chegou a integrar os currículos dessas escolas senão a partir de 1928 na Escola Normal do Rio de Janeiro.

Em se tratando de História da Educação, sempre se relacionam a ela as questões dos âmbitos político, social e econômico do país, pois esses influenciam diretamente nas legislações e encaminhamentos na área da educação. Por isso, é necessário conhecer e analisar o contexto social, político e econômico para compreender os aspectos da educação.

Para tanto, esta pesquisa apoiar-se-á, principalmente, nos estudos de António Nóvoa (1999), Carlos Monarcha (2007), Maria das Dores Daros (1999; 2005), entre outros, que tratam de aspectos fundamentais da história da

educação brasileira e catarinense e da história da profissão docente. Além do suporte teórico de autores que serão fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, tais como André Chervel (1990), Dominique Juliá (2000) e Décio Gatti Júnior (2006), para as investigações pertinentes à história das disciplinas escolares. Como apoio teórico para as discussões curriculares foram considerados estudos de Maria do Carmo Martins (2007) e Gimeno Sacristán (2000). Já no tocante à história da formação de professores em Santa Catarina, serviram de base estudos de Gladys Mary Teive (1997; 2008), Marilândes Mol Ribeiro de Melo e Maria das Dores Daros (2013).

Como método de investigação, propõe-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Para tanto, realizar-se-á um confronto entre as fontes e as bibliografias/teorias, num diálogo que amplie os conhecimentos históricos sobre a trajetória da disciplina História da Educação, levando em consideração, conforme dizem Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2005, p. 417-418), que:

> As pistas, as marcas, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador. A partir da operação particular de transformar vestígios em dados de pesquisa, o historiador/pesquisador produz um discurso, uma narrativa que constitui sua leitura do passado.

Na busca de mapear produções brasileiras relevantes para a produção do presente estudo, foi realizado levantamento no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma base de periódicos científicos. Justifica-se nesse processo de classificação das obras a impossibilidade de ampliação do estudo e análise mais abrangente de cada produção listada, devido à escolha por direcionar esforços de pesquisa a outros aspectos da temática estudada.

Identificamos que na “Busca por assunto: disciplina História da Educação”,foram localizados 2.881 itens entre os anos de 2006 a 2017. Na “Busca avançada: disciplina AND história da educação (no título – exato)”, foram localizados 19 itens entre os anos de 2006 a 2017[1] conforme segue:

[1] Esta periodização se justifica pela disponibilidade de trabalhos na base de dados.

Quadro 1 - Produções referentes à disciplina História da Educação, publicadas em periódicos científicos entre 2006 e 2017 (Continua)

Título	Autor(a)	Publicado em:
1 - A disciplina História da Educação na formação de professores: desafios contemporâneos	NUNES, Clarice	Revista História da Educação – ASPHE, v. 10, n. 19, p. 173-180, 2006
2 - A disciplina de História da Educação na Faculdade e no Centro Universitário La Salle	ORTH, Miguel Alfredo	Revista História da Educação – ASPHE, v.10, n. 19, p. 229-242, 2006
3 - Apontamentos sobre a disciplina História da Educação na Universidade da Região da Campanha – URCAMP (1959-2001)	QUINTANILHA, Regina Azevedo; ISMÉRIO, Clarisse; VAZ, Marilene Silveira	Revista História da Educação – ASPHE, v. 10, n. 19, p. 275-294, 2006
4 - A disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1942-2002)	BASTOS, Maria Helena Camara; BUSNELLO, Fernanda De Bastani; LEMOS, Elizandra Ambrosio	Revista História da Educação – ASPHE, v. 10, n. 19, p. 181-212, 2006
5 - Aspectos da trajetória da disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia do Centro de Educação do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria: temas clássicos e ordem cronológica	QUADROS, Claudemir de	Revista História da Educação – ASPHE, v. 10, n. 19, p. 213-228, 2006
6 - História da Educação (Brasileira): Formação do Campo, tendências e vertentes investigativas	MONARCHA, Carlos	Revista História da Educação – ASPHE, v. 11, n. 21, p. 51-77, 2007
7 - A disciplina História da Educação na Universidade de Uberlândia – MG (1960-2000)	BORGES, Bruno Gonçalves	Revista Histedbr On-line, 01, v.15, n. 61, p. 425-425, jul. 2015
8 - Os repertórios da disciplina história da educação: nobres objetivos, extensos conteúdos e a bibliografia dos manuais	BORGES, Bruno Gonçalves; GATTI JÚNIOR, Décio	Revista Histedbr On-line, 01, v.14, n. 58, p. 257-275, jan., 2015
9 - Uma reflexão sobre os processos de avaliação na disciplina de História da Educação: relato de experiência	QUILES, Cláudia Natália Saes; DOFFINGER, Viviane Silveira; FERNANDINHO, Janaína Cardozo de S.; GARCIA, Lucimeire Aparecida	EaD & Tecnologias Digitais na Educação, 01, v.1, n. 1, p. 91-97, set., 2013
10 - A introdução da disciplina história da educação no currículo do ensino normal mineiro na década de 1920: contexto e programa	GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro	Revista Histedbr Online, 01, v.12, n. 46, p. 359-368, set., 2012
11 - O lugar e a forma tomada pela disciplina História da Educação nos currículos de formação de professores (1927-1971)	LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JÚNIOR, Décio	Revista Diálogo Educacional, 01, v.11, n. 34, p. 769-788, jan., 2011

Quadro 1 - Produções referentes à disciplina História da Educação, publicadas em periódicos científicos entre 2006 e 2017 (Conclusão)

Título	Autor(a)	Publicado em:
9 - Uma reflexão sobre os processos de avaliação na disciplina de História da Educação: relato de experiência	QUILES, Cláudia Natália Saes; DOFFINGER, Viviane Silveira; FERNANDINHO, Janaína Cardozo de S.; GARCIA, Lucimeire Aparecida	EaD & Tecnologias Digitais na Educação, 01, v.1, n. 1, p. 91-97, set., 2013
10 - A introdução da disciplina história da educação no currículo do ensino normal mineiro na década de 1920: contexto e programa	GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro	Revista Histedbr Online, 01, v.12, n. 46, p. 359-368, set., 2012
11 - O lugar e a forma tomada pela disciplina História da Educação nos currículos de formação de professores (1927-1971)	LIMA, Geraldo Gonçalves de; GATTI JÚNIOR, Décio	Revista Diálogo Educacional, 01, v.11, n. 34, p. 769-788, jan., 2011
12 - A institucionalização da disciplina História da Educação na Escola Normal mineira na primeira metade do século XX	GUIMARÃES, Rosângela M. C; GATTI JÚNIOR, Décio	Revista História da Educação – ASPHE 01, v. 35, n. 1, p. 54-65, jan., 2012
13 - O ensino de História da Educação na Formação de Professores no Brasil Atual.	BORGES; Bruno Gonçalves; GATTI JÚNIOR, Décio	Revista Histedbr On-line, 01, v. 10, n. 40, p. 24-48, ago., 2012
14 - História da Educação e a formação do professor na Unisinos	WERLE, Flávia Obino Corrêa; Corsetti, Berenice	Revista História da Educação – ASPHE 01, v.10, n. 19, p. 263-274, mar. 2011,
15 - História da Educação no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas	TAMBARA, Elomar Antonio Callegado	Revista História da Educação – ASPHE 01, v. 10, n. 19, p. 301-308, mar., 2011
16 - Historiografia da Educação Brasileira: formação e desenvolvimento do campo da História da Educação no Brasil	SAVIANI, Dermeval	Acta Scientiarum. Education (UEM), v. 37, n. 1, p. 1-14, 2015
17 - O ensino de História da Educação na História da Faculdade de Educação da UFRGS: Primeiras Aproximações	STEPHANOU, Maria	Revista História da Educação – ASPHE 01, v.10, n. 19, p.293-300, mar., 2011
18 - O que é História da Educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão	BASTOS, Maria Helena Camara	Espacio, Tiempo y Educación, v. 3, n. 1, p.43-59, mar., 2011
19 - A história do ensino de História da Educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000)	GATTI JÚNIOR, Décio	Revista História da Educação – ASPHE, v. 12, n. 26, p.219-246, mar., 2011

Fonte: Portal da Capes – periodicos.capes.gov.br - Dados sistematizados pela autora em outubro de 2019.

Nesse levantamento, que envolve a produção publicada em periódicos, foram identificadas produções científicas, mais especificamente artigos escritos por discentes e docentes de Programas de Pós-Graduação em Educação, publicados em revistas científicas on-line, tais como: Revista de História da Educação, da ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a Revista HISTEDBR, da UNICAMP (Faculdade de Educação de Campinas), São Paulo.

Ressaltam-se, aqui, as contribuições de dois artigos científicos cujos comentários seguem. O primeiro, intitulado "A História do Ensino de História da Educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000)", de Décio Gatti Júnior (2006), ao considerar a disciplina História da Educação um campo de investigação e que, no trabalho de investigação da história de uma disciplina pode se fazer uso de fontes decorrentes da bibliografia, impressos, manuscritos, orais e iconográficos.

Já no texto de nome "Aspectos da trajetória da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria: temas clássicos e ordem cronológica", de Claudemir de Quadros (2006), o autor abrange aspectos da constituição da disciplina nessa instituição e questiona a sua operacionalização, a partir da análise dos programas da disciplina, seus conteúdos e bibliografia. Quadros (2006) considera que, nos 50 anos de funcionamento (1956-2006), o curso de Pedagogia teve 17 estruturas curriculares, a carga horária da disciplina História da Educação variou, mas nunca foi tão pequena como atualmente[2], 60h. Alerta que nunca se precisou justificar a sua presença e seu caráter formativo diante de outras disciplinas consideradas "mais úteis" com tanta ênfase como agora. Considera que essa é uma situação paradoxal, pois se por um lado cresce a produção acadêmica, grupos de pesquisa, eventos, associações, a existência da disciplina tem sido reduzida nos currículos dos cursos de formação de professores.

No artigo "História da Educação no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas", de Elomar Tambara (2006), a autora analisa a trajetória da

[2] Registra-se que tal artigo foi publicado em 2006.

disciplina no curso de Pedagogia, implantado em 1979. Tambara (2006) considera que o conteúdo efetivo da disciplina pode ser apreendido pela bibliografia utilizada. Para o autor, ela teve um início com característica conservadora e paulatinamente passou a ter uma abordagem mais crítica. No contexto analisado, na última alteração curricular, as disciplinas História da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação desapareceram/fundiram-se, e delas surgiu a disciplina Educação, Cultura e Sociedade.

Em “História da Educação (Brasileira): Formação do Campo, tendências e vertentes investigativas”, Carlos Monarcha (2007) realiza um estudo sobre a constituição do campo da História da Educação entre as décadas de 1930 e 1990. Segundo Monarcha (2007), entre os anos de 1930 e 1950 apareceram os manuais para o ensino de História da Educação. O autor realiza uma espécie de cronograma histórico, destacando que, entre os anos de 1930 e 1950, procurou-se dar visibilidade à educação brasileira na Colônia, no Império e na República. Foram instituídos conteúdos de História da Educação Geral e do Brasil nos currículos das escolas normais, dos institutos de educação e das faculdades de Filosofia, período em que apareceram os manuais didáticos para o ensino de História da Educação. Na década de 1960, o enfoque foram os estudos históricos sobre a Educação Nacional, entre as décadas de 1970 e o ano 2000, a consolidação e expansão da pós-graduação enfatizando que, a partir da década de 1990, houve a ampliação dos objetos de investigação e temas de estudo em história da educação (MONARCHA, 2007).

Esse levantamento revelou-se uma importante etapa na fase inicial de estudos sobre o tema de pesquisa, pois trouxe muitas contribuições teóricas e metodológicas sobre a temática.

Do ponto de vista da ancoragem teórica, no presente trabalho de pesquisa buscar-se-á utilizar alguns conceitos para a abordagem do tema, tais como a função/funções/papel da História da Educação, a partir das contribuições de Carlos Monarcha (2007) no artigo intitulado “História da Educação (Brasileira) Formação do Campo, Tendências e Vertentes Investigativas” e no texto de Apresentação de António Nóvoa (1999), na obra de Franco Cambi (1999)

denominada “História da Pedagogia” por tratarem de questões fundamentais da História da Educação e da formação de professores.

Também será utilizada a abordagem de Ensino de História da Educação, realizada por Clarice Nunes (2002), que considera a disciplina História da Educação introdutória para formação de professores e sugere uma maior aproximação entre a pesquisa e o ensino nessa área de conhecimento.

Além do já exposto, aplicar-se-á o conceito de Currículo descrito por Sacristán (2000), que avalia que ele é uma construção social, que os conteúdos estão diretamente relacionados com o contexto vivido, numa relação direta com a sociedade, o currículo e a prática pedagógica.

E das reflexões sobre a constituição das disciplinas escolares, servir-se-á de André Chervel (1990) e Décio Gatti Júnior e Joaquim Pintassilgo (2007), por entenderem que os saberes são legitimados e concretizados a partir da constituição das disciplinas.

No levantamento de teses e dissertações com o assunto “disciplina História da Educação” no Portal da Capes, foram localizados 11 trabalhos entre os anos de 1995 e 2015. Sendo quatro teses e sete dissertações, conforme segue:

Quadro 2 - Teses referentes à disciplina História da Educação entre 2012 e 2015

Título	Autor(a)	Orientador(a)	Instituição – Ano
1 - A disciplina história da educação na formação de normalistas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Minas Gerais (1947-1971)	LIMA, Geraldo Goncalves de.	Prof. Dr. Décio Gatti Júnior	Universidade Federal de Uberlândia – UFU 14/03/2013
2 - O percurso institucional da disciplina História da Educação em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 - 1970)	GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro	Prof. Dr. Décio Gatti Júnior	Universidade Federal de Uberlândia – UFU 01/08/2012
3 - A disciplina de História da Educação em perspectiva histórica: da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras à Universidade Federal do Espírito Santo (1951-2000)	OLIVEIRA, Sandro Nandolpho de.	Profa. Dra. Regina Helena Silva Simões	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES 27/03/2014
4 - Ensino de história da educação nas universidades estaduais do Paraná: institucionalização, saberes e agentes (1962-1998)'	FAVARO, Marta Regina Gimenez.	Prof. Dr. José Gonçalves Gondra	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ 15/12/2015

Fonte: Portal da Capes – periodicos.capes.gov.br - Dados sistematizados pela autora em outubro de 2019.

Dentre esses trabalhos, destaca-se a tese de Geraldo Gonçalves de Lima (2013), intitulada “A disciplina História da Educação na formação de normalistas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Minas Gerais (1947-1971)", sob a orientação do Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, ao considerar que o papel da disciplina História da Educação está diretamente ligado aos aspectos de constituição, transformação e adaptação do cenário educacional nacional, suas relações com as vertentes internacionais e, ainda, com a sua assimilação à realidade local. Alie-se ao fato de considerar em suas reflexões que a disciplina História da Educação é um lugar de produção política, cultural e socioeconômica; e que as disciplinas e os seus conteúdos entram em disputa e enfrentam relações de poder, pois se criam hierarquizações de saberes no currículo.

Quadro 3 - Dissertações referentes à Disciplina História da Educação entre 1995 e 2005:

Título	Autor(a)	Orientador(a)	Instituição -Ano
1 - A disciplina História da Educação em cursos de Pedagogia	PÍCCOLO, Marilda.	Profa. Dra. Walderês Nunes Loureiro.	Universidade Federal de Goiás - UFG 1º/12/2002
2 - A história da disciplina - História da Educação do Curso de Pedagogia da PUC/SP	REIS, Adriana Teixeira.	Profa. Dra. Maria Helena Bittencourt Granjo.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, - PUC/SP 1º/09/1998
3 - A disciplina História da Educação na Universidade Federal de Uberlândia/MG (1960-2000)	BORGES, Bruno Goncalves.	Prof. Dr. Décio Gatti Júnior	Universidade Federal de Uberlândia -UFU 15/03/2013
4 - Uma contribuição para a história da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da Universidade de Sorocaba - UNISO	SÁ, Nivea Vasconcelos de Almeida	Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira	Universidade de Sorocaba – UNISO 1º/12/2005
5 - A disciplina História da Educação na Universidade Estadual de Londrina: reflexões a partir das vozes de professores e alunos.	NOGUEIRA, Marianna.	Profa. Dra. Sandra Regina Ferreira de Oliveira	Universidade Estadual de Londrina – 1º/04/2012
6 - História da Educação ou do ensino? Uma análise da disciplina nos cursos de formação de docentes.	RIBEIRO, Sonia Tereza da Silva.	Prof. Dr. Jefferson Ildefonso da Silva	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU 01/10/1995
7 - Pesquisa-ação: uma experiência na disciplina de História da Educação no Curso de Pedagogia da URCAMP - Campus de São Borja.	LEDESMA, Helvetia Braun.	Profa. Dra. Maria Emília Amaral Engers	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS 01/12/2000

Fonte: Portal da Capes – periodicos.capes.gov.br - Dados sistematizados pela autora em outubro de 2019.

Dentre as dissertações destacam-se as contribuições de Bruno Gonçalves Borges (2013), ao trazer um olhar sobre a trajetória da disciplina na instituição, a partir de investigações sobre questões referentes ao ensino da disciplina História da Educação, com base na análise dos planos de ensino, em que se percebeu a amplitude dos conteúdos como uma das características da disciplina e os caminhos que ela tomou no decorrer do período analisado. Além da importância e da dinamicidade da vinculação entre ensino e pesquisa na área.

Por fim, no tocante à organização do presente texto, a introdução busca narrar algumas das minhas principais vivências para construção do objeto de pesquisa. No primeiro capítulo, intitulado “Da Escola Normal ao Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina”, são tecidas reflexões e ações sobre a formação de professores. Dá-se continuidade às reflexões e análises no item “A formação de professores na Escola Normal Catharinense”. Na sequência, são apresentadas reflexões sobre o curso de Pedagogia no item “O Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação”, no qual se faz uma breve contextualização histórica, social, econômica e educacional do estado de Santa Catarina, com a criação da FAED. E em “A disciplina História da Educação”, analisa-se a trajetória da disciplina História da Educação nos currículos.

No segundo capítulo, “O ensino da disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação”, realiza-se uma análise da disciplina a partir dos dados contidos nos planos de ensino. Em seguida, no item “Mudanças e permanências da disciplina a partir de alterações curriculares”, trata da percepção da trajetória da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia a partir das alterações curriculares a serem analisadas no período estudado, assim como são destacadas principalmente as ementas e conteúdos no ensino da disciplina História da Educação.

Nas “Considerações do estudo e suas perspectivas”, busca-se compreender os movimentos curriculares nessa trajetória histórica da disciplina para que posteriormente seja possível propor novas alterações curriculares mais ancoradas às perspectivas históricas da educação. Nas palavras de Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), muito do que já foi em educação permanece, e essa percepção só é possível quando se conhece a história, em especial, a história da educação. Essas autoras nos ajudam a olhar

a realidade educacional com atenção, calma, pois as situações demoram a mudar e não são as mesmas em todos os lugares e períodos.

2 DA ESCOLA NORMAL AO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Para abordar os primeiros passos nessa breve reflexão sobre a trajetória da disciplina História da Educação nos currículos do curso de Pedagogia da FAED, tratar-se-á dessa disciplina no curso de formação de professores, tendo como uma das principais referências o pensamento apresentado por António Nóvoa (1999, p.13). Tal autor defende o ensino da disciplina História da Educação a partir de quatro ideias:

> a) a história como ciência da mudança e da diferença; b) aprender a relativizar as ideias e as propostas educativas e a percebê-las no tempo; c) conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional, já que estimula uma atitude crítica e reflexiva; e d) permite uma visão da diversidade de ideias educativas e práticas escolares, possibilitando uma construção social da educação que renova o sentido da ação cotidiana de cada educador (NÓVOA, 1999, p. 13).

Com base nesses indicativos, propõe-se analisar os primeiros passos dados pelo Estado para a formação dos profissionais da educação, desde a proposta da criação da Escola Normal, mais especificamente a Escola Normal Catharinense, e o Curso de Pedagogia da FAED, que será o objeto deste estudo.

As principais referências utilizadas neste capítulo em se tratando da História da Educação Catarinense serão os estudos de Maria das Dores Daros e Leda Scheibe, publicados nos livros intitulados “Formação de professores em Santa Catarina” (2002) e “Fontes históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)”, esse organizado por Maria das Dores Daros, Leziany Silveira Daniel e Ana Cláudia da Silva (2005).

Também se constituem referências as obras de Gladys Mary Ghizoni Teive, “Modernização econômica e formação do professor em Santa Catarina” (1997), as dissertações de Marlete dos Anjos Silva Schaffrath, “A Escola Normal Catharinense de 1892: profissão e ornamento”, publicada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1999, e de Karin Sewald Vieira, publicada na UDESC (2014), “No compasso do Moderno: o Curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (Anos de 1960)”. Além desses, também serão utilizados os estudos de Zenilda Lins, na obra intitulada

“Faculdade de Educação: Projeto e Realidade” (1999), e de Maria das Dores Daros, na dissertação publicada na UFSC, intitulada “Plano Estadual de Educação: Concretização das orientações políticas da educação” (1984), e, ainda, o livro “FAED/UDESC: 50 anos de educação (1963-2013)”, organizado por Gladys Mary Ghizoni Teive, Leda Scheibe e Zenir Maria Koch (2014).

Sobre o Curso de Pedagogia, utilizar-se-á a tese de Giseli Barreto da Cruz, publicada no livro “Curso de Pedagogia no Brasil - História e Formação com Pedagogos Primordiais” (2011), e para as ponderações sobre currículo, o livro “O Currículo – Uma reflexão sobre a prática”, de Sacristán (2000).

Consideramos que o historiador da educação analisa no tempo presente questões do passado, de outros momentos históricos, e faz uma análise de mudanças e permanências no decorrer do tempo. Nas palavras de Michel de Certeau (1982, p. 41), “[...] tendência privilegiada a relação do historiador com um vivido, quer dizer, a possibilidade de fazer reviver ou de ‘ressuscitar’ um passado.” Realizar essas representações do passado no formato de um registro histórico-crítico é o que se faz em História da Educação, é onde se pode conhecer o micro, o particular, para compreender o macro, o universal.

Lopes (1985) observa que a História tem diversas possibilidades de escrita, sendo a História da Educação uma delas. No caso da história da educação brasileira, ela integra aspectos da História do Brasil, do Estado, das cidades, das instituições, das pessoas. Essa correlação se faz cada vez mais pertinente aos estudos de temas da educação, num entrelaçamento de “histórias” políticas, sociais, econômicas e educacionais.

> Um trabalho de História da Educação não consegue deixar de ser um trabalho de história, “mesmo por que não há história da política, do direito, da ciência etc., da arte, da religião etc.” (Hobsbawm, E. e Rude, G., *Capitão Swing*). O que há é história. No entanto, faz-se história da educação e escreve-se história da educação: história das ideias e correntes pedagógicas, história da escola ou das instituições escolares, história da educação popular etc. (LOPES *apud* CATANI; FARIA FILHO, 2002, p. 113).

Os estudos em História da Educação, as discussões propostas no desenvolvimento e no ensino da disciplina e as pesquisas enriquecem os cursos de graduação e pós-graduação em educação. Considera-se que os trabalhos produzidos em História da Educação nos fazem compreender questões educacionais nos diferentes períodos históricos e que, para entender e enfrentar

desafios da atualidade é necessário compreender questões que lhes antecederam.

Nessa direção, há que se considerar a importância e o espaço que a disciplina História da Educação ocupa nos currículos dos cursos de formação de professores. Reconhece-se, aqui, que não há uma única História da Educação, mas diferentes leituras, experiências educativas, espaços, tempos e sujeitos que construíram e constroem a história diariamente. Assim, para realizar um estudo em História da Educação a partir da reflexão sobre a trajetória da disciplina no curso de Pedagogia da UDESC, é imprescindível remeter-se a algumas contextualizações históricas e educacionais para melhor compreensão da temática.

Pensando assim, faz-se necessário destacar que a história da formação docente é repleta de conflitos entre os principais envolvidos nesse processo, entre eles os políticos, os intelectuais da educação e os professores. Por esse motivo, considera-se indispensável uma breve contextualização histórica sobre a criação das Escolas Normais no Brasil e no estado de Santa Catarina para, nesse contexto, compreender a trajetória da disciplina de história da educação do Curso de Pedagogia da FAED.

Considerando os estudos de Schaffrath (1999), foi a partir do século XIX, mais precisamente a partir da Lei de 15 de outubro de 1827, conhecida como a Primeira Lei Geral de educação no Brasil, a qual manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, que surgiram os primeiros Cursos Normais para formação de professores nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Eles ficavam sob a responsabilidade dos próprios estados, o que dificultava sua manutenção por questões econômicas, principalmente (BRASIL, 1827).

Segundo as considerações de Villela (2011), a criação das Escolas Normais representou uma nova fase para a profissão docente, num duplo movimento. De um lado, o controle do estado sobre a formação de professores, com a intenção de formar um profissional para reproduzir os conhecimentos e valores que desejavam para a população, e de outro, o fato desse profissional possuir um conhecimento especializado, uma formação específica, o que melhorou o seu *status* social.

A pesquisa histórica sobre a formação inicial de professores está diretamente associada à história desse tipo de instituição. A iniciativa de se criar Escolas Normais para formar professores surge a partir da consolidação da escola como um espaço para instrução de toda a população. Surgiram, assim, as Escolas Normais, para formação de professores para atuar no ensino primário.

De acordo com Scheibe e Daros (2002), a partir da República, cada estado, dentro das suas condições econômicas e intelectuais, organizava os seus sistemas de ensino. Nesse caso, o estado de São Paulo merece destaque, pois muitas das suas reformas educacionais serviram de modelo para outros estados. Intelectuais paulistas viajavam para outros estados para atuar na área da educação e reorganizá-la.

Vicentini e Lugli (2009) destacam que a partir do período republicano (1889) a educação precisava ter maior importância para a população, para que o país pudesse se desenvolver social e economicamente. De acordo com as autoras, a partir da metade do século XIX e século XX, a área educacional começa a ser sistematizada, com a divisão da responsabilidade pelos sistemas de ensino entre o poder central, os estados e municípios. Uma organização que foi diferenciada no país, devido principalmente às diferenças geográficas, culturais e políticas de cada Estado, conforme demostrado no quadro abaixo sobre a criação das Escolas Normais:

Quadro 4 - A emergência das Escolas Normais nas diferentes Unidades Federativas (Continua)

Cidades	**Unidade Federativa**	**Ano de criação**[3]
Niterói	RJ	1835
Salvador	BA	1836
Cuiabá	MA	1842
São Paulo	SP	1846
Teresina	PI	1864
Porto Alegre	RS	1869
Curitiba	PR	1870

[3] Os autores alertam que as datas, coletadas nos capítulos e inseridas no quadro, registram o ato de criação da Escola Normal em cada Província/Estado, mas não necessariamente o início de suas atividades (ARAÚJO; FREITAS; LOPES, 2008).

Quadro 4 - A emergência das Escolas Normais nas diferentes Unidades Federativas (Conclusão)		
Aracaju	SE	1870
Vitória	ES	1873
Natal	RN	1873
Fortaleza	CE	1878
Rio de Janeiro	RJ	1880
Florianópolis	SC	1880
João Pessoa	PB	1883
Goiás	GO	1884
São Luiz	MA	1890
Ponte Nova	BA	1907
Uberlândia	MG	1924
Campo Grande	MS	1930
Brasília	DF	1960

Fonte: Araújo, Freitas e Lopes, 2008.

Conforme apresentado no quadro acima, a primeira Escola Normal do Brasil data de 1835, tendo sido criada na cidade de Niterói – Rio de Janeiro. Surgiu ainda no período imperial e teve continuidade na República. Nos demais estados brasileiros há diferentes datas de criação, condições econômicas e intelectuais para o funcionamento em cada um deles.

Assim, além da formação, a atuação dos professores também foi diversa nos estados brasileiros, com diferentes níveis de remuneração e formas de contratação.

Segundo Schaffrath (1999, p. 24), a Escola Normal Brasileira criada na cidade de Niterói apresentava um currículo que:

> [...] pouco se diferia das escolas primárias, acrescentadas apenas noções de didática e leitura. A formação oferecida pela Escola Normal compreendia: ler e escrever pelo método Lancasteriano; realizar as quatro operações matemáticas e proporções; conhecimentos da língua nacional; elementos de Geografia e princípios de moral cristã.

Um currículo que caracterizava um tipo de formação docente bastante simplificada e de acordo com os preceitos dos governantes desse período histórico, uma educação para formar um cidadão alfabetizado e civilizado.

De acordo com as pesquisas de Karin Vieira (2014), referente à Escola Normal Catharinense, instalada em 1892, é importante observar que entre os anos de 1920 e 1930, o Brasil iniciou um processo de nacionalização, para construir a sua identidade nacional, inclusive com legislações educacionais para serem cumpridas em âmbito nacional. A autora registra que em 1935, com o Decreto estadual nº 713, conhecido como Reforma Trindade, as Escolas

Normais catarinenses foram transformadas em Institutos de Educação. O que não significou somente uma mudança de nomenclatura, mas o surgimento de novas concepções para formação de professores, baseadas, segundo sustenta, nas premissas da Escola Nova e na necessidade de fundamentos mais científicos para esse percurso de formação (VIEIRA, 2014).

Sendo assim, em 1935, a Escola Normal Catharinense tornou-se Instituto de Educação de Florianópolis e, em 1947, Instituto de Educação Dias Velho. Em 1949, Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho, e, com a mudança de sede quando, em 1963, passou a ocupar prédio próprio na Avenida Mauro Ramos, assumiu a denominação de Instituto Estadual de Educação Dias Velho, simplificado para a sigla IEE. Em 1969 ocorreu mais uma alteração no nome, que passou a ser Instituto Estadual de Educação, termo que se mantém até os dias de hoje. Segundo a autora, o IEE foi um importante lócus de formação de professores do estado de Santa Catarina (VIEIRA, 2014).

Conforme descrito, devido à variedade de experiências de formações de professores nos estados brasileiros, a partir do governo do presidente Getúlio Vargas, em 1930, o governo passou a concentrar algumas responsabilidades, dentre elas o ensino. Em 1946 foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro, a Lei Orgânica do Ensino Normal para organizar a formação de professores. Ele foi uma forma de centralizar e padronizar o sistema de formação de professores em nível nacional, conforme se descreve no quadro abaixo obtido com o recorte do ano de 1946 em Santa Catarina (BRASIL, 1946):

Quadro 5 - Currículo dos Cursos de Formação de Professores em Santa Catarina: 1883-1946[4] (Continua)

1946
O Ensino Normal será ministrado em dois ciclos: Curso de Regente de Ensino Primário e o segundo, o Curso de Formação de Professores Primários (Decreto-Lei Federal nº 8.530 de 2/1/1946) **O Curso de Regente de Ensino Primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas:** Português; Matemática; Geografia Geral e Geografia do Brasil; Ciências Naturais; Desenho e Caligrafia; Desenho; Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Atividades Econômicas da Região; Educação Física, Recreação e Jogos; **História Geral e História do Brasil**; Noções de Anatomia e Fisiologia Humana; Noções de Higiene; Psicologia Escolar (4º ano); Didática e Prática de Ensino (4º ano).
O Curso Normal Regional que funcionar em zonas de colonização dará ainda, nas duas

[4] Quadro com o Recorte do ano de 1946.

Quadro 5 - Currículo dos Cursos de Formação de Professores em Santa Catarina: 1883-1946[5] (Conclusão)
últimas séries, noções do idioma de origem dos colonos e explicação sobre seu modo de vida, costumes e tradições.
O Curso de Formação de Professores Primários se fará em três séries anuais, compreendendo pelo menos, as seguintes disciplinas: Português; Matemática; Física e Química; Anatomia e Fisiologia Humana; Música e Canto; Desenho e Artes Plásticas; Educação Física, Recreação e Jogos; Biologia Educacional (2ª série); Psicologia Educacional (2ª e 3ª séries); Higiene e Educação Sanitária; Higiene e Puericultura; Metodologia do Ensino Primário (2ª e 3ª séries); Sociologia Educacional (3ª série); **História e Filosofia da Educação (3ª série)**; Prática de Ensino (3º ano).

Fonte: Daros, 2005.

Observa-se que no grupo de disciplinas para a formação do professor regente do ensino primário consta a disciplina História Geral e História do Brasil. O que caracteriza um tipo de formação mais geral, não contemplando as especificidades da educação no âmbito da história. Já no curso de formação do professor primário, apesar da duração reduzida em um ano (curso de três anos), consta a disciplina História e Filosofia da Educação.

Cruz (2011) nos faz refletir que a função da Escola Normal era a formação de professores primários, a dos Institutos de Educação, o professor secundário, com formação para a docência e a pesquisa e posteriormente o curso de Pedagogia, que entrou no contexto universitário a partir de 1939, com a possibilidade de formação para bacharelado, para atuação nos cargos técnicos e licenciatura, para docência nas disciplinas pedagógicas do Curso Normal.

> A primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surgiu no contexto de organização da Universidade de São Paulo, de acordo com o Decreto nº. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, contribuindo para reforçar o pioneirismo do Estado de São Paulo no tocante à formação de professores em nível superior. No processo de organização da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Universidade de São Paulo incorporou o Instituto de Educação da cidade de São Paulo, conhecido como Instituto de Educação Caetano de Campos, com a finalidade de fornecer aos licenciados, futuros professores do ensino secundário, uma formação pedagógica específica. (CRUZ, 2011 p. 32).

Como já dito anteriormente, destaca-se a importância de se conhecer a realidade social, econômica e política para compreender as questões educacionais e a formação de professores, que, como descrito antes, devido a

[5] Quadro com o Recorte do ano de 1946.

especificidades econômicas e intelectuais, foi bastante diferenciada em cada estado brasileiro.

Para dar continuidade aos estudos referentes à História da Educação em Santa Catarina, faz-se necessário conhecer o contexto histórico da criação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e da criação da Universidade do Estado de Santa Catarina, ambas na década de 1960.

O Governador do Estado de Santa Catarina no período de 1961 a 1965, Celso Ramos, elaborou o I Plano de Metas do Governo (PLAMEG) a ser executado no mesmo ano e ao final de sua gestão aprovou o II PLAMEG, para que o Governador Ivo Silveira, no período de 1966 a 1970, pudesse dar continuidade.

Nesse projeto para o desenvolvimento do Estado, com a Lei 2.975, de 18 de dezembro de 1961, foi criado o Conselho Estadual de Educação (CEE). Nas palavras de Valle (1996, p. 73),

> (...) o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina constituía-se, segundo essa lei, em órgão de complementação das ações empreendidas pela Secretaria de Estado da Educação, no sentido de: a) colaborar com o secretário de Estado na organização e direção do ensino; b) estudar e elaborar leis, decretos e regulamentos; c) sugerir medidas necessárias à melhor solução dos problemas educacionais; d) opinar nos casos em que divirjam os processos dos órgãos técnicos ou administrativos da Secretaria ou em que o secretário da Educação e Cultura julgue aconselhável mais amplo debate.

A área da educação na década de 1960 era um setor que demandava investimento de recursos financeiros e de pessoal por seus governantes. Foi nesse clima que o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) foi criado, de acordo com o Decreto nº 563, de 14 de agosto de 1963 consta que a sua finalidade é o “aperfeiçoamento do magistério primário e médio e a melhoria dos métodos e condições do ensino” (SANTA CATARINA, 1963a, p. 9).

Lins (1999, p. 45) descreve que no início o CEPE foi

> Coordenado pela Professora Maria da Glória Mattos e já naquela fase inicial de organização estabelecia suas atividades prioritárias: a pesquisa educacional, pioneira no Estado, e a extensão, com o agregamento da filosofia e da prática dos cursos de aperfeiçoamento do magistério catarinense, então funcionando sob o patrocínio direto da Assessoria Técnica do Plano de Metas do Governo.

Também referente à criação do CEPE, Melo e Daros (2013 p. 65) registram a 3ª mensagem do Governador Celso Ramos na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em 1963:

> Santa Catarina sempre se ressentiu de um órgão técnico capaz de orientar a sistemática educacional no Estado. Foi projetado um convênio com o Ministério da Educação e Cultura para instalação, nesta capital, de um Centro Regional de Pesquisas Educacionais, cujos estudos pudessem servir de meios preciosos ao atendimento de um grande número de problemas, ao mesmo tempo em que fosse fornecer sugestões a substituições de processos empíricos e viciados, por novas atitudes determinantes de rumos mais claros e conscientes. (SANTA CATARINA, 1963b, p. 35).

Segundo Melo e Daros (2013), as pesquisas científicas eram um mecanismo ainda pouco difundido para subsidiar os projetos de reformas educacionais. Sendo assim, o CEPE é criado com a principal atribuição de realização de estudos e pesquisas para embasar uma reconstrução educacional no Estado. Melo e Daros (2013, p. 70) lembram que:

> Tendo o CEPE como principal vertente da realização de pesquisas em educação, após a saída de Maria da Glória Mattos, assumiu a direção da instituição o então técnico Sílvio Coelho dos Santos. Santos atuou entre 1963 e 1970, desenvolvendo pesquisas destinadas ao conhecimento do sistema de ensino catarinense e ao fornecimento de subsídios à administração pública para implementar políticas de interesse do setor.

Destacam, também, que a atuação e os estudos realizados pelo Professor Sílvio Coelho dos Santos no CEPE contribuíram para a sistematização de um olhar mais científico para a educação, baseado no resultado das pesquisas desenvolvidas.

> Santos foi o responsável pelo incremento vigoroso de várias pesquisas sobre a educação no Estado, o que conferiu credibilidade e confiabilidade aos seus estudos e escritos sobre a educação catarinense. Priorizamos especificamente obras produzidas durante sua permanência no Cepe, por colocarem o foco no fenômeno educacional. Tais obras são: “Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina”, publicada em 1968, e “Um esquema para a educação em Santa Catarina” de (1970), oriundas de uma larga experiência e de rigorosa observação da conjuntura educacional catarinense nos anos de 1960, e também alguns artigos publicados nos Boletins do Cepe, periódico publicado pela instituição para divulgação e intercâmbio das produções científicas daquela instituição, início da projeção intelectual de Santos. (MELO; DAROS, 2013, p. 358).

As suas pesquisas visavam conhecer a realidade educacional do Estado para poder fornecer dados para a atuação da gestão pública nesse campo[6].

A criação da Faculdade de Educação (FAED) e, posteriormente, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), seguiu as propostas para o desenvolvimento do país e dos estados brasileiros e também estava associada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Conforme registram Melo e Daros (2013, p, 365-366),

> A instituição de referência no campo educacional foi a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC) em 1965. Sobre a criação da UDESC, Celso Ramos assevera que se tratava de uma plataforma adotada desde que se constituiu candidato em 1959, na qual a educação figurava como primeiro item. Para Ramos, essa primazia da educação redundava em compromisso de criação da universidade estadual, que se materializou com a UDESC.

Para este projeto de desenvolvimento, a universidade seria um importante instrumento para a modernização do Estado em seus níveis social e econômico, já que a educação e o ensino estavam ligados ao projeto de desenvolvimento almejado pelos governantes.

A proposta de descentralização financeira dos estados e municípios também contribuiu para as ações independentes dos estados. A LDB de 1961 descrevia no seu artigo 80 que *"*As Universidades gozarão de autonomia didática, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos*"* (BRASIL, 1961, não paginado).

Como nos lembra Teive (2014, p. 28), o Conselho Estadual de Educação aproveitou os artigos 55 e 59 da LDB para criar a Faculdade de Educação.

> Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial.
> Art. 59. A formação de professôres para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professôres de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica.
> *Parágrafo único.* Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professôres para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras. (BRASIL, 1961, não paginado).

---

[6] No ano de 1984, na UDESC, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) aprova as Diretrizes para a Política de Pesquisa, com a Resolução 002/84 que cria a Direção Assistente de Pesquisa e Extensão (DAPE) e extingue o CEPE.

Sendo assim, no governo de Celso Ramos (1961-1964) foi elaborada a Lei 3.191, de 8 de maio de 1963, sobre o Sistema Estadual de Ensino, com destaque nesse momento para os seguintes artigos:

> Art. 91 - Nos institutos de educação poderão funcionar cursos pedagógicos, de nível superior, para formação de professores do ensino normal, dentro das normas estabelecidas para as faculdades de filosofia, visando formação específica nas matérias técnico-pedagógicas do ensino normal.
> Art. 93 - O ensino superior tem por objetivo a pesquisa e desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.
> Parágrafo único - O ensino superior será ministrado em estabelecimentos agrupados ou não, em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisas e centros de treinamento profissional.
> Art. 102 - O corpo docente dos estabelecimentos oficiais de ensino superior, desde que não haja catedráticos efetivos, será constituído por ato do Governo do Estado, ouvido o Conselho Estadual de Educação.
> § 1º - Os professores concursados serão nomeados pelo Governador.
> § 2º - O Conselho Estadual de Educação fixará as normas julgadas convenientes à criação e funcionamento dos estabelecimentos estaduais de ensino superior. (SANTA CATARINA, 1963c, não paginado).

A FAED iniciou suas atividades com a primeira turma de alunos do Curso de Pedagogia em 2 de março de 1964. Consideramos que a criação de uma Faculdade de Educação no ano de 1963 no Estado de Santa Catarina mereceu destaque no cenário político e educacional do período. Também porque foi um dos objetivos do Plano de Metas do Governo, que destacava a necessidade de valorização da educação em todos os níveis.

Scheibe e Bazzo (2014, p. 18) lembram que a FAED, ao ser implantada em 1963, era um órgão integrante do Instituto Estadual de Educação Dias Velho. Em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) se manifestou contrário ao funcionamento da Faculdade como parte do Instituto. Em 1965, com o Decreto Estadual nº 2.802, de 20 de maio, foi organizada a estruturação da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), seguida da criação da UDESC, a Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina e a FAED sendo incorporada a ela como sua primeira unidade.

De acordo com dados do histórico da instituição, contidos em seus documentos oficiais, é importante ressaltar que a atual Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) mantém a nomenclatura “Fundação” na sua estrutura administrativa estadual. Ela teve seu início com a criação da Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC), a partir do Decreto Estadual

nº 2.802, de 20 de maio de 1965, a então Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, como dito acima, integrou a Faculdade de Educação (FAED), já criada pela Lei Estadual nº 3.191, de 8 de maio de 1963 (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2016).

Em 10 de novembro de 1965, com base no artigo 79 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB), e no parecer do Conselho Estadual de Educação, o Governo do Estado, pelo Decreto Estadual nº 3.354, aprovou o Estatuto da UDESC, para organizar a sua estrutura.

Para obter o reconhecimento oficial como universidade, em 1984, a UDESC protocolou um processo junto ao CFE. O processo foi analisado por uma Comissão Especial para Análise de Processos de Criação de Universidades, cujo Parecer nº 632/85, de 9 de outubro de 1985, apresenta a seguinte conclusão:

> A Comissão, depois de analisar o passado, as realizações do presente e as projeções para o futuro da UDESC, considera que a mesma se credencia, sob todos os aspectos, tanto acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão) como materiais, institucionais, organizacionais e, principalmente, pelos recursos humanos, para receber reconhecimento oficial como Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
> A relatora do Processo "[...] vota pelo reconhecimento da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC, mantida pela Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, aprovando, neste ato, o Estatuto e Regimento Geral, respectivos". (FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA, 1985 *apud* UDESC, 2016, não paginado).

A Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina foi transformada em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, mantendo a sigla UDESC, pela Lei Estadual nº 8.092, de 1º de outubro de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 14.044, de 4 de outubro de 1990. Essa lei caracterizou a Universidade como

> [...] fundação pública, mantida pelo Estado, vinculada a Secretaria de Educação, com patrimônio e receita próprios, autonomia didático-científica, administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar, observada, no que for aplicável, a organização sistêmica estadual (SANTA CATARINA, 1990, não paginado).

Considera-se que a sua criação contribuiu para o desenvolvimento do sistema de ensino em Santa Catarina e demonstrou a preocupação com a formação de professores e a educação pública, para o almejado desenvolvimento econômico e social do Estado.

No final da década de 1990, a FAED passa por algumas revisões na organização estrutural, dentre elas a mudança do nome para Centro de Ciências Humanas e da Educação, assim como os demais Centros da universidade. Porém, a sigla FAED foi reivindicada e aprovada institucionalmente pelo valor simbólico que a materializa.

A história do Curso de Pedagogia da FAED caminha junto à história da própria Faculdade, pois nessa época o Estado pretendia alcançar o desenvolvimento econômico, tendo como um dos importantes pilares a educação e a formação de professores.

Segundo Teive (1997, p. 3):

> O primeiro Plano de Metas do Governo (PLAMEG I 1961-1965) foi instituído pela Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961. Para a sua execução, esta mesma Lei criou o Gabinete de Planejamento, o qual funcionou como uma super secretaria de Estado, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativo-financeira, responsável pela formulação de políticas públicas e controle de planejamento no Estado. Também para dar suporte à execução do Plano de Metas foram criados o Banco de Desenvolvimento do Estado, a Secretaria de Negócios do Estado, o Instituto de Reforma Agrária, o Instituto de Pensões do Estado de Santa Catarina, o Conselho Estadual de Educação e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Ainda segundo a autora, o PLAMEG apresentou medidas para educação, pois era necessário suprir a falta de profissionais habilitados para lecionar nos cursos de Formação de Professores de 1ª a 4ª série. Para isso, criou-se a FAED e o CEPE para atuarem com pesquisa em educação e extensão, com a orientação aos profissionais da educação. (TEIVE, 1997).

Sendo assim, a Faculdade teve seu início com o CEPE, órgão responsável pela realização de pesquisas educacionais em Santa Catarina. Já a criação da FAED tem papel fundamental na proposta de desenvolvimento político e educacional do estado, seguindo as orientações da legislação nacional, a LDB de 1961, que previa, entre outras questões, a descentralização das políticas educacionais para os estados. Essa lei foi discutida desde 1948 no Ministério da Educação e trouxe uma sistematização via legislação para as questões educacionais (BRASIL, 1961).

Na organização do ensino catarinense, o primeiro passo foi a criação do Conselho Estadual de Educação (CEE), com a Lei nº 2.975, em 1961; um órgão para consulta, assessoramento e deliberações das questões do ensino (SANTA

CATARINA, 1961). Os seus conselheiros eram nomeados pelo governador do estado e deviam manter contato com os conselhos de outros estados e com o Conselho Federal de Educação (CFE) para os devidos encaminhamentos. Nessa estrutura, o CEPE assume como função principal investigar a realidade educacional e propor melhorias na educação e orientações aos professores.

No ano seguinte, com a Lei 3.030, de 15 de maio de 1962, as funções do CEE foram ampliadas para atuar nas deliberações sobre o ensino superior (SANTA CATARINA, 1962).

Segundo Lins (1999, p. 22):

> Os primeiros estudos realizados pelo CEE resultaram na elaboração do anteprojeto do Sistema Estadual de Ensino que na Assembleia Legislativa foi convertido na Lei nº 3.191 de 08 de maior de 1963 e cujo artigo 176 criava a Faculdade de Educação.

Teive (2014) registra que o primeiro currículo do curso de Pedagogia, que formava licenciados e bacharéis, seguiam as indicações do PLAMEG e do CEE, já que seus técnicos participavam dos dois órgãos e foram os primeiros professores do curso, podendo colocar em prática os anseios do projeto político da época, que era modernizar e desenvolver o Estado.

Essas propostas fizeram parte da constituição da FAED e sustentaram seu trabalho, que possui como uma de suas grandes características o desafio da formação de professores com a formação política necessária para a tarefa de educar.

Segundo Daros (1984, p. 48), o PLAMEG visava o desenvolvimento do estado, e o Governador Ivo Silveira (1966-1970) recebeu o II PLAMEG, uma das metas sendo a valorização dos recursos humanos, colocando em ênfase o ensino. Para satisfazer essa meta, foi elaborado o Plano Estadual de Educação (1969-1980) para o Sistema Estadual de Ensino, que seria integrado ao II Plano de Metas do Governo. Pesquisas realizadas pelo CEPE entre os anos de 1966 e 1968 apontaram a necessidade de elaborar um plano que orientasse as ações educacionais no estado.

O Parecer nº 252/69, do Conselho Federal de Educação, e a Resolução 02, de 12 de maio de 1969, decorrente do anterior, criam as Habilitações e foram utilizados como subsídios para estruturação do Currículo do Curso de Pedagogia, ambos de autoria do Conselheiro Valnir Chagas (BRASIL, 1969).

A Resolução 02, de 12 de maio de 1969, encaminhada pelo CFE, propunha as habilitações de: Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar, Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais, sendo Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar para exercício na escola de 1º grau (BRASIL, 1969).

Para Michalovicz (2015, p. 13992):

> [...] com as habilitações introduzidas pelo Parecer nº 252/1969 o curso de Pedagogia passou a se estruturar a partir da dicotomia entre teoria e prática do ensino, marcando a formação do pedagogo com uma forte fragmentação teórico-prática. Além disso, determinou-se a distinção entre funções de execução do ensino – através da formação para o magistério – e funções de concepção e planejamento do ensino – pela formação para as demais dimensões e funções do trabalho no ambiente escolar, marcando a divisão do trabalho na escola, sobretudo pelo aspecto técnico.

A autora faz críticas ao documento e considera que tanto na prática escolar como na literatura especializada há indícios de que há fragmentação do trabalho educativo no desempenho das atividades na escola, o que prejudica a necessária relação dialógica entre os profissionais para uma maior proximidade entre docência e planejamentos do ensino (MICHALOVICZ, 2015).

O Parecer CFE 252/69 e a Resolução 06/69 ficaram vigentes até a aprovação da LDB 9394/96. Esse tipo de currículo proposto promoveu um distanciamento entre teoria e prática na formação do pedagogo, o que ainda está muito presente na escola (MICHALOVICZ, 2015). São propostas de governo para educação que promovem um controle social e político do trabalho educativo. O Conselho Nacional de Educação (CNE) foi criado em 1931, e em 1961 foi substituído pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que foi extinto em 1994. Em 1995 é retomado novamente o CNE, que dura até os dias atuais.

A seguir iremos tratar de um dos primeiros passos dados pelo Estado de Santa Catarina para formação de professores, a Escola Normal. Posteriormente buscaremos compreender a importância e o espaço da disciplina História da Educação nos currículos.

2.1 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL CATHARINENSE

Segundo Teive (1997), em relação às Escolas Normais em Santa Catarina, a Escola Normal Catharinense foi criada em 1892, como uma das ações do governo republicano para o desenvolvimento dos estados. Essa escola transmitia os valores sociais da época e valorizava os conhecimentos científicos. Realizava a formação de docentes para o ensino público primário e a transmissão de cultura para as moças das elites.

A autora lembra, também, que os relatórios de província já apontavam que um dos fatores para a instrução pública não progredir era o fato de o professor exercer mal a sua função (TEIVE, 1997). Nas palavras dos presidentes de província, destacava-se "[...] os benefícios que uma Escola Normal poderia trazer para o adiantamento da instrução em Santa Catarina." (SCHAFFRATH, 1999, p. 52). Argumento esse utilizado para exigir uma melhor formação para os professores, sendo a Escola Normal uma alternativa para o avanço do ensino público.

A proposta da Escola Normal era apresentar bons modelos de ensino, pois, de acordo com Teive (2008, p. 176):

> Seria através de modelos que o/a normalista seria ensinado a ensinar modelos na forma de roteiros de lições, tal como o oferecido pelos manuais de lições de coisas, e, sobretudo modelos na forma de práticas exemplares, observadas nas escolas-modelo.

Foi a Lei nº 155, de 1º de julho de 1892, que organizou a instrução pública no estado. O Curso Normal visava capacitar professores para atuar no ensino primário. Segundo Scheibe e Daros (2002), nos anos finais do Império, as Escolas Normais ofereciam cursos de dois a quatro anos, a maioria em três anos.

Segundo Schaffrath (1999, p. 105-113), o currículo do Curso Normal de 1892 primava por uma formação de cunho universal, dos conhecimentos gerais, em detrimento aos conhecimentos profissionalizantes, vindos das disciplinas com caráter pedagógico, que eram lecionadas apenas no último ano do curso, conforme descrito abaixo:

> **Disciplinas do 1º ano:** Português; Francês; Aritmética; Geografia Geral; Desenho e Imitação.

> **2º ano**: Português; Álgebra; Geometria; História Universal; Noções de Ciências Físicas e Naturais; Música.
> **3º ano**: Português; Pedagogia e Metodologia; Organização Política do Brasil; Deveres Cívicos; Deveres Morais; Chorografia do Brasil; História do Brasil; Aritmética; Música e Canto. (SCHAFFRATH 1999, p. 105-113, grifo nosso).

Observamos que a disciplina História Universal, lecionada no 2º ano, destacava em seu programa o estudo dos grandes historiadores e grandes fatos históricos da história da humanidade. A História da Educação ainda não tinha espaço na formação do professor.

Schaffrath (1999, p. 128) considera que:

> O processo de criação da Escola Normal Catarinense de 1892 é bastante representativo do pensamento que valorizava os conhecimentos científicos e os tornava presentes nos programas escolares dos diversos níveis. (...) Os conteúdos de caráter científico eram de fato, privilegiados com carga horária maior do que aquela destinada às disciplinas ditas 'pedagógicas'.

Em Santa Catarina, no início do período republicano, a formação de professores estava ligada ao projeto de nacionalização do ensino. A proposta foi a de os currículos se tornarem mais "científicos" com a ampliação das áreas de Psicologia e Biologia, para atender as necessidades da infância. Segundo Daros e Daniel (2008), as políticas educacionais estão associadas a interesses políticos e sociais do governo que as implanta. Sendo assim, as reformas educacionais são estratégias de governo para a formação de professores.

Cruz (2011, p. 55) lembra que:

> A educação ocupou lugar de destaque no projeto de constituição e fortalecimento de um Estado Nacional, sendo entendida como instrumento de consolidação da nacionalidade. Os debates em torno da questão educacional apontavam para a preocupação com a cientificização do campo pedagógico brasileiro. O professor era considerado o agente principal da constituição de um novo ideal de sociedade, e, assim, os cursos de formação de professores deveriam se ocupar com os subsídios científicos, pautados nos pressupostos da Escola Nova, para fundamentar a atuação e intervenção dos professores na realidade.

No Brasil, o Curso Normal foi ministrado com duração de três anos até 1907. Em 1911, houve inclusões de disciplinas, dentre elas o Alemão, em Santa Catarina, para que os professores pudessem atender as escolas situadas nas colônias alemãs. A formação passou a ter duração de quatro anos para aqueles que fossem lecionar nos grupos escolares, e para os demais, que atuariam em Escolas Isoladas, Complementares ou Normais, permaneciam com a formação em três anos. Em 1919, com uma nova reformulação, a duração do curso

passou a ter quatro anos para todas as formações. Buscou-se, assim, uma uniformidade na formação.

O Decreto nº 1.204, de 19 de fevereiro de 1919, traz o Regulamento das Escolas Complementares. A Escola Normal Catharinense apresentava em seu currículo as disciplinas de: Português e Princípios de Literatura da Língua; Francês; Alemão; Aritmética, Álgebra e Geometria; Geografia e História; Física, Química e História Natural; História Natural e Noções de Higiene; Psicologia, Pedagogia e Instrução Cívica; Desenho e Ginástica; Música e Canto; Trabalhos Manuais (SANTA CATARINA, 1919).

Foi em 1935 que o governo de Santa Catarina, com o Decreto-Lei nº 713, de 5 de janeiro, transforma as Escolas Normais em Institutos de Educação. A partir desse período foram incluídas no currículo as chamadas disciplinas/ciências “Fundamentos da Educação” (Biologia, Psicologia, Filosofia, História e Sociologia), na Escola Normal Superior Vocacional (SANTA CATARINA, 1935).

De acordo com Daros, Daniel e Silva (2005a, p. 256),

> A oposição de católicos e renovadores possibilitou a difusão de diferentes princípios sociológicos, provenientes do laicato intelectual ou da elite confessional católica em duas escolas de formação de professores em Santa Catarina dos anos 1930 e 1940 (o Instituto de Educação de Florianópolis e o Colégio Coração de Jesus), que [...] compartilhavam um objetivo comum: a educação como formação da nacionalidade.

A partir do Decreto-Lei acima referido, a formação de professores ocorreria nos Institutos de Educação, nas modalidades Escola Normal Primária, com curso de duração de três anos, principalmente para formar professores para a área rural; Escola Secundária, também em três anos, oferecida para aqueles que tivessem concluído a Escola Normal Primária; e Escola Normal Superior Vocacional, em dois anos, para aqueles que tivessem concluído o curso na Escola Secundária (SANTA CATARINA, 1935).

De acordo com os estudos de Daros, Daniel e Silva (2005b), em Santa Catarina, dentre as disciplinas ministradas na Escola Normal Superior Vocacional, é apresentada pela primeira vez a disciplina **História e Filosofia da Educação** no 2º ano do curso, com os seguintes conteúdos para a área da História da Educação:

> 1 - A educação entre os primitivos.
> 2 - A Grécia: Doutrinas educacionais.

> 3 - A educação em Roma.
> 4 - A educação na Idade Média. Educação monástica, a Cavalaria, as Universidades.
> 5 - O renascimento.
> 6 - A reforma e a contrarreforma.
> 7 - Período de transição – Rabelais, Montaigne, Erasmo.
> 8 - O realismo, Bacon e Comenius.
> 9 - Locke e a disciplina formal.
> 10 - Rousseau e a criança.
> 11 - Pestalozzi, Herbart e Froebel. A psicologia da Educação.
> 12 - Spencer e a educação científica.
> 13- Dewey.
> 14- Manifesto dos educadores brasileiros (DAROS; DANIEL; SILVA, 2005b, p. 44).

Diante dessa lista de conteúdos, percebe-se um maior enfoque para a abordagem de uma História da Educação mais ligada ao pensamento dos grandes pensadores da educação dos séculos XVII e XVIII, com forte influência da Filosofia. O único item que se associa às questões da História da Educação Brasileira é o tema “Manifesto dos educadores brasileiros”, que aparece desconectado da linha do tempo apresentada.

Em relação ao primeiro curso de Pedagogia no Brasil, esse foi criado em 1939, na Universidade do Brasil, dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na cidade do Rio de Janeiro (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro), com o Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, com o objetivo de formar professores para atuar nos cursos Secundário e Normal (BRASIL, 1939). O curso de Pedagogia era de bacharelado, para formação de técnicos para atuarem no Ministério da Educação. Para atuar na licenciatura, podia-se cursar mais um ano de disciplinas específicas de Didática. As autoras Vicentini e Lugli (2009, p. 55) descrevem que:

> O currículo do curso de Pedagogia então estabelecido distribuía as matérias da seguinte forma: na 1ª série estudava-se Psicologia Educacional, Complementos de Matemática, História da Filosofia, Fundamentos Biológicos da Educação, Sociologia; na 2ª série deveriam ser cursadas a continuação de Psicologia Educacional, Fundamentos Sociológicos da Educação, História da Educação, Estatística Educacional e Administração Escolar. Finalmente, no 3º ano do Curso, as disciplinas eram Filosofia da Educação, Educação Comparada e Administração Escolar.

Nesse mesmo período, em Santa Catarina, o Decreto-Lei nº 306, de 2 de março de 1939, reorganiza os Institutos de Educação do Estado em Curso Fundamental (preparação para o Curso Normal) e Curso Normal, com duração de dois anos conforme a descrição a seguir:

> Decreto-Lei nº 306, de 02 de março de 1939

> Capítulo VII – Da organização do Curso Normal
> Art. 33º - O ensino distribuído pelas seguintes disciplinas:
> 1º Grupo:
> 1ª seção: Psicologia Educacional, Pedagogia;
> 2ª seção: Biologia Educacional;
> 3ª seção: Sociologia Educacional, História da Educação;
> 4ª seção: Metodologia e Prática de Ensino;
> 5ª seção: Língua e Literatura Vernáculas;
> 2º Grupo:
> 1ª seção: Desenho Pedagógico;
> 2ª seção: Música e Canto Orfeônico;
> 3ª seção: Trabalhos Manuais para homens;
> 4ª seção: Educação Física para Homens;
> 5ª seção: Educação Física para Mulheres.
> Art. 34º - Haverá regente para cada seção do primeiro grupo. (SANTA CATARINA, 1939, p. 99).

Nesse Decreto-Lei consta a disciplina denominada História da Educação pela primeira vez no rol de disciplinas do curso, no grupo de disciplinas relacionadas à formação pedagógica. O que pode ser considerado um avanço para a sistematização das disciplinas consideradas posteriormente como Fundamentos da Educação (SANTA CATARINA, 1939).

Em seguida, com o Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal (Legislação Nacional) buscou a uniformidade na formação de professores em âmbito nacional (BRASIL, 1946). Na sequência, o estado de Santa Catarina se adequou a essa legislação com o Decreto nº 3.786, de 28 de janeiro de 1947. Daros e Daniel (2008, p. 258) destacam que:

> Essas reformas curriculares expressam o direcionamento político do Estado, que encontrou na ciência importante aliada na implementação e na justificação das políticas realizadas, fundamentando todo um conjunto de ações que implicaram mudanças significativas na organização do sistema educacional, em especial nos cursos de formação de professores.

De acordo com o “Quadro do Currículo de Formação de Professores em Santa Catarina (1883-1946)”, apresentado na obra de Daros, Daniel e Silva (2005a), citada anteriormente, observa-se que em relação à disciplina História da Educação, ela irá constar no currículo do Curso Normal em 1946, com a denominação História e Filosofia da Educação, o que caracteriza a ligação existente entre as áreas da História e da Filosofia nos estudos da Educação.

As autoras lembram, também, que entre os anos de 1937 e 1945 o país vivia sob o governo do Estado Novo, caracterizado por uma vigilância política aos estados. As reformas educacionais que surgiram nesse período vieram dar um viés mais científico ao curso, sendo assim, foram inseridas as disciplinas de

Biologia, Psicologia e Sociologia. Já que a ciência era considerada pelos governantes como um fator que iria contribuir no processo de urbanização e industrialização que o país e os estados estavam passando (DAROS; DANIEL; SILVA, 2005a).

As autoras Vicentini e Lugli (2009) trazem a reflexão de que a partir das décadas de 1950-1960 houve um processo de decadência do Ensino Normal, justificado pelos principais motivos de desprestígio da profissão, como a queda dos salários, o despreparo dos recém-formados para ensinar as crianças vindas das classes menos favorecidas e os altos índices de reprovação no primeiro ano de estudos dessas crianças.

Tal processo é justificado pelo fato de que a formação de professores na Escola Normal os preparava inicialmente para atuar no ensino da classe média/alta, lecionando para crianças da elite, porém, com a expansão do ensino, as crianças das classes populares vieram para escola e houve esse choque de culturas. Com professores despreparados para ensinar os conhecimentos necessários, isso se converte em um dos fatores para o insucesso da Escola Normal (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Além da má formação que ocorria nas Escolas Normais, as autoras destacam que mesmo aumentando os cursos de Pedagogia no país entre as décadas de 1960 e 1970, devido à expansão do ensino, a formação sofria críticas, devido justamente aos professores não serem devidamente qualificados, pois eram oriundos dessas Escolas Normais. Importante mencionar que a maioria dos cursos de Pedagogia nesse período era oferecida em instituições de ensino superior particulares, e não em universidades públicas (VICENTINI; LUGLI, 2009).

É preciso destacar que as legislações educacionais e os sistemas para organização do ensino foram processos diferenciados nos Estados do Brasil devido às condições sociais, econômicas e de urbanização, por exemplo. Assim, mesclavam-se iniciativas do poder central e estadual em todos os níveis de ensino. Importante também lembrar que as Escolas Normais foram instituições que estavam consolidadas no país entre as décadas de 1950 e 1960, exercendo a função de formação de professores juntamente com o ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 4.024, de 1961, manteve praticamente as mesmas determinações da Lei Orgânica do Ensino Normal, editada em 1946. De acordo com Teive (1997), o currículo do Curso Normal em ambos os ciclos refletia o destaque que a LDB 4.024/61 dava à formação geral em prejuízo à formação profissional, conforme podemos observar nesta grade curricular:

Quadro 6 - Ginásio Normal (1º ciclo)

Disciplinas	Fases-Semestres			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Português	5	5	5	5
Matemática	4	4	4	4
História Geral e do Brasil	3	3	2	2
Iniciação à Ciência	2	2	-	-
Ciências Físicas e Biológicas	-	-	2	2
Geografia	3	3	2	-
Didática, Legislação e Prática de Ensino	-	-	4	4
Psicologia Educacional	-	-	2	2
Música e Canto	2	2	-	-
Desenho Pedagógico	-	-	-	2
Educação Cívica e Social	2	2	-	-
Educação Física	1	1	1	1
Artes femininas e industriais	1	1	1	1
Religião	1	1	1	1
Totais	24	24	24	24

Fonte: Teive, 1997, p. 66.

Ainda segundo Teive (1997), a ausência de disciplinas como Filosofia e História da Educação no currículo era um fator que poderia dificultar ao professor em formação uma maior reflexão sobre a realidade da educação brasileira e catarinense na qual iria atuar.

A autora também registra que “5.500 das 9.000 professoras de 1ª a 4ª série existentes no Estado, no ano de 1960, não possuíam qualquer habilitação para o exercício do magistério” (TEIVE, 1997, p. 31). Diante desse quadro, as ações do governo estadual para o projeto de desenvolvimento não poderiam deixar de lado a educação. No governo de Celso Ramos (1961-1964) houve um aumento no número de escolas, divulgação do Curso Normal Ginasial, aliado à criação da FAED e do CEE, conforme já mencionado. Adiante iremos dar continuidade às discussões sobre as ações do Estado frente à educação e a formação de professores, sendo uma das principais a criação da Faculdade de Educação.

2.2 O CURSO DE PEDAGOGIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Em Santa Catarina, o Sistema Estadual de Ensino foi organizado a partir da Lei nº 3.191, de 8 de maio de 1963. Os artigos relacionados ao ensino normal eram:

> Art. 88. O primeiro ciclo de ensino normal, constituído de quatro séries anuais, além das disciplinas obrigatórias do curso ginasial, conterá as matérias de preparação pedagógica e habilitará regentes de ensino primário para as escolas rurais.
> Art. 89. O segundo ciclo do ensino normal, constituído de, no mínimo, três séries anuais habilitará professores primários para o provimento das escolas primárias de todo o Estado.
> Art. 90. O certificado de curso de especialização, ministrado por instituto de educação ou equivalente, é requisito para inscrição em concurso para o magistério primário especializado do Estado.
> Art. 91. Nos institutos de educação poderão funcionar cursos pedagógicos, de nível superior, para formação de professores do ensino normal, dentro das normas estabelecidas para as faculdades de filosofia, visando formação específica nas matérias técnico-pedagógicas do ensino normal.
> Art. 92. Na complementação das disciplinas obrigatórias para o ensino normal, o Conselho Estadual de Educação deverá levar em conta a necessidade de serem escolhidas matérias que atendam às realidades sócio-culturais, geo-econômicas e históricas de Santa Catarina, dentro da realidade brasileira e atendidas as modernas técnicas de ensino. (SANTA CATARINA, 1963c, não paginado).

Em relação ao Ensino Superior, destacam-se os seguintes artigos:

> Do Instituto Estadual de Educação
> Capítulo Único
>
> Art. 172. O Estado manterá, na capital, um Instituto Estadual de Educação, destinado a servir como órgão supervisor de estudos e experimentação pedagógicas, sem prejuízo da manutenção de cursos regulares de nível médio (normal e secundário), primário e pré-primário.
> Parágrafo único. Ao Instituto Estadual de Educação será concedida autonomia administrativa e financeira, na forma que dispuser o Conselho Estadual de Educação.
> Art. 173. Comporão, organicamente, o Instituto Estadual de Educação:
> a) faculdade de educação; b) curso normal; c) curso secundário; d) escola primária de aplicação.
> Art. 174. A Faculdade de Educação manterá um curso de pedagogia com a duração de três (3) anos, no mínimo, estrutura de acordo com o que preceitua o parágrafo único do artigo 59 da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional. Serão finalidades do Curso de Pedagogia formar professores das cadeiras específicas do ensino normal, bem como preparar em nível superior, técnicos educacionais.
> § 1º O curso de pedagogia preverá matérias optativas, visando a preparação de orientadores educacionais para o ensino primário, pesquisadores e administradores escolares, além de outros que a

> experiência vier a indicar. Na última série dará ênfase ao estudo de problemas catarinenses.
> § 2º A admissão ao corpo discente da Faculdade Estadual de Educação será precedida de prévio exame de habilitação, na forma como dispuser o Conselho Estadual de Educação.
> Art. 175. Funcionará, também, como órgão da Faculdade de Educação, um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE).
> Art. 176. Cumpre ao CEPE manter cursos intensíveis para o aperfeiçoamento do magistério, organizar e dirigir pesquisas educacionais e sociais, analisar a problemática educacional do Estado; assessorar o Conselho de Educação quando solicitado; fornecer aos órgãos governamentais as informações técnicas necessárias ao planejamento educacional.
> Art. 177. O atual Instituto Estadual e Colégio Estadual Dias Velho passa a chamar-se Instituto Estadual de Educação Dias Velho, devendo estruturar-se de acordo com o disposto no presente capítulo. (SANTA CATARINA, 1963c, não paginado).

Em 1964, o Parecer 280/64, de 9 de outubro de 1964, emitido pelo CFE, alerta que a Faculdade de Educação não poderia oferecer formação em bacharelado se estivesse atrelada ao Instituto de Educação, somente licenciatura, sendo favorável sua criação (BRASIL, 1964).

Para contextualização histórica do curso, registramos que o primeiro currículo do Curso de Pedagogia, organizado a partir do Decreto Federal nº 563/63, de 14 de agosto de 1963, seguia os postulados do Decreto-Lei nº 1. 190/39 – que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Curso de Pedagogia no país – e tinha a proposta de formar duplamente bacharéis e licenciados, seguindo o esquema 3+1 (UDESC, 2012).

Eram chamados de “técnicos de educação" os bacharéis que eram formados nos três primeiros anos do curso, e os licenciados, no último ano, com a realização de um curso de didática (Didática Geral e Específica), que habilitava para assumir as matérias pedagógicas do Curso Normal.

Em Santa Catarina, os Planos Estaduais foram estratégias do governo para cumprir as propostas de desenvolvimento econômico, social e educacional anunciadas pelo governo federal. Em 1969, foi proposto o I Plano Estadual de Educação, com a indicação de “treinar” o professor para assumir as escolas e formar cidadãos para o mercado de trabalho (SANTA CATARINA, 1969).

Sobre os Planos de Educação, Valle (2003, p. 40) diz que:

> O Estado autoritário obtém o apoio – ou mais precisamente a conivência – do Conselho Federal de Educação para planejar os sistemas de ensino dos Estados. Foi ao longo da III Reunião Anual dos Conselhos de Educação que foram estabelecidos os critérios para a implantação dos planos de educação. Estes critérios apoiavam-se

> sobre a tendência tecnicista e priorizavam a gestão dos sistemas de ensino.

No estado de Santa Catarina, os Planos de Metas do Governo e os Planos Estaduais de Educação foram ferramentas políticas que decorreram de um planejamento que vincula educação e economia com vistas ao desenvolvimento do estado e o exercício de suas formas de controle social.

Nesse percurso, segundo Valle (2003), os professores sofreram pressões e controles realizados pela esfera burocrática, na maioria das vezes essas estratégias de controle eram sistematizadas por profissionais vindos das áreas econômicas e que atuavam na educação.

Com a análise dos planos de governo em relação à educação, tanto na esfera nacional quanto na estadual, verifica-se que o currículo foi elaborado e proposto às instituições de ensino em todos os níveis de acordo com o contexto histórico (político, social e econômico) pelo qual o país e o estado passaram para atender aos interesses de quem estava e/ou teve o poder. Isso mostra que o currículo pode ser considerado uma ferramenta para que o governo manifeste o seu poder e os seus interesses frente à educação.

Assim, destaca-se a grande quantidade de alterações curriculares que os cursos de ensino superior sofreram, principalmente na área da educação/licenciaturas, para que existisse um domínio do tipo de formação e do tipo de profissional que se queria para a sociedade.

Já que a educação era vista pelos governantes como “salvadora” da sociedade e de todos os problemas que os países subdesenvolvidos passavam, principalmente no âmbito da economia, a ação de melhorar a educação estava associada ao fato de aumentar a produtividade, o consumo e os lucros.

O currículo deveria ser entendido como integrante do contexto social e histórico em que se desenvolvia, onde a política educacional estabelecia as coordenadas curriculares.

Segundo Sacristán (2000), a regulação do currículo é um interesse político para controlar a educação como um sistema ideológico, assim o Estado intervém na organização da vida social, numa ação política.

Já que a organização curricular é algo inerente ao sistema educativo, para o autor, o currículo precisa estar focado numa perspectiva social. Porém,

ele tem representado uma estrutura de forças, interesses políticos e econômicos de uma dada realidade social.

A partir das reflexões de Martins (2007), consideramos que é importante conhecermos o contexto histórico, social e político de reestruturação dos currículos e dos saberes neles contidos ou excluídos.

> E, entretanto, para evitar que a palavra currículo e a grande gama de sentidos que ela expressa sejam apenas cenário ou a expressão de uma sequência de saberes, trago para a mesa de discussões a necessidade de compreendermos também as ferramentas que os estudos curriculares nos apresentam com suas práticas de pesquisa buscando compreender historicamente o que é o conhecimento histórico que ensinamos, como ele foi construído, legitimado, o que e como permanece, ou por que algo é retirado dos programas, dos livros didáticos e da sala de aula. (MARTINS, 2007, p. 156).

Em 1971, foi promulgada a Lei 5.692/71, nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com novas orientações para educação. A formação de professores na Escola Normal foi substituída pela Habilitação Específica para o Magistério, a ser cursada no ensino de 2º grau (BRASIL, 1971).

De acordo com os estudos de Cruz (2011), a LDB 5.692/71 teve a função de reformar o sistema de ensino a partir das propostas do Conselheiro Federal de Educação, Valnir Chagas, sendo uma delas transformar o Curso de Pedagogia num curso de estudos da educação. Porém uma das maiores críticas sofridas pelo curso, desde a sua criação, foi a de possuir uma formação demasiadamente de caráter tecnicista.

Consideramos que a criação do curso de Magistério representa esta proposta de formação tecnicista do professor, caracterizado como um curso profissionalizante de nível de 2º grau, conforme descrito no Art. 30 da LDB 5.692/71:

> Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
> a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
> b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
> c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.
> § 1º Os professôres a que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou, quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando fôr o caso, formação pedagógica.

> § 2º Os professôres a que se refere a letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.
> § 3° Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores. (BRASIL, 1971, não paginado).

Em Santa Catarina, em 1974, o Curso Normal tornou-se Magistério, com o Decreto nº SE 1.802, de 30 de dezembro de 1974. A seguir, o quadro de disciplinas que compunham o currículo elaborado a partir do decreto citado acima:

Quadro 7 - Habilitação para o Magistério de 1º grau – 1ª a 4ª série - Total do curso (previsto): 2.700 horas (Continua)

		Matérias	Aulas Semanais	Total Anual	Aulas Semanais	Total Anual	Aulas Semanais	Total Anual	Total Curso
Educação Geral	Comunica-ção e Expressão	1. 2. 3.	1ªs - 2ªs 9 - 9 2 - 2 2 - 2	 30 60 60	3ªs - 4ªs -	-	5ªs - 6ªs -		 90 60 60
	Estudos Sociais	1. Geografia 2. História 3. OSPB 4. Ed. Moral e Cívica	2 - - 2 - - 2 - 2	30 30 - 60			2 - 2	60	30 30 60 60
	Ciências	1Matemática 2. Química 3. Física 4. Biologia	3 - 3 3 - 3 3 - 3 2 - 2	90 90 90 60	9 - 9 - - - - - -				
		Subtotal	22 - 22	660	9 - 9	90	2 - 2	60	810
Formação Especial não Profissionalizante	Comunica-ção e Expressão	1. Redação e Expressão	- -	-	9 - 9	90	9 - 9	90	180
	Estudos Sociais	1. Estudos Regionais	-	-	2 - 2	60	- -	-	60
	Ciências	1. Noções de Psicologia 2. Programa de Saúde	2 - 2 1 - 1	60 30	- -	- -	- - - -	- -	60 90
		Subtotal	9 - 9	90	5 - 5	150	9 - 9	90	990

Quadro 7 - Habilitação para o Magistério de 1º grau – 1ª a 4ª série - Total do curso (previsto): 2.700 horas (Conclusão)

Formação Especial Profissionalizante		1. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau	- -	-	- -	-	2 - 2	60	60
		2. Didática e Prática de Ensino	- -	-	6 - 6	180	10 - 10	900	480
			- -	-	9 - 9	90	4 - 4	120	210
		3. Psicologia da Educação	- -	-	2 - 2	60	2 - 2	60	120
		4. Sociologia da Educação	- -	-	9 - 9	90	- -	-	90
		5. **História da Educação**	- -	-	4 - 4	120	- -	-	120
		6. Biologia Educacional	- -	-	- -	-	2 - 2	60	60
		7. Recursos Audiovisuais	- -	-	- -	-	2 - 2	60	60
		8. Estatística Aplicada à Educação							
		Subtotal	- -	-	18 - 18	540	22 - 22	660	1200
Art. 7 Lei 5692/71		1. Ed. Física	9 - 9	90	9 - 9	90	9 - 9	90	270
		2. Ensino Religioso	1 - 1	90	1 - 1	90	1 - 1	90	90
		Total	29 - 29	870	90 - 90	900	91 - 91	930	**2.700**

Fonte: Teive, 1997, p. 79.

Destacam-se nesse quadro as áreas de Didática, devido ao viés profissionalizante do curso e o destaque para os estudos realizados pela área da Psicologia, com os estudos sobre o desenvolvimento infantil.

A disciplina História da Educação está incluída na grade curricular, no campo das disciplinas de formação especial profissionalizante, porém ainda não a Filosofia, o que, como indicado por Teive (1997), prejudicaria as reflexões sobre a profissão e a realidade social.

Cruz (2011, p. 73) considera que não podemos falar de formação de professores, do Curso de Pedagogia, sem nos remetermos ao Curso Normal, visto que:

> [...] o Curso de Pedagogia assumiu desde o início uma função bastante parecida com a do Curso Normal, no que diz respeito às suas disciplinas, no entanto enfatizou mais a dimensão teórica do que a dimensão prática. Talvez essa difusa relação entre teoria e prática no tocante aos dois cursos em questão possa ser assim expressada: no Curso Normal, predominou a ênfase na prática com “muita” teoria e no Curso de Pedagogia, predominou a ênfase na teoria com “pouca” prática.

O seu estudo considera que um dos fatores que deram força para a manutenção e o reconhecimento da importância do Curso Normal foi a dimensão prática do seu processo de formação de professores. E no caso do Curso de Pedagogia, foram os avanços que ele propôs nos estudos das questões teóricas para se pensar a educação.

De acordo com os estudos de Aguiar (2006) o Curso de Pedagogia em Santa Catarina na década de 1960 teve sua implantação a partir de uma emergência, para atender as demandas do desenvolvimento de Estado. E nas décadas de 1970 e 1980 teve grande expansão, devido à procura por matrículas para atender as exigências da expansão da rede escolar e da escolaridade e houve também a expansão do ensino superior privado. Após estas reflexões iremos tratar da disciplina História da Educação numa percepção mais ampla do seu espaço no currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação.

2.3 A DISCIPLINA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Consideramos que a trajetória de uma disciplina está vinculada à história de disciplina História da Educação. A partir dessa contextualização, buscaremos conhecer as primeiras reflexões acerca da trajetória da disciplina História da Educação no referido curso.

Abordando a História da Educação, Monarcha (2007, p. 51-77) faz uma periodização da constituição e da institucionalização dessa disciplina, que inicia entre os anos 1930 e 1950, com as Escolas Normais. No período de 1950 a 1970, percebem-se novas mudanças, com a atuação de professores pesquisadores vinculados ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo no final dos anos 1950, e a partir dos anos 1970, com a consolidação da disciplina nos cursos de Pedagogia e a expansão da pós-graduação.

A partir daí, é possível perceber como a disciplina História da Educação foi se constituindo nos currículos do curso de Pedagogia. Em História da Educação, faz-se necessária uma contextualização histórico-política-social para uma adequada articulação entre os registros do passado e do presente diante dos temas estudados.

De acordo com Catani e Faria Filho (2002), a história da disciplina História da Educação Brasileira nos cursos de Pedagogia tem origem entre os anos de 1930 a 1940, consolida-se nos anos 1970 e renasce nos anos 1980 com pesquisadores da área de todo o Brasil nos cursos de pós-graduação. Conforme descreve Tanuri (2005, p. 231-232):

> Mesmo nos cursos de Pedagogia, a disciplina específica de História da Educação era geralmente inexistente nos currículos antes dos anos de 1970. Informações fornecidas pela professora Tirsa Regazzini Peres, ex-aluna de Pedagogia da USP dos anos 50, evidenciam que o programa da disciplina História da Educação, então a cargo do professor Roque Spencer Maciel de Barros, não chegava a contemplar conteúdos referentes ao Brasil. Era Fernando de Azevedo quem, responsável pela cátedra de Sociologia da Educação e tendo sido político da educação, inclusive diretor-geral da instrução pública, trazia informações sobre a abordagem histórica da educação brasileira, principalmente sobre a atuação que tivera no Distrito Federal e em São Paulo. O primeiro currículo mínimo do Curso de Pedagogia, fixado em decorrência do parecer CFE 251/62, contempla a matéria História da Educação, especificando que ela "deve ser entendida como uma apreciação coerente dos fundamentos históricos que explicam a educação moderna, e, dentro dessa orientação, conterá uma divisão especial dedicada à História da Educação Brasileira." Tal diretriz não chegou a ter como consequência o desdobramento da História da Educação em disciplinas específicas, de modo que, nos anos de 1960, vamos encontrar, tanto no curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo (USP) como no das Faculdades de Filosofia do interior, a disciplina História da Educação Brasileira sendo contemplada no final do programa de História da Educação Geral e não como disciplina específica. Finalmente, ela aparece como disciplina autônoma nos anos de 1970.

Em Santa Catarina, conforme lembra Teive (1997), entre os anos de 1970 e 1980, o descontentamento com o regime militar reacendeu as forças democráticas para novas ações, inclusive na área da educação.

Nesse sentido, o II Plano Estadual de Educação, do período de 1980 a 1983, dá ênfase ao professor, numa proposta de educação para transformação da sociedade (SANTA CATARINA, 1980). Nuernberg e Rabelo (2016) consideram que assim como o I Plano Estadual de Educação (1969-1980), esse também é baseado em concepções de educação tecnicistas, para atender as demandas de mão de obra da indústria em crescimento.

A partir da LDB 9394/96, mudanças significativas na formação de professores ocorreram, já que a formação de professores passou a ser de nível superior e os desafios da formação de professores continuaram fazendo parte dos planos de governo e da instituição de ensino superior. As inúmeras reformulações curriculares no curso são resultado dos desafios da formação de

professores ao longo dos anos. Os momentos de discussão entre os pares são ricos espaços de reflexão sobre a formação desses profissionais e a sociedade atual, numa visão de democracia e justiça social.

A defesa da educação pública, da universidade pública, foi sempre um assunto emergente na sociedade e no campo da educação. O currículo, as disciplinas e as propostas de atualização da formação de professores não podem ser omitidos às questões político-sociais, pois a profissão tem uma função social e reconstruí-la é uma tarefa diária.

A História e consequentemente a História da Educação não é linear, progressiva, mas repleta de retrocessos, contradições e descontinuidades. O estudo de uma disciplina curricular contribui para compreender o papel dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, na forma de definir que conhecimentos devem estar presentes no curso de formação de professores.

No decorrer da pesquisa procurar-se-á conhecer o significado e a importância dessa disciplina no curso de formação de professores para compreensão dos diferentes contextos em que ela atua, suas influências e suas interligações com a educação.

As disciplinas constituem saberes, e o seu lugar no currículo é objeto de questionamentos, disputas e pesquisas na área de História da Educação e do Currículo. Buscar compreender essas questões é um grande desafio. Para tanto, um dos principais objetivos desta pesquisa será procurar compreender o papel e o significado da disciplina História da Educação diante das alterações curriculares, permanências e mudanças desta disciplina.

Segundo Chervel (1990), a história das disciplinas escolares deve ser analisada como integrante da cultura escolar. A sua constituição se dá no interior da cultura escolar, com objetivos próprios. Os seus conteúdos e suas metodologias não podem ser analisados separadamente, pois estão ligados aos objetivos e funcionamento da disciplina.

Considera-se, a partir das contribuições de Juliá (2000) e Chervel (1990), que para fazer uma história das disciplinas é preciso partir de dentro da instituição, das vivências do ensino. Juliá (2000, p. 45) diz que “uma disciplina se define tanto por suas finalidades quanto por seus conteúdos.” Percebe-se que,

muitas vezes, é diante das exigências de alterações curriculares oriundas das legislações educacionais que as disciplinas se modificam.

As questões de currículo fazem parte das propostas apresentadas nos planos de governo em todos os níveis, por ser um campo de poder, principalmente a área de formação de professores. Pois é o currículo e as disciplinas que irão delinear o tipo de formação e o tipo de profissional que se quer.

De acordo com Nunes (2002), a História da Educação é uma disciplina introdutória para formação do professor, sua identidade e criticidade constituída a partir do conhecimento histórico. Para compreensão de que a educação é uma construção social e para pensar historicamente as questões educacionais do presente, é preciso compreender a escola e desnaturalizar procedimentos, vê-los com os óculos da história.

Assim, podemos considerar que a disciplina História da Educação é considerada no currículo como introdutória a outros estudos da área da educação. Caberia a ela fornecer uma base contextual da origem das questões educacionais. Por isso, ela é acompanhada, por exemplo, da Filosofia e da Sociologia da Educação desde os currículos do curso de formação de professores na Escola Normal e no Curso de Pedagogia, compondo a área do conhecimento considerada Fundamentos da Educação.

3. O ENSINO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A história da educação se configurou como campo de conhecimento fundamental na formação de professores e profissionais da educação, tornando-se, principalmente com a consolidação da pós-graduação, também um grande campo de estudos e pesquisas.

Refletimos a partir de Monarcha (2007) que a constituição e a institucionalização do campo da história da educação como conhecimento disciplinar se deu a partir da década de 1930. Pois foi a partir desse período que o meio universitário passou a dar maior ênfase às ciências humanas e sociais.

Entre os anos de 1930 e 1950 foram incluídos nos currículos das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia conteúdos da história da educação geral e do Brasil, com destaque para a educação brasileira na Colônia, no Império e na República. Nesse período foram produzidos os manuais para o ensino de História da Educação.

Já nos anos de 1950 e 1960, no processo de modernização urbana e industrial, a educação passou a fazer parte das discussões, o que culminou com a aprovação da LBD/1961. Nesse período se percebe um ensino de História da Educação mais atrelado à realidade do país, os manuais começam a ser substituídos por produções intelectuais de autores brasileiros, que integravam o ensino universitário.

No decorrer das décadas de 1970, 1980 e 1990, houve a consolidação e expansão da pós-graduação em educação, a disciplina História da Educação se fortalece com novos pesquisadores, grupos de pesquisa, eventos e publicações científicas. Na grande maioria das universidades há uma redução na carga horária da disciplina e uma ampliação na pós-graduação. O quadro abaixo ilustra este fato:

Quadro 08 - A disciplina História da Educação nos currículos dos Programas de Pós-Graduação em Educação (2002-2009)

Ano	Disciplinas	Programas	Nº Disc./Programa
2000	74	55	1,3
2005	149	77	1,9
2009	174	93	1,9

Fonte: Horta, 2012 *apud* Bastos, 2016.

A partir dos anos 2000, ampliaram os temas de estudos e as abordagens metodológicas, com o consequente aumento das produções acadêmicas e sua internacionalização, formando redes de conhecimentos entre os pesquisadores.

Percebemos que houve a inserção nos planos de ensino da disciplina de obras publicadas mais recentemente, oriundas da pesquisa, como forma de romper com a visão e o ensino de história da educação de maneira linear e cronológica, que perdurou por muitas décadas. Também para poder ir além da abordagem das ideias pedagógicas para estudos mais próximos e ligados à realidade educacional vivenciada.

Consideramos que os estudos na área da História da Educação indicam caminhos para que os professores em formação reflitam sobre a realidade educacional de forma crítica pautados na abordagem histórica da educação. Nas palavras de Bastos (2006, p. 52*),* “Outro desafio é buscar, cada vez mais, entender o campo da história da educação como uma disciplina histórica, um campo setorial da história.” Sendo assim, se faz necessária uma maior integração das pesquisas em história da educação com outras áreas das ciências humanas, numa perspectiva interdisciplinar de abordagem dos estudos em educação.

Atualmente, diante dos inúmeros e permanentes desafios dos processos de formação e as decorrentes alterações curriculares, tem sido uma área importante no sentido de manter um enfoque histórico-crítico no ensino, na pesquisa e na formação de maneira mais ampliada.

Considerando os dados que estão na base desta pesquisa, identificamos nas fontes analisadas que o ensino da disciplina História da Educação nos primeiros anos do curso de Pedagogia, década de 1960, é baseado numa história mais geral da educação, uma abordagem marcadamente cronológica em que se reúnem fatos que teriam marcado seus primórdios de modo mais ampliado. É comum iniciar com conteúdos relativos à Grécia e à Roma, por exemplo, numa abordagem linear da história, indo da Antiguidade à Contemporaneidade. A partir de 1970, há a introdução de assuntos mais ligados à história da educação brasileira, mas com forte associação à história política do país, destacando-se os períodos da Colônia, Império, República, e os principais “feitos políticos” de cada momento.

De 1980 em diante, eventos, associações e periódicos específicos da área da História da Educação ganham maior expressão, favorecendo a divulgação de resultados de pesquisas que, aos poucos, passam a ser publicadas em diferentes formatos – trabalhos publicados em anais de eventos, artigos publicados em periódicos, livros e capítulos, entre outras – publicações que começam a integrar os planos de ensino da disciplina. Observa-se que tal processo ganha maior força nos anos 2000, acompanhando a expansão e consolidação de cursos de pós-graduação, muitos deles com linhas e grupos de pesquisa voltados para estudos relativos à história da educação. Esse

movimento provoca uma grande ampliação de fontes e temas de investigação histórica em educação, o que contribuiu enormemente para o crescimento desse campo. Conforme comenta Monarcha (2007, p. 69) sobre a constituição deste campo de ensino e pesquisa,

> [...] a história da educação (brasileira) paulatinamente se consolidou como disciplina acadêmica, nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, emancipando-se gradativamente de outros domínios disciplinares conexos, a saber: a História da Educação Geral, da qual constava como apêndice, da Filosofia da Educação, com a qual tendia a confundir-se como história das ideias sobre educação, e, por vezes, da Sociologia da Educação.

No tocante ao currículo, na linha de abordagem aqui adotada, considera-se esse um campo de disputas; se por um lado, as políticas de governo ditam caminhos a serem percorridos, por outro, os profissionais da educação trilham, contornam e/ou aprimoram tais caminhos, numa relação que remete à prática. Tal conjuntura aproxima-nos das ideias de Sacristán (2000, p.15-16):

> O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.

Em diálogo, ou na falta dele, refletimos com Teive (2014) que o primeiro currículo do curso de Pedagogia da FAED foi oferecido em quatro anos, os primeiros três dedicados às disciplinas consideradas “teóricas” e o último ano para as disciplinas “práticas”, numa concepção de que a teoria seria a base para a ação pedagógica. Na quarta série havia as opções de: Formação de professores do Curso Normal; Formação de orientadores para o Curso Primário; Formação de administradores escolares; ou Formação de Pesquisadores educacionais; o que revela o distanciamento da formação de professores para a escola primária, objeto de formação da Escola Normal. Tem-se, aqui, um ponto relevante a ser destacado: ainda que a Faculdade de Educação da UDESC, que abriga o Curso de Pedagogia, cenário desta análise, tenha origem conectada à

Escola Normal Catharinense, seu endereçamento em termos de formação se diferencia.

Na organização curricular do curso de Pedagogia, a disciplina História da Educação era ministrada na 2ª série do curso, com carga horária total de 103h/a (horas/aula), conforme dados localizados na grade curricular salvaguardada no arquivo da FAED, conforme segue:

Figura 1 – Currículo do curso de Pedagogia – FAED, 1964

Faculdade de Educação

CURSO DE PEDAGOGIA

Currículo iniciado em 1964

1ª Série

Disciplinas	H / a
Psicologia Geral	151
Sociologia Geral	139
Estatística Geral e Metodológica	139
Legislação Geral e do Ensino	136

2ª Série 1965

Disciplinas	H / a
Psicologia Educacional	123
Sociologia Educacional	115
Biologia Educacional	097
Estatística Educacional	123
História da Educação	103

3ª Série 1966

Disciplinas	H / a
Estudo Sócio Economico de Santa Catarina	116
Administração Escolar	121
Filosofia da Educação	120
Higiene Escolar	118
Didática Geral	121

Faculdade de Educação- cont... currículo iniciado em 1964

4ª Série 1969 (1967) Bacharelato

Disciplinas	H / a
Introdução ao Planejamento Educacional	058
Teoria, Métodos e Tecnicas em Pesquisa Educacional	147
Orientação Educacional	143
Teoria da Comunicação	076
Orientação do Ensino	148
Teste e Medidas	051

Fpolis, 01 de outubro de 1981

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 2 – Aprovação do Currículo do curso de Pedagogia – FAED, 1965 (Continua)

Estado de Santa Catarina

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

43/65

N.º 21/65 Florianópolis, 18 - ~~janeiro~~ fevereiro, 1965

Magnífico Reitor

Tenho a subida honra de submeter á consideração de V.Magcia. o currículo do Curso de Pedagogia para 1965 e anos subsequentes, aprovado na sessão da Congregação em 1º de fevereiro de 1965:

1ª Série - Psicologia Geral, (1)
Sociologia Geral, (2)
Legislação Geral e do Ensino, (3)
Estatística Geral; (4)

2ª Série - Psicologia Educacional, (5)
Sociologia Educacional, (6)
Biologia Educacional, (7)
História da Educação, (8)
Estatística Educacional; (9)

3ª Série - Estudos Sócio-econômicos de Santa Catarina, (10)
Administração Escolar, (11)
Higiene Escolar, (12)
Didática Geral, (13)
Filosofia da Educação; (14)

4ª Série - 1- Formação de professôres do Curso Normal:
a) Didática Geral e Prática de Ensi
b) 1ª opção
c) 2ª opção
d) Legislação do Ensino
e) Teoria e Prática da escola média primária
2 -Formação de orientadores para o Cu Primário:
a) Teoria e prática da escola prim
b) Psicologia Educacional
c) Legislação do Ensino

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 2 – Aprovação do Currículo do curso de Pedagogia – FAED, 1965 (Conclusão)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

3 - Formação de Administradores escolares:
a) Legislação do Ensino
b) Administração escolar(primária e secundária)
c) Estatística aplicada á Educação
d) Sociologia
e) Educação Comparada

4 - Formação de pesquisadores educacionais:
a) Métodos e técnicas de pesquisa pedagógica
b) Psicologia Educacional
c) Estatística
d) Testes e Medidas
e) Estudos Sócio-econômicos de Santa - Catarina.

Aos alunos que não conseguirem aprovação em uma ou mais disciplinas será facultado matrícula em disciplina da série seguinte, observando-se obrigatóriamente as seguintes vinculações:

a) matrícula na disciplina 5 depende de aprovação na 1;
b) matrícula na disciplina 6 depende de aprovação na 2;
c) matrícula na disciplina 7 depende de aprovação na 1;
d) matrícula na disciplina 8 depende de aprovação na 2;
e) matrícula na disciplina 9 depende de aprovação na 4;
f) matrícula na disciplina 10 depende de aprovação na 2;
g) matrícula na disciplina 11 depende de aprovação na 3;
h) matrícula na disciplina 12 depende de aprovação na 7;
i) matrícula na disciplina 13 depende de aprovação nas 5 e 6
j) matrícula na disciplina 14 depende de aprovação na 8.

Rogo, outrossim, seja submetido á apreciação do Egrégio Conselho Técnico do I.E.E. e ao Colendo Conselho Estadual de Educação em máxima brevidade possível, a fim de que possa ser colocado em vigor no corrente ano letivo.

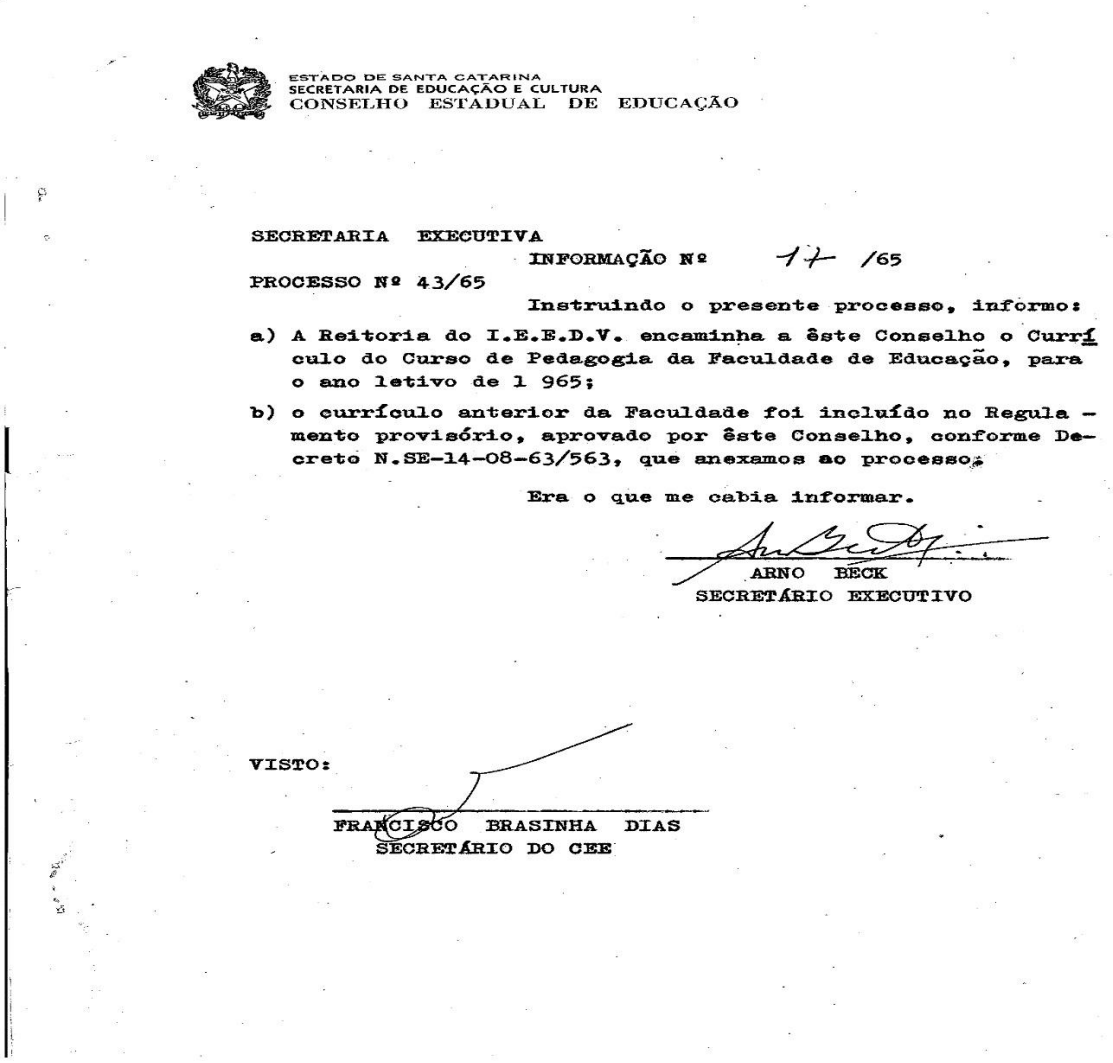
Certo de ser atendido, renovo os meus protestos de - elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ANDRAY NUNES PIRES

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 3 – Encaminhamento do currículo de Pedagogia, 1965



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

INFORMAÇÃO Nº 17 /65

PROCESSO Nº 43/65

Instruindo o presente processo, informo:

a) A Reitoria do I.E.E.D.V. encaminha a êste Conselho o Currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, para o ano letivo de 1 965;

b) o currículo anterior da Faculdade foi incluído no Regulamento provisório, aprovado por êste Conselho, conforme Decreto N.SE-14-08-63/563, que anexamos ao processo;

Era o que me cabia informar.

ARNO BECK
SECRETÁRIO EXECUTIVO

VISTO:

FRANCISCO BRASINHA DIAS
SECRETÁRIO DO CEE

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Destacamos que, conforme descrito no documento acima, no Currículo do Curso de Pedagogia, aprovado em 1965, a matrícula na disciplina História da Educação, na 2ª série do curso, dependia da aprovação na disciplina Sociologia Geral da 1ª série. Essa prática curricular, qualificada como pré-requisito, caracteriza a ligação existente entre as disciplinas consideradas “Fundamentos da Educação” para a formação dos pedagogos/as e os conteúdos que se supunham fundamentais para compreender os seguintes.

Lins (1999, p. 39-40) expõe que:

> Em 11 de novembro de 1964 o Edital do concurso de títulos para provimento das cadeiras da 2ª série do curso de Pedagogia especificava as disciplinas: Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Biologia Aplicada à Educação e História da Educação. A comissão julgadora era constituída pelos professores Nilson Paulo, Alcides Abreu e Francisco Brasinha Dias, os dois primeiros

> representantes da Congregação da Faculdade e o último representante do Conselho Estadual de Educação, conforme Portaria nº 13 de 1 de dezembro de 1964. Após a realização do concurso de títulos, a comissão julgadora aprovou os candidatos abaixo mencionados, sendo o resultado publicado no Diário Oficial do Estado nº 7.750, de 10.02.1965: Aníbal Nunes Pires – Sociologia Educacional; Joaquim Madeira Neves – Biologia Aplicada à Educação; Lydio Martinho Callado – Psicologia Educacional e Paulo Fernando de Araújo Lago – História da Educação.

Destacamos que o Professor Paulo Fernando de Araújo Lago, conforme documentação existente no arquivo da FAED foi o primeiro docente - Professor Titular da disciplina História da Educação a partir do ano de 1966, antecedido pelo Professor Assistente Nelson Luiz Teixeira Nunes em 1965.

Em 10 de novembro de 1965, com base no artigo 79 da LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e no parecer do CEE/SC, o Governo do Estado aprovou o Estatuto da UDESC pelo Decreto Estadual nº 3.354, onde faz parte o primeiro Regimento da Universidade salvaguardado no arquivo da FAED que descreve:

> Título I – Da Faculdade, seus fins e relacionamento com a entidade mantenedor
> Dos Professores Titulares
> Art. 133 – São admitidos como titulares os professores possuidores de títulos e requisitos necessários para serem aceitos pelo Conselho Federal de Educação para ministrar a disciplina para a qual foi proposta.
>
> Dos Professores Assistentes
> Art. 134 – Os professores assistentes interinos são admitidos mediante a comprovação dos seguintes requisitos:
> a) Ser possuidor de Curso de Graduação (bacharelado e licenciatura), que inclua o estudo da disciplina que irá lecionar pelo período mínimo de dois anos.
> b) Prova de ter se especializado na disciplina que irá lecionar, pelo preenchimento de pelo menos um dos seguintes itens:
> 1) Curso de Especialização ou Pós-Graduação;
> 2) Aprovação em concurso de ingresso ao Magistério secundário;
> 3) Prática de ensino de nível superior;
> 4) Obra publicada. (SANTA CATARINA, 1965).

Figura 4 – Lista de docentes do curso de Pedagogia, 1966

FORMULÁRIO Nº 2

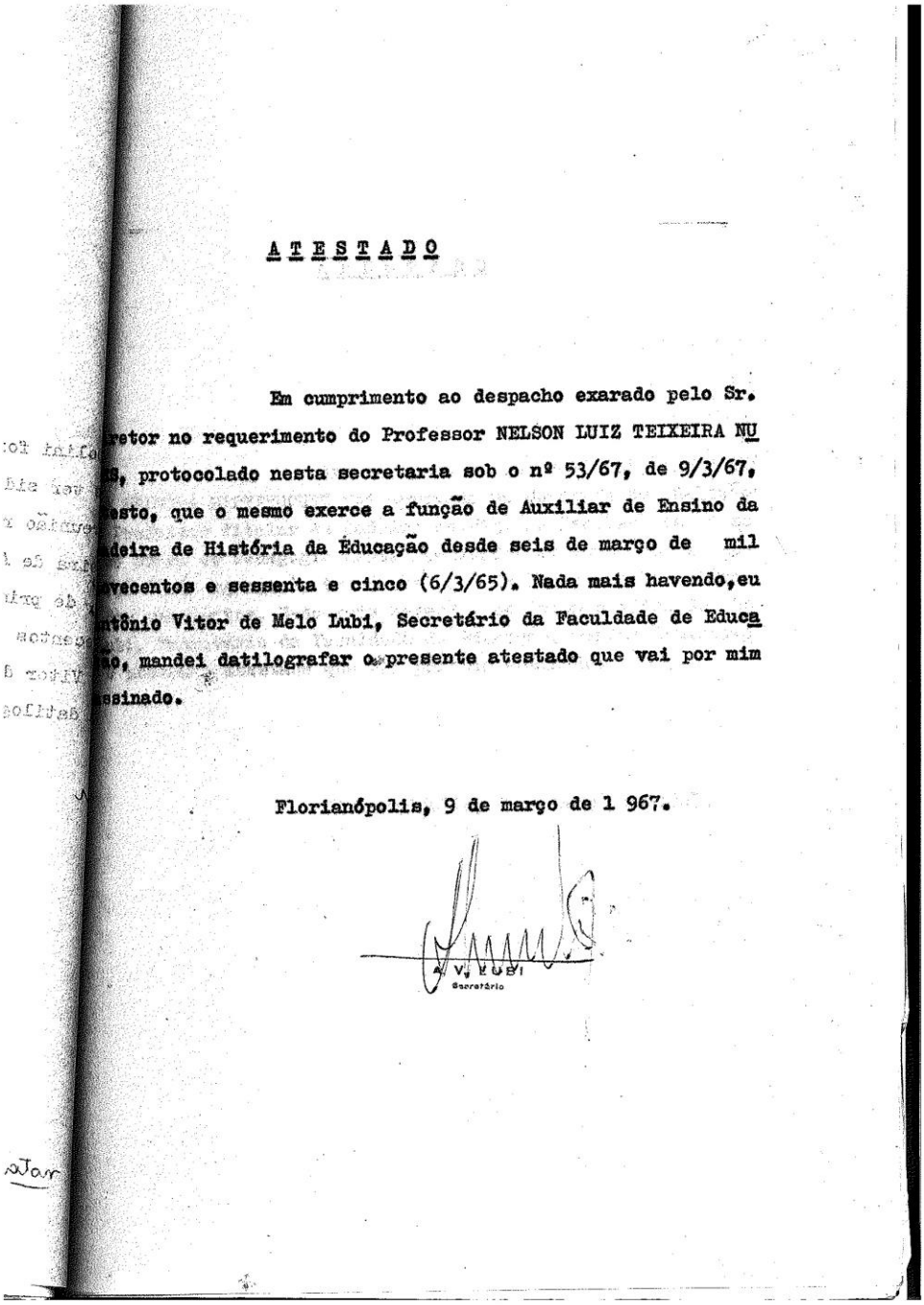
PESSOAL DOCENTE

1 966

NOME	DISCIPLINA	CURSO	OBSERVAÇÕES
Emiliana M.S.C.da Silva	Psicologia Geral	Pedagogia	Prof. Titular
Eoy Lima Barreto	" "	"	Prof. Assist.
Alcides Abreu	Sociologia Geral	"	Prof. Titular
Osvaldo F. de Melo	Legislação	"	Prof. Titular
Francisco B. Dias	"	"	Prof. Assist.
Nilson Paulo	Estatística G.	"	Prof. Titular
Lydio Martinho Callado	Psicologia Educ.	"	Prof. Titular
Hélio Romito de Almeida	" "	"	Prof. Assist.
Anfbal Nunes Pires	Sociologia Educ.	"	Prof. Titular
Nelza M. Huedepohl	" "	"	Prof. Assist.
Joaquim Madeira Neves	Biologia Educac.	"	Prof. Titular (faãec.6/6/66
Holdemar O. de Menezes	" "	"	Prof. Assist. (Resp.P/Cadei
Paulo F. de A. Lago	História da Ed.	"	Prof. Titular
Nelson Luiz T. Nunes	" " "	"	Prof. Assist.
João Batista Luft	Estatística Ed.	"	Prof. Titular
Pedro Nicolao Prim	" "	"	Prof. Assist.
Wilmar Dallanhol	Est.Sócio-Ec. SC	"	Prof. Titular
Orlando F. de Melo	Administração Esc	"	Prof. Titular
Antenor Manoel Naspolini	" "	"	Prof. Assist.
Álvaro C. de Carvalho	Higiene Escolar	"	Prof. Titular
João Bahia E.Bittencourt	" "	"	Prof. Assist.
Edio Chagas	Didática Geral	"	Prof. Titular
Maria de P.S. da Costa	" "	"	Prof. Assist.
Celestino Sachet	Filosofia da Ed.	"	Prof. Titular
Jamudrio Raimundo Serpa	" " "	"	Prof. Assist.

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 5 – Atestado professor Nelson Luiz Teixeira Nunes, 1967



A T E S T A D O

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr. retor no requerimento do Professor NELSON LUIZ TEIXEIRA NU S, protocolado nesta secretaria sob o nº 53/67, de 9/3/67, esto, que o mesmo exerce a função de Auxiliar de Ensino da deira de História da Educação desde seis de março de mil vecentos e sessenta e cinco (6/3/65). Nada mais havendo, eu tônio Vitor de Melo Lubi, Secretário da Faculdade de Educa ão, mandei datilografar o presente atestado que vai por mim sinado.

Florianópolis, 9 de março de 1 967.

A. V. LUBI
Secretário

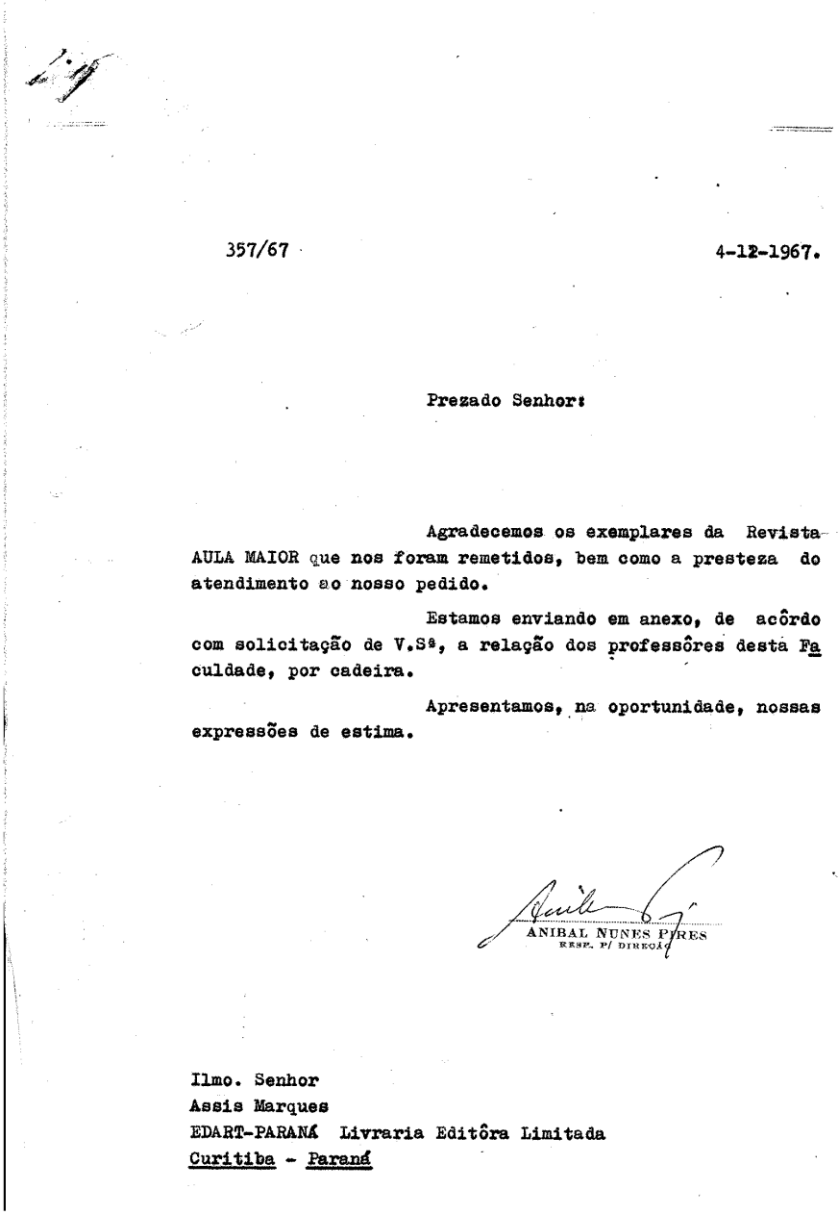
Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Na lista de docentes do curso de Pedagogia referente ao ano de 1967, o Professor Paulo Lago consta como professor titular regente das disciplinas Sociologia Geral e História da Educação. A sua formação acadêmica era de

Bacharel em Geografia pela Universidade do Brasil e Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Reconhecemos a importância de tecer alguns comentários sobre a formação dos docentes que ministraram a disciplina, pois este aspecto está interligado à docência, às pesquisas e às produções acadêmicas. Porém, como não há possibilidade nesse estudo de fazer esse levantamento e análise para todos os docentes, efetivamos o destaque ao primeiro docente.

Figura 6 – Carta enviada a EDART- Paraná



357/67 4-12-1967.

Prezado Senhor:

Agradecemos os exemplares da Revista AULA MAIOR que nos foram remetidos, bem como a presteza do atendimento ao nosso pedido.

Estamos enviando em anexo, de acôrdo com solicitação de V.Sª, a relação dos professôres desta Faculdade, por cadeira.

Apresentamos, na oportunidade, nossas expressões de estima.

ANIBAL NUNES PIRES
RESP. P/ DIRETÓR

Ilmo. Senhor
Assis Marques
EDART-PARANÁ Livraria Editôra Limitada
Curitiba - Paraná

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 7 – Relação dos professores da Faculdade de Educação

RELAÇÃO DOS PROFESSÔRES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CADEIRA	PROFESSOR TITULAR	PROFESSOR ASSISTENTE
Legislação Geral e do Ensino	Osvaldo Ferreira de Melo	Francisco Brasinha Dias
Estatística Geral e Metodológica	Nilson Paulo	Otacílio Schüler Sobrinho
Psicologia Geral	Emiliana Maria S.C.da Silva	Ecy Lima Barreto
Sociologia Geral Regente.....	Paulo Fernando de A.Lago	Valmor Cardoso da Silva
Psicologia Educacional	Lydio Martinho Callado	Hélio Romito de Almeida
Sociologia Educacional	Anibal Nunes Pires	Neide Almeida Fiori
Estatística Educacional	João Batista Luft	Pedro Nicoláo Prim
História da Educação	Paulo Fernando de A.Lago	Nelson Luiz T. Nunes
Biologia Educacional	Holdemar O. de Menezes	Klaus M. Huedepohl
Filosofia da Educação	Celestino Sachet	Januário Raimundo Serpa
Administração Escolar	Orlando Ferreira de Melo	Antenor Manoel Naspolini
Higiene Escolar	Álvaro Cerne de Carvalho	Waldemar Barbosa
Didática Geral	Édio Chagas	Maria de Pompéia S.da Costa
Estudos Sócio-Econômicos de Santa Catarina	Wilmar Dallanhol	Nereu do Vale Pereira
Introdução à Orientação Educacional	Neide Almeida Fiori	
Didática Especial	Édio Chagas	
Planejamento Educacional	Alcides Abreu	
Teoria, Métodos e Técnicas em Pesquisa Educacional	Sílvio Coelho dos Santos	

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Em relação aos Planos de Ensino, entre as décadas de 1960 e 1970, foram localizados documentos que apresentam uma lista de conteúdos a serem ministrados. Quanto à disciplina História da Educação, temos o que segue:

> Datado de setembro de 1966 – Cópia do livro “Pedagogia Geral”, de J. Leife e G. Rustin.
> Assunto: Rabelais; O Japão – aspectos históricos e geográficos; As origens medievais da universidade – Cópia do livro “História da Educação” de Roger Gal; A educação cristã primitiva; A concepção de educação na Idade Média: O conflito ideológico entre o saber pagão e o cristianismo. Livro “História da Educação”, de Paul Monroe.- Datado de novembro de 1966
> Assunto: Índia – aspectos gerais, históricos e geográficos; A educação no Oriente; A Índia e o Ocidente; Conceito de História da Educação; Tendências da “democratização”; Evidências da democratização;

> Evidências da Libertação dos Postulados Ornamentais, A Necessidade da permanência dos ideais antigos.
> Segunda parte - Bibliografia Sumária: História da Civilização Ocidental (M. Burns); O Processo Histórico (J. Clemente Zamora); Os Sistemas Econômicos (J. Lajugie); Histórias da Educação (Paul Monroe); Histórias da Educação e da Pedagogia (L. Luzuriaga); História da Pedagogia (J. Leif e G. Rustin); História da Filosofia (B. Russel) e História das Culturas (Birket – Smith).
> Também os assuntos: A educação entre povos primitivos; A etapa rural e A educação romana. (UDESC, [1963-2013])

Diante dessa documentação, que apresentou uma listagem de conteúdos a serem ministrados na disciplina, considera-se que ainda não havia nesse período uma forma de apresentação dos planos de ensino contendo os objetivos, a metodologia e as referências bibliográficas conforme se registra atualmente. Possivelmente os docentes da disciplina organizavam seu material didático a partir da produção de textos-resumo de obras tidas como referência na área, como será possível acompanhar posteriormente a partir de outros documentos.

A Reforma Universitária foi aprovada em 1968, com a Lei 5.540/68, durante o período da Ditadura Militar, o que pode justificar o enfoque dado a partir desse período à formação dos especialistas (orientador educacional, supervisor escolar e administrador escolar), e a incumbência desses profissionais à “fiscalização” do trabalho docente.

Acompanhando as diretrizes nacionais ainda na década de 1970, logo após a implantação da Reforma Universitária, houve a 1ª reestruturação curricular do curso de Pedagogia da FAED, com a implantação das habilitações Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar e Magistério para as matérias pedagógicas do 2º grau; e a exclusão do bacharelado em Pedagogia.

Houve, nesse período, uma fragmentação do currículo, com a criação das habilitações que, como já citado anteriormente por Michalovicz (2015), chama atenção para a divisão do curso em habilitações, a partir do Parecer 252/69 do CFE, o qual separa as funções de planejamento do ensino, a cargo dos especialistas, e de execução do ensino, ou seja, a docência, para o professor.

Na sequência, a LDB 5.692/71 fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências, sobre as habilitações conforme descrito no art. 33, “a formação de administradores, planejadores, orientadores,

inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação" (BRASIL, 1971).

Seguindo essas orientações, com a Resolução 02/71 do Conselho Universitário (Consuni), em 27 de março de 1971, faz-se "homologar o novo currículo da Faculdade de Educação, [...] para adoção a partir do corrente ano letivo" (UDESC, 1971, não paginado). O curso foi apresentado com a duração de três anos, sendo que no último eram propostas as seguintes habilitações: Administração Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Formação de Magistério.

O novo currículo proposto era dividido em dois grandes blocos: Base Comum de Estudos – com as disciplinas chamadas de Fundamentos da Educação – e Parte Diversificada – com as disciplinas específicas das habilitações: Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2º grau, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Administração Escolar.

As disciplinas História da Educação I e II (com carga horária de 60h cada) eram ministradas na 1ª série do curso, que, conforme se pode visualizar na documentação reproduzida a seguir, corresponderia ao primeiro ano. A 1ª e a 2ª série eram formadas por um grupo de disciplinas denominadas a "Cultura Geral e Pedagógica" do currículo, e faziam parte da Base Comum, conforme citado acima. Ver figuras 8 e 9 que seguem:

Figura 8 – Proposta de Resolução nº 02/71

Universidade para o Desenvolvimento do Estado
de Santa Catarina - UDESC

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Sessão de 27/03/71

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº 02/71

O Conselho Universitário da UDESC, no uso de suas atribuiçoẽs,

R E S O L V E :

Art. único - Homologar o nôva currículo da Faculdade de Educação, aprovado pela Congregação do estabelecimento em sessão realizada dia 27/11/70, para adoção a partir do corrente ano letivo, segundo as disposiçoẽs do avulso em anexo.

Florianópolis, 27 de março de 1971

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 9 – Novo currículo para o curso de Pedagogia, 1971 (Continua)

UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NÔVO CURRÍCULO PARA O
CURSO DE PEDAGOGIA

PRIMEIRA SÉRIE (PRÉ-REQUISITOS DE CULTURA GERAL E PEDAGÓGICA)

	SEMANA	SEMESTRE	ANO
1. PSICOLOGIA GERAL	4 A/S	60 A/S	120 A/S
2. SOCIOLOGIA GERAL	4 A/S	60 A/S	120 A/S
3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DO 1º E 2º GRAUS ...	4 A/S	60 A/S	120 A/S
4. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	4 A/S	60 A/S	120 A/S
5. COMPLEMENTOS DE MATEMÁTICA (I) METÓDOS ESTATÍSTICOS (II)	4 A/S	60 A/S	120 A/S
6. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	4 A/S	60 A/S	120 A/S
7. ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS	2 A/S	30 A/S	60 A/S
8. PRÁTICA ESPORTIVA	2 A/S	30 A/S	60 A/S
	28 A/S	420 A/S	840 A/S

SEGUNDA SÉRIE (PRÉ-REQUISITOS DE CULTURA GERAL PEDAGÓGICA)

	SEMANA	SEMESTRE	ANO
1. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4 A/S	60 A/S	120 A/S
2. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	4 A/S	60 A/S	120 A/S
3. ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS	4 A/S	60 A/S	120 A/S
4. BIOLOGIA (I) HIGIENE E PUERICULTURA	4 A/S	60 A/S	120 A/S
5. DIDÁTICA GERAL	4 A/S	60 A/S	120 A/S
6. ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO (III)	4 A/S	60 A/S	120 A/S
7. PRÁTICA ESPORTIVA	2 A/S	30 A/S	60 A/S
	26 A/S	390 A/S	780 A/S

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Figura 9 – Novo currículo para o curso de Pedagogia, 1971 (Conclusão)

TERCEIRA SÉRIE (PRÉ-REQUISITOS PARA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO)

	SEMANA	SEMESTRE	ANO
1. INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	4 A/S	60 A/S	120 A/S
2. TEORIAS, MÉTODOS E TÉCNICAS EM PESQUISA EDUCACIONAL ..	4 A/S	60 A/S	120 A/S
3. MEDIDAS EDUCACIONAIS	4 A/S	60 A/S	120 A/S
4. PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	4 A/S	60 A/S	120 A/S
5. ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS	2 A/S	30 A/S	60 A/S
6. ORIENTAÇÃO DE ENSINO	4 A/S	60 A/S	120 A/S
DISCIPLINAS DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA			
7. DISCIPLINA DE ESPECIALIZAÇÃO (I DISCIPLINA ANUAL OU I DISCIPLINA DIVIDIDA NOS DOIS SEMESTRES)	4 A/S	60 A/S	120 A/S
8. ESTÁGIO SUPERVISIONADO ...	6 A/S	90 A/S	180 A/S
9. PRÁTICA ESPORTIVA	2 A/S	30 A/S	60 A/S
	34 A/S	510 A/S	1020 A/S
	CURSO COMPLETO		2640 HORAS

A) DISCIPLINAS OPCIONAIS PARA ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO I (1º SEMESTRE - 60 HORAS) PRÉ-REQUISITO PARA A DISCIPLINA Nº 2
2. LEGISLAÇÃO DO ENSINO (II) 1º SEMESTRE - 60 HORAS)
3. PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (I) PRÉ-REQUISITO PARA A DISCIPLINA Nº 4 (1º SEMESTRE - 60 HORAS)
4. ORIENTAÇÃO VOCACIONAL (II) - (1º SEMESTRE - 60 HORAS)
5. PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE SUPERVISÃO ESCOLAR (1º SEMESTRE - 60 HORAS)
6. CURRÍCULOS E PROGRAMAS (I) (PRÉ-REQUISITO PARA A DISCIPLINA Nº 5 e 7 1º SEMESTRE - 60 HORAS)
7. PRINCÍPIOS E MÉTODOS DA INSPEÇÃO ESCOLAR (1º SEMESTRE - 60 HORAS)

CURSO TOTAL ..... 2640 HORAS

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Destaca-se que no primeiro ano do curso, as disciplinas de Psicologia, Sociologia, História da Educação e Filosofia possuíam a mesma carga horária (60 horas/aulas por semestre), o que caracteriza uma paridade entre aquelas consideradas os “Fundamentos da Educação”. No segundo ano, as disciplinas de Psicologia e Sociologia reapareciam com mais 60 horas por semestre cada uma, denotando um fortalecimento dessas áreas no curso de formação de professores.

A década de 1980 é cenário de inúmeras discussões sobre a formação de um profissional/pedagogo crítico engajado no processo de democratização do ensino nos níveis federal e estadual. A realização de assembleias de professores é um desses espaços com maior visibilidade.

Ao dedicar-se ao estudo do tema, Maria das Dores Daros (1999, p. 61) destaca que:

> Os primeiros anos da década de 80 são generosos em oportunidades de discussão oferecidas aos professores e aos demais profissionais da área da educação. Dentre os vários eventos realizados, destacam-se os de repercussão nacional como as Conferências Brasileiras de Educação – CBEs – e os Congressos Nacionais de Professores. (Em 1984 o XVI Congresso foi realizado em Criciúma – SC).

Isso vai ao encontro do que se vê no contexto catarinense, com os movimentos em torno da elaboração do II Plano Estadual de Educação (1980-1983), em que se destaca a figura do professor como forma de melhorar a qualidade do ensino. Nesse período, o descontentamento com o regime militar reacendeu as forças democráticas para novas ações de governo.

O plano propunha uma revitalização dos cursos de Magistério, com o Projeto de Estudos Adicionais para especificidades do ensino no pré-escolar e de 1ª a 4ª série (Resolução 09/74 do CEE). Em relação à Habilitação Magistério, oferecida no ensino de 2º grau, Teive (1997, p. 88) destaca que:

> [...] a matrícula nessa habilitação subiu de 5.253 alunos no ano de 1980 para 12.892 em 1983. Este aumento foi significativamente maior na rede particular de ensino, cujo número de matriculados na habilitação para o magistério passou de 1.686 alunos, no ano de 1980, para 5.034, em 1983, num acréscimo de 198,6%. A rede estadual, por sua vez, aumentou seu número de matriculados em 121% no mesmo período, o que nos remete mais uma vez para a constatação do quanto o Estado de Santa Catarina está se descomprometendo em assumir a formação dos recursos humanos para a escola elementar, delegando à rede particular de ensino cada vez mais a competência para formar o professor para a escola básica.

No governo de Esperidião Amim (1983-1986), o contexto político do país e dos estados era de redemocratização. O I Plano Estadual de Educação de Santa Catarina havia sido elaborado no período de 1969 a 1979, o II Plano, de 1980 a 1983, e o III Plano, entre os anos de 1985 a 1988. Esse último trouxe significativos avanços para o ensino catarinense, tais como o plano de carreira para o magistério, a eleição para os administradores de escolas e o incentivo à participação de professores e estudantes nas discussões sobre educação.

Daros (1999, p. 22) diz que:

> O movimento de professores da rede pública estadual de Santa Catarina vinha se construindo e se consolidando desde o fim dos anos 70 e mostrava, nos primeiros anos da década de 80, capacidade de mobilização, apontando para a possibilidade de gestar um projeto alternativo de educação, cujas molas mestras eram participação e democratização.

Sendo assim, os estudos apresentados por Teive (1997), Scheibe e Daros (2002) e Cruz (2011) nos fazem avaliar que na década de 1980, com a “força” da democracia, após um longo período de repressão, a sociedade civil, em destaque os professores, reacende suas ideias e vozes para a reflexão sobre a profissão com uma visão crítica. Amplia-se o olhar sobre a formação e a ação do pedagogo para além da escola e da sala de aula. O currículo deixa de ter o cunho tecnicista do período ditatorial e emergem questões de educação para a cidadania e relações entre teoria e prática.

Daros (1999) destaca que em 1983 houve uma greve dos professores da rede pública estadual, e que entre as reivindicações estava a criação de comissões paritárias para elaboração do III Plano Estadual de Educação (1985-1988) e questões referentes ao Estatuto do Magistério e Plano de Carreira.

Segundo Teive (1997, p. 93):

> [...] por força do movimento dos professores, em maio de 1983 foram constituídas duas comissões: uma integrada por representantes da Secretaria de Estado da Educação e das associações de classe, para elaborar uma proposta de Estatuto do Magistério e Plano de Carreira, e outra composta por entidades representativas de diversos segmentos do sistema educacional, para elaborar o terceiro Plano Estadual de Educação.

No governo do presidente José Sarney (1985-1990), o discurso político era pautado na necessidade de sanar uma dívida social do país com a Educação. No ano de 1985, a Nova República marca politicamente no país o término da Ditadura Militar. Inicia-se a organização da assembleia nacional constituinte e a elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, a qual, além de outras áreas, contempla a educação entre os artigos 205 a 214 (BRASIL, 1988).

De acordo com Zotti (2004), a “Nova República” não foi tão nova assim, continuou reforçando práticas e propostas da ditadura militar. Com isso, percebe-se a continuidade de propostas conservadoras e descomprometidas para uma educação considerada de qualidade e emancipatória. O caráter utilitarista e técnico, agregado à educação, continuou prevalecendo na organização das propostas curriculares.

No tocante ao currículo, na linha de abordagem aqui adotada, considera-se o currículo um campo de disputas; se por um lado as políticas de governo ditam caminhos a serem percorridos, por outro, os profissionais da educação

trilham, contornam e/ou aprimoram tais caminhos, numa relação que remete à prática.

Sacristán (2000, p. 107) afirma que:

> O currículo não pode ser estendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve; é um objeto social e histórico e sua peculiaridade dentro de um sistema educativo é um importante traço substancial. Estudos academicistas ou discussões teóricas que não incorporem o contexto real no qual se configura e desenvolve levam à incompreensão da própria realidade que se quer explicar.

Em Santa Catarina, as propostas contidas no II Plano Estadual de Educação (1980 a 1983) e no III Plano Estadual de Educação (1985-1988) previam uma política educacional voltada para a democracia e reforçaram as diretrizes de democratização da educação, com vistas a atender as reivindicações do Magistério, tais como o Estatuto, que foi aprovado pela Lei n° 6.884, de 29 de julho de 1986. No plano federal, as propostas de governo para o desenvolvimento do país, seus estados e municípios, incluem a educação e novas diretrizes são estabelecidas através de leis e projetos educacionais (SANTA CATARINA, 1984).

A respeito da indicação de formação do profissional do Magistério pelo curso de nível superior (Pedagogia), entende-se que tal mudança trouxe avanços significativos na qualidade do percurso formativo. Observa-se nesse novo desenho ampliação do tempo de duração do curso, o aprofundamento teórico em muitas áreas do conhecimento, com ênfase na relação teórico-prática entre as disciplinas, a ampliação das relações entre pesquisa e ensino, e a valorização pessoal e profissional através de planos de carreira e aperfeiçoamento docente.

Em relação à disciplina História da Educação, citamos como referência para os anos de 1980, os objetivos e conteúdos que constam no Plano de Ensino da disciplina História da Educação II, prevista para ser ministrada na 4ª fase do curso. Observa-se que os conteúdos deixam de dar destaque para questões mais gerais e distantes em tempos históricos, para dar destaque às questões acerca da história da educação brasileira:

> Objetivos:
> 1- Conhecer os fatos educacionais desde a época do Brasil Colonial até as últimas grandes reformas;
> 2- Analisar esses mesmos fatos relacionando-os com seu contexto sócio-político-econômico e cultural;

> 3- Desenvolver o espírito crítico e a criatividade no conforto da problemática educacional com dados da realidade brasileira;
> 4- Preparar o estudo da Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus.
> Conteúdos:
> 1- Realismo e materialismo pedagógico.
> 2- Pedagogia do século XIX e pedagogia contemporânea.
> 3- Movimentos das Escolas Novas.
> 4- Raízes da Educação Brasileira.
> 5- Fase pombalina da Educação Colonial.
> 6- A Educação Brasileira nos períodos que vão desde a vinda de D. João VI até 1920.
> 7- Situação Educacional antes a após 30.
> 8- Diretrizes Educacionais do Estado Novo.
> 9- Lei de Diretrizes e Bases
> 10- Política Educacional dos últimos anos. (UDESC, [1963-2013]).

Ao final dos anos de 1990, o Plano de Ensino da disciplina História da Educação II, prevista para ser ministrada na 4ª fase do Curso, está organizado com os itens: Horário das aulas, Ementa, Objetivos, Conteúdos (distribuídos em Unidades Temáticas), Metodologia, Avaliação e Bibliografia. Na descrição abaixo percebemos uma ampliação no viés crítico das discussões histórico-educacionais e comparada à década de 1980:

> Ementa: A educação brasileira no período colonial e imperial. A educação no Brasil República, na Segunda República e na Nova República.
> Objetivos: - Identificar e caracterizar diferentes abordagens da história da educação brasileira.
> - Analisar criticamente as práticas educacionais, as instituições e os saberes pedagógicos nos diferentes contextos da história brasileira.
> - Aprofundar a compreensão da dinâmica educacional na sociedade brasileira contemporânea através de uma perspectiva histórica da educação.
> Conteúdo:
> I – A Educação no Período Colonial.
> II – A Educação no Período Imperial.
> III – A Educação na Primeira República.
> IV- A Educação no Período Vargas.
> V- A Educação no Período Populista.
> VI – A Educação na Ditadura Militar.
> VII – A Educação Brasileira Contemporânea. (UDESC, [1963-2013]).

Nesse período do fim da década de 1990 existia o discurso de culpabilidade do fracasso da escola pública aos estados e municípios que não conseguiam gerir os recursos adequadamente. Assim, o Governo Federal passa a elaborar documentos e metas para educação, influenciado por esses agentes internacionais/externos. Refletimos com Silva e Abreu (2008), que a realidade educacional no Brasil em 1990 apresentava altos índices de adultos analfabetos,

altas taxas de evasão e repetência, um Ensino Médio (2º Grau nesse período) que atendia 25% dos alunos para essa etapa em sua faixa etária.

> A reforma educacional tem uma de suas raízes fincada na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtein – Tailândia, em março de 1990, da qual resultou, no país, o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003). Essa Conferência, convocada pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial, contou com a presença de 155 países e traçou os rumos que deveria tomar a educação classificados como E-9 – os nove países com os piores indicadores educacionais do mundo, dentro os quais, ao lado do Brasil, figuravam Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. (SILVA; ABREU, 2008, p. 524).

As autoras reforçam que nesse período o Banco Mundial (BM) e a UNESCO produzem reformas educacionais para os países em desenvolvimento, e sugerem sistemas de avaliação, atrelados à reforma curricular que deveria atender as demandas de produtividade da economia. Tal postura deixa nítido que essas agências internacionais defendiam que a educação precisava oferecer os conhecimentos necessários para o sistema produtivo (SILVA; ABREU, 2008).

Um exemplo dessas ações são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

> [...] por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo, impositivo. (BRASIL, 1997, p. 13).

Apesar de na sua introdução constar um discurso de flexibilidade e diversidade curricular, pode-se considerar que esse tipo de documento e encaminhamento expressa a intenção de centralização curricular e homogeneização da educação pelo Governo Federal.

Ainda segundo as autoras citadas acima, entende-se que os PCNs foram criados para homogeneizar a educação e criar os sistemas de avaliação, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (SILVA; ABREU, 2008). Nesse sentido, a avaliação é tida como uma forma de controle, controle curricular dos conteúdos a serem ensinados e avaliados. É um tipo de avaliação centrada apenas nos resultados, na contramão dos estudos sobre avaliação, que dão ênfase ao processo de ensino e aprendizagem, e não apenas ao resultado final. Esses mecanismos são

formas de fazer a escola mudar para atender ao mundo do trabalho e as suas exigências.

Reflete-se que os resultados ruins dessas avaliações recaem sob os professores e escolas ou sob os alunos de baixa renda, pois isentam os profissionais que elaboraram a proposta. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP de 2002) se refere à pedagogia das competências, o que retira uma formação de cunho científico-acadêmico, para um enfoque somente da prática, com destaque para as metodologias de ensino na formação de professores, sendo o SAEB e o Enem uma forma de avaliar uma proposta de ensino pautada nas competências (BRASIL, 2002).

Ponderamos que as propostas de mudanças na formação de professores ou projetos de formação continuada, seguindo orientações dos organismos internacionais, muitas vezes não obtêm sucesso por não estarem adequadas à realidade social, cultural e educacional brasileira. Considera-se que uma formação de professores interligada à qualidade do ensino precisa estar atrelada à realidade educacional e às reais necessidades dos estudantes.

3.1 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA DISCIPLINA A PARTIR DE ALTERAÇÕES CURRICULARES

Entende-se que as reformulações curriculares têm o objetivo de atualizar o processo de formação de professores, com a alteração de disciplinas e de suas cargas horárias, o que pode contribuir para promover um movimento reflexivo do corpo docente e discente da instituição, para culminar em reais mudanças na formação desses futuros professores, na prática pedagógica desses e dos docentes em atuação no curso. Ou poderá empobrecer a formação de professores, por se encontrar, por exemplo, descolada da realidade vivenciada e almejada por docentes e estudantes.

Conforme já anunciado, na análise documental dos currículos do curso, por meio dos processos de alterações curriculares e resoluções da instituição FAED/UDESC, identificou-se que no período de 1963 a 2013 houve onze

alterações curriculares, dessas, três estarão em destaque na pesquisa por incidirem na disciplina História da Educação.

A primeira das três que serão abordadas nesse estudo inicia suas discussões conforme descrito na Ata da 2ª Reunião do Departamento de Metodologia da Faculdade de Educação da Fundação Educacional de Santa Catarina, realizada no dia 24 de abril do ano letivo de 1985, onde consta como um dos "Assuntos discutidos: 5 - Sugestões sobre a proposta de reformulação do currículo do curso de Pedagogia para serem apresentadas, por escrito, e encaminhadas à coordenação o do curso até o dia 04/05." (UDESC, 1985a, não paginado).

Em continuidade a essa proposta de alteração curricular, em 1985, com o encaminhamento do Processo 942/85, que trata da alteração curricular do curso de Pedagogia, e a decorrente Resolução 016/85 – Consepe –, que aprova a alteração do currículo do curso de Pedagogia da FAED/UDESC, tem-se uma importante reformulação curricular no Curso de Pedagogia (UDESC, 1985b; UDESC, 1985c).

A proposta apresentou no referido Processo 942/85 a organização do curso em oito semestres: Núcleo Comum – que contempla a 1ª e a 2ª fase –; Núcleo Educacional Geral – com a 3ª e a 6ª fase (em que as disciplinas História da Educação I e II passam a ser ministradas na 3ª e 4ª fase do curso) –; e Núcleo Profissionalizante – para a 7ª e a 8ª fase (com o oferecimento das habilitações, que eram: Magistério de 2º Grau, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional) (UDESC, 1985b).

Na análise do processo citado acima, está descrito que:

> *A* alteração do currículo do Curso de Pedagogia da FAED apresenta as seguintes características: - Ampliação do leque de habilitações do Curso (...) muitas estão contidas nas deliberações do PEE 1985-1988 e outras são solicitações necessárias aos órgãos encarregados de viabilizar a tarefa educativa; - A duração do curso de 3 para 4 anos oferecendo 4h/a dia, totalizando 20 créditos semanais de atividade; - Oferta de disciplinas optativas tornando o currículo mais flexível e próximo ao interesse dos alunos [...]. (UDESC, 1985b).

No parecer do referido processo, como relatora do Consepe, a Professora Míriam Schlickmann afirma que:

> Somos favoráveis à implantação deste currículo a partir de março de 1986, sugerindo a FAED que: - Ao final de 1986 proceda a avaliação dos 02 semestres que compõe o núcleo básico do currículo; Garanta uma boa articulação horizontal e vertical do currículo, através de

> estudos e encontros sistematizados entre professores e que a ênfase das ementas seja voltada à educação brasileira e principalmente catarinense; - Estabeleça critérios para uma programação de oferta das habilitações terminais deste curso; - Prepare, através de programação dos seus departamentos, a formação de docentes interessados em atuar nas novas habilitações propostas pela FAED. (UDESC, 1985b).

Referente a esse parecer, importante destacar as sugestões didático-pedagógicas de elaboração e avaliação do novo currículo entre os pares e não somente o cumprimento de determinações estaduais ou federais para alteração curricular.

Em anos subsequentes, no relato do histórico do curso em outros processos de reformulação curricular, dada a sua relevância, esse processo de 1985 é rememorado da seguinte forma:

> A reformulação curricular pela qual passou a Faculdade em 1985 esboça o início de uma reação contra o pensamento tecnicista e desenvolvimentista que vinha influindo sobre o formato do curso de Pedagogia, e a inclinação para uma visão mais crítica e mais abrangente do papel formador da Faculdade de Educação. (UDESC, 2011, p. 107).

Em relação à disciplina História da Educação, a disciplina era ministrada anteriormente nas 1ª e 2ª fases do curso, com carga horária total de 120h, tendo em seu rol de conteúdos, como já citado anteriormente, enfoques mais direcionados à história da educação no mundo.

A partir dessa alteração curricular proposta em 1985, a disciplina passou a ser ministrada na 3ª e 4ª fase do curso, com quatro créditos em cada fase, o que equivale ao mesmo número de aulas do currículo anterior. Percebemos que nessa proposta de currículo os objetivos da disciplina se aproximaram das discussões sobre a história da educação no Brasil, como já citado anteriormente, o que demonstrou um avanço nas discussões propostas nessa área do conhecimento para a formação de professores, já que trouxe o próprio país como foco de análise da história educacional.

Dando continuidade às atividades curriculares, em 1989, com a Resolução 008/89 – Consepe – 30/7/1989 e a Resolução 019/89 – Consuni – 11/12/1989, que autorizam a criação da habilitação Magistério das Séries Iniciais de 1° Grau do curso de Pedagogia, tal habilitação é implantada pela instituição (UDESC, 2020).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003), segundo Hermida (2012), o país insere-se no mundo globalizado, entram em

cena o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) para empréstimos e a redução da dívida externa, além de muita pressão para redução em gastos com políticas públicas e sociais. A educação é vista pelo viés da economia, as reformas educacionais propostas passam a seguir as exigências desses organismos internacionais.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 74) consideram que a globalização é entendida como "o processo de aceleração, integração e reestruturação capitalista [...] pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento da crise do capitalismo e de constituição de uma nova ordem mundial".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/96 –, que levou oito anos de discussão até sua aprovação –, teve um processo envolto de discussões, conflitos, consensos e também influências e pressões de organismos internacionais, já que esses estavam tão presentes na governamentabilidade do país. A LDB, em destaque em seu artigo 64, torna-se o documento fundamental para educação, com significativos avanços, pois abrange os diferentes níveis de ensino em diferentes aspectos, almejando a qualidade da educação (BRASIL, 1996).

Nessa direção, em 2002, é apresentado o Processo 687/02, referente à proposta de alteração curricular do curso de Pedagogia e a decorrente Resolução 021/2003 – Consepe –, que aprova a proposta de reformulação da matriz curricular e referenda a Portaria nº 584/2003, de 8 de agosto de 2003, baixada pelo Reitor da UDESC *ad referendum* dos Conselhos Superiores, que autorizou a implantação de tal reformulação a partir do 2º semestre de 2003 (UDESC, 2003a; UDESC, 2003b).

De acordo com dados do processo, foram utilizadas para sua elaboração:

> O documento síntese da 'Consulta ao Egresso', organizado pelo Grupo de Sistematização do Projeto Pedagógico (GSPP), em 1994, do documento/síntese da consulta ao aluno feita pelo Grupo de Reestruturação Curricular (GRC) em setembro de 1997 e 'Questionário de avaliação do curso' aplicado aos alunos que concluíram o Curso de Pedagogia no primeiro semestre de 2002. É interessante frisar que já existe um consenso no que se refere ao perfil do pedagogo desejado: 'deve ser um profissional com visão holística das Ciências Humanas e Sociais, devendo estar familiarizado com o desenvolvimento das teorias educacionais em seus múltiplos aspectos práticos e ser capaz de debater essas ideias com a comunidade científica e a sociedade em geral', além de estar capacitado para exercer atividades de pesquisa, sendo sua formação direcionada no sentido de atender às necessidades da sociedade. (LINS *apud* TEIVE, 1997, p.13).

Isso demonstra a existência de articulação entre os docentes do curso e os estudantes para a apresentação de uma reformulação curricular que atenda aos anseios de todos os envolvidos no processo educativo.

De acordo com a análise do processo citado acima, consta-se que:

> A proposta está de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior (2.800h – 200 dias letivos). E segundo as orientações da proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais aguardam aprovação no Conselho Nacional de Educação. A Lei 9394/96 – LDB, o Projeto do Sistema Estadual de Ensino e a Resolução 035/97 – Consepe. (UDESC, 1997, não paginado)

Trata-se de uma reformulação curricular que apresentou a organização do curso em Eixos Temáticos, de 1ª a 6ª fase, com a chamada Formação Comum, conforme segue:

> – Fundamentos da Educação, com o tema Epistemologia e Educação – 16 disciplinas.
> – Educação, Cultura e Sociedade, com o tema Políticas Públicas e Educação – 05 disciplinas.
> – Organização e Gestão da Escola e outros espaços educativos não formais, numa tentativa de interdisciplinaridade, para estreitar a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos, com o tema Teoria e Prática Pedagógica – 15 disciplinas. (UDESC, 2003b, não paginado).

As habilitações a serem escolhidas para cursar na 7ª e 8ª fase foram: Magistério das Séries Iniciais, com sete disciplinas; Supervisão Escolar, com cinco disciplinas; Orientação Educacional, com quatro disciplinas, e Administração Escolar, com quatro disciplinas.

Figura 10 – Grade curricular proposta organizada por fases, 2002

6.4 Grade curricular proposta organizada por fases

1ª fase	Psicologia da Educação I	História da Educação I	Sociologia da Educação I	Educação e Sexualidade	Filosofia da Educação I	Atividade ou Tópico Especial I
2ª fase	Psicologia da Educação II	História da Educação II	Sociologia da Educação II	Filosofia da Educação II	Antropologia da educação	Atividade ou Tópico Especial . II
3ª fase	Direito e Cidadania	História da Educação III	Pesquisa e prática pedagógica em Educação I	Biologia Educacional	Políticas públicas e educação I	Atividade ou Tópico Especial III
4ª fase	Pesquisa e prática pedag. II	Educação especial	Didática I	Alfabetização I	Políticas públicas e educação II	Atividade ou Tópico Especial IV
5ª fase	Filosofia da educação III	Sociologia da educação III	Currículo, conhecimento e cultura I	Organização e gestão da educação I	Psicologia da Educação III	Didática II
6ª fase	Teoria de aprendiza-gem I	Alfabetização II	Currículo, conhecimento e cultura II	Organização e gestão da educação II	Pesquisa e prática pedagógica III	Pesquisa e Prática Pedag. IV

HABILITAÇÃO EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

7ª fase	Fundamentos e princípios da Orientação Educacional I	Estágio Supervisionado de OE I
8ª fase	Fundamentos e princípios da Orientação Educacional II	Estágio Supervisionado de OE II

HABILITAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR

7ª fase	Fundamentos e princípios da Supervisão escolar I	Estágio Supervisionado de SE I
8ª fase	Fundamentos e princípios da Supervisão Escolar II	Estágio Supervisionado de SE II

HABILTAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

7ª fase	Fundamentos e princípios da Administração Escolar I	Estágio Supervisionadode AE I
8ª fase	Fundamentos e princípios da Administrador Escolar II	Estágio Supervisionado de AE II

[2] Somente poderão obter matrícula na 7ª fase, os alunos que integralizarem todos os créditos correspondentes as seis fases iniciais. Na Habilitação Magistério das Séries Iniciais, as 400 horas de Prática de Ensino como componente curricular estão contempladas desde a 3ª fase, com as disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica I, II e III (3ª, 4ª e 6ª fases) e nos conteúdos e metodologias específicas nas 7ª e 8ª fases.

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Nessa reformulação curricular, é apresentada a inclusão da disciplina História da Educação III, a ser ministrada na 3ª fase do curso e as disciplinas História da Educação I e II voltam a ser ministradas na 1ª e 2ª fase do curso. Cada uma com quatro créditos cada, o que equivale a 60 horas/aula.

Essa ampliação possivelmente se deve ao aumento da produtividade de professores efetivos na área nesse período, com um maior número de pesquisas articuladas à História da Educação, e também ao fato de que no cenário nacional observa-se uma significativa ampliação das produções, grupos de pesquisas e eventos nacionais e internacionais na área da História da Educação.

Referente às pesquisas em História da Educação, Monarcha (2007, p. 71) analisa que:

> [...] diferentes sujeitos alteraram os percursos da prática acadêmica, nos estudos históricos em educação (e na pesquisa educacional como um todo), e passaram a operar com determinadas filosofias da História, de modo a sustentar a prática historiográfica (por vezes, em detrimento da pesquisa documental sistemática), de sorte que diferentes sujeitos do discurso acadêmico articularam a análise retrospectiva à prospecção histórica, para, assim, poderem validar teórica e politicamente mudanças socialmente desejadas.

A partir das reflexões de Décio Gatti Júnior e Joaquim Pintassilgo (2007), considera-se que as pesquisas histórico-educacionais passaram, nas últimas três décadas, principalmente, a utilizar diferentes fontes de pesquisa, o que ampliou consideravelmente as temáticas abordadas na área.

Destaca o autor que as pesquisas na área da História da Educação contribuem para o ensino, trazendo novas e ampliadas discussões para a sala de aula da graduação e da pós-graduação, além da renovação das práticas pedagógicas. Porém, a utilização dessas publicações nos cursos de formação de professores é mais recente, intensificando-se a partir dos anos 2000 (GATTI, JÚNIOR; PINTASSILGO, 2007).

O corpo docente da FAED se mostrou sensibilizado para essa nova organização curricular, pois alguns professores se dedicaram a estudos e pesquisas mais direcionadas à história da educação, inclusive com participação em eventos da área e publicações de seus trabalhos. Além dos professores Norberto Dallabrida e Vera Lúcia Gaspar da Silva, podemos citar Maria Teresa Santos Cunha, Gisela Eggert Steindel e Gladys Mary Ghizoni Teive, inseridos, também, no Programa de Pós-Graduação em Educação da instituição e na Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação do PPGE/UDESC.

Nesse processo, destacamos, ainda, a fundação de importantes estâncias de produção e socialização de pesquisas em História da Educação: a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), em 1999 , o I Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), no ano 2000, o I Congresso Iberoamericano de História da Educação (CIHELA), em 1992, o I Congresso Lusobrasileiro de História da Educação, em 1998, e o Grupo de Trabalho (GT02) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) proposto em 1984, na 7ª Reunião Anual.

No tocante à nova organização curricular do curso de Pedagogia da UDESC, percebemos que a distribuição dos conteúdos em três disciplinas, nas três primeiras fases do curso, promoveu uma sistematização bastante completa das discussões propostas. Os conteúdos passaram a contemplar desde o Brasil Colônia até discussões mais atualizadas do século XX, com a associação de questões nos âmbitos do Brasil e do Estado de Santa Catarina. As ementas reproduzidas abaixo permitem visualizar a distribuição de conteúdos projetada:

> História da Educação I - História da Educação: objetos, abordagens e fontes. As práticas educativas medievais. Os colégios modernos, a pedagogia jesuítica, a educação cortesã, as escolas elementares de caridade. Colonização e educação na América Portuguesa (Brasil). A rede de colégios da Companhia de Jesus.
> História da Educação II - A educação na perspectiva iluminista. O despotismo esclarecido e a reforma pombalina em Portugal e na América Portuguesa. O surgimento dos sistemas escolares estatais nos países europeus e americanos e no Brasil e o dualismo escolar. A educação no período imperial brasileiro e catarinense.
> História da Educação III - A Educação Brasileira e Catarinense no período republicano e suas ligações com as experiências europeia e americana. As reformas educativas na Primeira República. A nacionalização da educação nas décadas de trinta e quarenta do século XX. Tendências e críticas educativas na segunda metade do século XX. (UDESC, 2004a, não paginado).

Seguindo o percurso desse curso, observa-se que a criação da habilitação em Magistério da Educação Infantil foi uma das exigências da LDB 9.394/96, da Lei Complementar nº 170/98 (SC), da Resolução 02 do Conselho Nacional de Educação – CP, de 2002, e da Resolução 035/97 do Consepe – UDESC.

Em se tratando do ensino da disciplina História da Educação, é a partir dos anos 2000 que se ampliam os horizontes da pesquisa na área e seus reflexos começam a ser sentidos no ensino, com a ampliação dos enfoques e principalmente com a proximidade das discussões realizadas em história da educação e a realidade vivenciada por cada um de nós, em nossas escolas, em nossas relações entre os pares e os saberes, conforme perceberemos nos Planos de Ensino da disciplina a partir do período a ser descrito agora.

A Resolução 004/2004 – Consuni, de 25 de março de 2004, a partir do Processo 685/02, aprova o Projeto de Criação da Habilitação Magistério da Educação Infantil no curso de Pedagogia da FAED/UDESC. Nesse período, a proposta de formação era a de pedagogo e docente, o currículo que passou a

vigorar em 2004 defendeu a formação de professores para as Séries Iniciais, Educação Infantil e, também, Gestão Escolar (SANTA CATARINA, 2004b). Conforme já indicado, no governo do estado de Santa Catarina, a gestão 1999-2002, de Esperidião Amim, teve como referencial a Proposta Curricular de Santa Catarina, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a implementação da gestão democrática das escolas públicas, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e a elevação dos níveis de aprendizagem.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, foi caracterizado como promotor de políticas sociais para as populações mais vulneráveis. Desenvolveu programas sociais e parcerias diretamente com as escolas, numa forma de gestão de políticas públicas iniciada no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, à qual deu continuidade, sem grandes reformas educacionais. Foram realizados muitos programas especiais para grupos específicos, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004 pela Lei nº 11.096/2005, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior (BRASIL, 2005a).

Em 14 de abril de 2004, com a Lei 10.861, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, Lei de Inovação Tecnológica, para incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica na universidade, além das parcerias público-privadas e do Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, que regulamentou a educação a distância no país (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b; BRASIL, 2005b).

Em 2006 foi criado o Fundo de Financiamento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), em 2007 foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o que foi considerado um avanço, juntamente com a regulamentação do piso salarial dos professores.

A Resolução 01 do CNE – 15 de maio de 2006– institui as Diretrizes Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura. Em 16 de julho de 2008, foi sancionada a Lei n° 11.738, que instituiu o piso salarial

profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (BRASIL, 2006; BRASIL, 2008).

A legislação representou um novo momento para o curso de Pedagogia, muitos foram os aspectos da formação de professores a serem redimensionados, principalmente na distribuição da carga horária do curso, estágios e atividades complementares.

Segundo os estudos de Cruz (2011), as comissões para estudo e elaboração dessas diretrizes iniciaram após a promulgação da LDB 9394/96, no ano de 1997. Porém, nem todas as indicações das comissões de professores foram levadas em conta na versão final das diretrizes. Os recorrentes debates sem consenso sobre a identidade do curso de Pedagogia e a formação de professores perduram por décadas e se reiniciam a cada nova proposta de reformulação curricular.

Segundo dados divulgados pela Secretaria de Estado da Educação, os anos entre 2012 e 2016 foram marcados por inúmeras conquistas educacionais por meio do Pacto pela Educação. Entre os marcos desse período estão: atualização da Proposta Curricular de SC; criação do Programa de Bolsas Universitárias (UNIEDU), programa de bolsas universitárias; novo Plano de Carreira do Magistério Público Estadual; lei do Plano Estadual de Educação sancionado pelo governador do estado; escolha dos diretores das escolas por meio do Plano de Gestão Escolar; e a construção de novas unidades escolares, com foco no Ensino Médio. A proposta do Governo do Estado foi de, além de novos profissionais e melhorias de infraestrutura nas escolas, aperfeiçoar o processo de gestão das unidades. (SANTA CATARINA, 2020).

Segundo Oliveira (2009, p. 200), pode-se verificar algumas divergências dentro dos governos de Lula, que na sua análise não tiveram uma estratégia educacional para o país, deram destaque para os sistemas de avaliação, em que se centralizaram as discussões sobre currículo único. Considera também que as políticas para ampliar o acesso foram medidas quantitativas e não qualitativas para melhoria da educação.

No governo da presidente Dilma Rousseff, em 2011, dá-se continuidade às políticas e programas sociais iniciados no governo anterior. O grande marco do governo na educação foi em 2011, com o Programa Nacional de Acesso ao

Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Também em 2011, com o Processo 6561/2009, que tem como assunto a reformulação curricular do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia, e a decorrente Resolução 055/2011– Consuni, de 28 de julho de 2011 que aprova a reformulação curricular do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia da FAED/UDESC (UDESC, 2009; UDESC, 2011).

Esse processo iniciou sua tramitação em 21 de setembro de 2009 e encerrou em 28 de julho de 2011, com a publicação da Resolução 055/2011 – Consuni, devido à complexidade da reforma curricular e suas inúmeras diligências para atendimento de todos os itens da Resolução CNE/CP #1, de 15 de maio de 2006. Desde a sua publicação em 2006, foram criadas comissões de professores para estudo do tema e apresentado o processo em 2009. Segundo dados da análise do processo citado no âmbito da FAED:

> Quanto às Diretrizes Curriculares do Curso, a Proposta refere-se a uma concepção alargada de docência, objetivando formar o Pedagogo Docente (...). Esta concepção põe a ação educativa como o fundamento, o princípio, o arcabouço da estrutura do curso. Compreendendo-se a docência, de fato, em um sentido mais amplo e complexo (...). Esta concepção da ação pedagógica, manifesta na Resolução CNE/CP #1, de 15 de maio de 2006, e compreendida na Proposta do Curso, amplia o alcance e as possibilidades de atuação do profissional licenciado em Pedagogia (...). (UDESC, 2009, p. 107-108).

Nessa nova proposta desaparecem as habilitações, e o licenciado em Pedagogia terá uma formação de caráter mais generalista para atuação na Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental e na Gestão Escolar. De acordo com a análise dos dados do processo, ele foi permeado de difíceis decisões do grupo de trabalho que se viu entre mudanças e permanências no currículo para atender às exigências do Conselho Nacional de Educação. A seguir é apresentada a nova matriz curricular proposta:

Figura 11 – Matriz curricular proposta, 2009

ANEXO ÚNICO À INSTRUÇÃO TÉCNICA DO PROCESSO DE REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

1. MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA

Fase	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		Pré-requisito	Depto	Área de Conhecimento
		Teórico	Prático	Total	Teórica	Prática			
1ª	Antropologia e Educação	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
	Pesquisa em Educação	3	1	4	01			DPED	Ciências Humanas
	História e Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
	Educação e Infância	3	1	4	01			DPED	Ciências Humanas
	Filosofia e Educação: conceitos fundamentais	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
	Produção Textual	3		3	01			DCH	Ciências Humanas
	Psicologia e Educação: relações históricas e epistemológicas	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
Total		25	2	27	07				

Fase	Disciplina	Créditos			Nº de Turmas		Pré-requisito	Depto	Área de Conheci-Mento
2		Teórico	Prático	Total	Teórica	Prática			
	Filosofia e Educação: correntes de pensamento	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
	Historia e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
	Libras - Língua Brasileira de Sinais	2		2	01			DCH	Ciências Humanas
	Sociologia e Educação: fundamentos do pensamento sociológico	4		4	01			DCH	Ciências Humanas
	Fundamentos da Didática	4		4	01			DPED	Ciências Humanas
	Midia e Educação	1	2	3	01			DPED	Ciências Humanas
	Políticas e Planejamento da Educação no Brasil	4		4	01			DPED	Ciências Humanas
Total		23	2	25	07				

Fonte: Arquivo do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O argumento que norteia a descrição e justificativas dessa proposta é o de ter a docência como eixo articulador de todos os conhecimentos e disciplinas. Além dos eixos: Educação, Cultura e Sociedade, e Teoria e Prática Pedagógica, foi incluído o terceiro eixo: Diversificação e Aprofundamento de Estudos.

Nesse currículo, propõe-se que na 1ª fase seja ministrada a disciplina História e Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República, e na 2ª fase a disciplina História e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira, passando a vigorar a partir do primeiro semestre de 2013.

Na proposta do Processo 6561/2009, o nome dado às disciplinas História da Educação I e História da Educação II nos faz pensar que seja uma forma de delimitação para as suas abordagens, num viés mais fortemente ligado ao país e ao Estado e consequentemente mais próximo da realidade vivenciada. Também com a busca da associação às recentes pesquisas em História da Educação que interligam o Brasil e países europeus. As suas ementas descrevem que:

> História e Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República - História da Educação: objetos, abordagens e fontes. O nascimento da escolarização moderna. Colonização e educação na América Portuguesa. As reformas pombalinas em Portugal e na América Portuguesa. O surgimento dos sistemas escolares estatais no mundo ocidental. A educação brasileira e catarinense durante o período imperial. A educação brasileira e catarinense durante a Primeira República e as suas ligações com as experiências educativas europeias e americanas.
> História e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira - O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o debate educacional. Estado Novo, nacionalização da educação. As leis orgânicas do ensino: os debates em torno das LDBEN. Movimentos Populares em Educação e a pedagogia freireana. A educação brasileira e catarinense sob a Ditadura Militar. O florescimento das pedagogias não-diretivas e seus desdobramentos.(UDESC, 2009, não paginado)

Nessa trajetória da disciplina História da Educação, desde a criação do curso de Pedagogia em 1963, até 2013, quando houve a implantação da última alteração curricular, percebe-se que ela permaneceu nas primeiras fases do curso (entre a 1ª e a 4ª fase), acompanhando as demais disciplinas da área de "Fundamentos da Educação", e manteve praticamente a mesma carga horária.

Quadro 9 - Disciplina História da Educação nos currículos do curso de Pedagogia da FAED (1963-2013):

Ano	Fase	Nomenclatura	Carga Horária
1963	2ª série	História da Educação	103 h/a
1971	1ª série	História da Educação I	60 h/a
		História da Educação II	60 h/a
1986	3ª fase	História da Educação I	60 h/a
	4ª fase	História da Educação II	60 h/a
2002	1ª fase	História da Educação I	60 h/a
	2ª fase	História da Educação II	60 h/a
	3ª fase	História da Educação III	60 h/a
2013	1ª fase	História e Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República	72 h/a
	2ª fase	História e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira	72 h/a

Fonte: Elaborado pela autora, 2019, com base nos Planos de Ensino da disciplina.

É uma área que apresentou o fortalecimento do seu ensino, com a ampliação dos seus referencias bibliográficos vindos da pesquisa, publicações em revistas especializadas e em eventos, conforme descrito nos planos de ensino, principalmente a partir de 2005, quando também houve um avanço da pós-graduação na instituição.

Abaixo apresenta-se um comparativo referente às principais referências bibliográficas utilizadas no período das três alterações curriculares abordadas neste estudo:

Quadro 10 - Comparativo das principais Referências Bibliográficas (Continua)

Ano de 1990 3ª fase - História da Educação I	**Ano de 2003** 3ª fase - História da Educação I	**Ano de 2013** 2ª fase - História e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira
EBY, Frederich. História da Educação Moderna. 2ª ed. Porto Alegre, Globo, 1976. HUBERT, René. História da Pedagogia. 3ª ed. São Paulo, 1976. LUZURIAGA, Lorenzo. História da Educação e da Pedagogia. 13ª ed. São Paulo, Nacional, 1981. MONROE, Paul. História da Educação. 14ª ed. São Paulo, Nacional, 1979.	**Básica:** ALVAREZ-URÍA, F. VARELA, J. Arqueologia de la escuela.Madrid: La Piqueta, 1991. ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. ARIÈS, P.; CHARTIER, R. História da vida privada, 3; Da renascença ao século das luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: Editora da UNESP, 2000. CHARLE, C. VERGER, Jacques. História das universidades. São Paulo: Editora da UNESP, 1996. DURKHEIM, E. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995. LOPES, E. M. T.; GALVÃO, A. M. de O. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MANACORDA, Mário Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1997. NEVES, L. F. B. O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: colonialismo e repressão	**Básica:** ARAÚJO, José Carlos Souza; BUENO DE FREITAS, Anamaria Gonçalves; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). As Escolas Normais no Brasil: do Império à República. Campinas/SP: Alínea Editora, 2008. MONARCHA, Carlos (Org.). Educação da infância brasileira: 1875-1983. Campinas/SP: Autores Associados, 2001. NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. NÓVOA, António (Org.). Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1991. SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de História da Educação Brasileira, v. 2). ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil (1930/1973) 26ª. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara. Histórias e memórias da educação no Brasil: século

	cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.	XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. v. III.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019, com base no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2010

Quadro 10 - Comparativo das principais Referências Bibliográficas (Conclusão)

Ano de 1990 3ª fase - História da Educação I	**Ano de 2003** 3ª fase - História da Educação I	**Ano de 2013** 2ª fase - História e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira
	PETITAT, A. Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. VIDAL, D. G.; HILSDORF, M.L. S. Tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da USP, 2001. **Complementar:** DALLABRIDA, Norberto. A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. FREITAS, Marcos Cézar de, KULMANN JUNIOR, Moysés. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.	**Complementar:** DAROS, Maria das Dores & DANIEL, Leziany Silveira (2008). O Curso Normal em Santa Catarina: O processo de construção de um projeto de formação de professores coadunado com os ideais de nacionalização e "cientifização" do ensino. In.: ARAÚJO, José Carlos Souza; BUENO DE FREITAS, Anamaria Gonçalves; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil:** do Império à República. Campinas/SP: Alínea Editora (pp. 249-262) GASPAR DA SILVA, Vera Lúcia & SCHUEROFF, Dilce (2010). Memória Docente: Histórias de professores catarinenses (1890-1950). Florianópolis/SC: UDESC Editora. MOREIRA, Carlos Otávio F. (2000). Anísio Teixeira: ciência e arte de educar. Revista de Pedagogia. Ano 1 – número 2, Ago/Dez.http://fe.unb.br/revistadepedagogia/ numeros/02/artigos/index.htm – acesso em 27 de julho de 2008.

Fonte: Elaborado pela autora, 2019, com base no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2010.

Referente ao ano de 1990 e às referências citadas, refletimos com Borges e Gatti Júnior (2013, p. 576), que se tratam de obras consagradas que contribuíram para a defesa do caráter científico da Pedagogia.

> Dentre a ampla produção de livros dedicados à formação de pedagogos e professores, (...), na perspectiva sociológica francesa, há a História da Pedagogia de René Hubert, editado em 1976; (...) a referência ao historicismo e vitalismo alemão, presentes na obra História da Educação e da Pedagogia, de Lorenzo Luzuriaga (1969), com forte influência do pensamento diltheano. A seleção dessas obras baseia-se no fato de elas se referirem claramente à pedagogia como ciência; de serem títulos (originais e, posteriormente, traduções) que

> tiveram expressiva circulação no país; de serem direcionadas a um mercado em franco desenvolvimento, formado por estudantes das Escolas Normais, dos cursos de Pedagogia e licenciaturas.

Em planos de ensino de décadas anteriores, desde a década de 1960 até 1990, podemos identificar a presença de autores clássicos, tais como o norte-americano Paul Monroe, pois sua obra foi publicada pela primeira vez em 1907 e a primeira tradução no Brasil data de 1939. Foi um livro com grande circulação nos cursos de formação de professores e contou com 19 edições entre os anos de 1939 e 1987. Identifica-se que a partir de 1980, aos poucos, vão sendo inseridas produções de autores brasileiros, como: “História da Educação no Brasil (1930-1973)”, de Otaíza de Oliveira Romanelli, publicada em 1978, e “Educação do Senso Comum e Consciência Filosófica”, em 1980.

A partir dos anos 2000, como descrito no quadro, permanecem alguns autores estrangeiros clássicos, como os italianos Franco Cambi e Mario Alighiero Manacorda, com as primeiras publicações das obras citadas nas décadas de 1980 e 1990.

Além deles, são inseridos autores brasileiros, com suas recentes publicações vindas de seus projetos de pesquisa, como Luciano Mendes Faria Filho, Marcos Cezar de Freitas, Moysés Kulmann Junior e o próprio docente da disciplina, Professor Norberto Dallabrida.

A partir de 2010, em destaque no quadro o ano de 2013, são mantidos os autores brasileiros clássicos, como, por exemplo, Otaíza de Oliveira Romanelli, associada ao processo de renovação das referências bibliográficas, que ocorre com a inserção de outros materiais didáticos, como os filmes produzidos para o ensino de História da Educação e publicações de autores catarinenses no formato de livros ou artigos publicados em revistas on-line específicas da área. Como exemplo, Maria das Dores Daros, docente da Universidade Federal de Santa Catarina, e a também docente da disciplina, Professora Vera Lúcia Gaspar da Silva.

Assim como a maior diversidade de temáticas a serem abordadas nas pesquisas na área da História da Educação, ampliou os horizontes para possibilidades de novas pesquisas.

Para visualizar as principais modificações desses três processos de alteração curricular, e ilustrar o que já foi comentado acima, apresenta-se a

seguir um quadro elaborado a partir dos planos de ensino, em que são destacadas as ementas das disciplinas:

Quadro 11 - Disciplina História da Educação entre os anos de 1990 e 2013 mediante as alterações curriculares que a envolveram (Continua)

Ano de 1990	Ano de 2005	Ano de 2013
Fase: 3ª **Disciplina:** História da Educação I **Ementa:** A educação entre os povos primitivos no mundo ocidental e sua evolução na Grécia e em Roma, através do Helenismo. O cristianismo medieval e moderno e seu determinismo educacional. O humanismo, o realismo e o naturalismo pedagógico como valoração do ato de educar para um mundo real. Pedagogos e pedagogistas destes períodos. **Carga Horária:** 04 créditos	**Fase:** 1ª **Disciplina:** História da Educação I **Ementa:** História da Educação: objetos, abordagens e fontes. As práticas educativas medievais. Os colégios modernos, a pedagogia jesuítica, a educação cortesã, as escolas elementares de caridade. Colonização e educação na América Portuguesa (Brasil). A rede de colégios da Companhia de Jesus. **Carga Horária:** 04 créditos	**Fase:** 1ª **Disciplina:** História e Educação: da constituição da escola moderna à Primeira República **Ementa:** História da Educação: objetos, abordagens e fontes. O nascimento da escolarização moderna. Colonização e educação na América Portuguesa. As reformas pombalinas em Portugal e na América Portuguesa. O surgimento dos sistemas escolares estatais no mundo ocidental. A educação brasileira e catarinense durante o período imperial. A educação brasileira e catarinense durante a Primeira República e as suas ligações com as experiências educativas europeias e americanas. **Carga Horária:** 04 créditos
Fase: 4ª **Disciplina:** História da Educação II **Ementa:** A educação brasileira no período heroico colonial e sua concepção humanística jesuítica. O cientificismo pombalino e seus reflexos na educação joanina e imperial. A educação burguesa e a primeira república. O movimento das escolas novas e o criticismo pedagógico. Os ideais de progresso e a pedagogia da profissionalização. As constituições e da educação. **Carga Horária:** 04 créditos	**Fase:** 2ª **Disciplina:** História da Educação II **Ementa:** A educação na perspectiva iluminista. O despotismo esclarecido e a reforma pombalina em Portugal e na América Portuguesa (Brasil). O surgimento dos sistemas escolares estatais nos países europeus e americanos e no Brasil e o dualismo escolar. A educação no período imperial brasileiro e catarinense. **Carga Horária:** 04 créditos	**Fase:** 2ª **Disciplina:** História e Educação: da Escola Nova à redemocratização da sociedade brasileira **Ementa:** O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o debate educacional. Estado Novo, nacionalização da educação. As leis orgânicas do ensino: os debates em torno das LDBEN. Movimentos Populares em Educação e a pedagogia freireana. A educação brasileira e catarinense sob a Ditadura Militar. O florescimento das pedagogias não-diretivas e seus desdobramentos. **Carga Horária:** 04 créditos

Fonte: Elaborado pela autora, 2019, com base no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2010.

Quadro 11 - Disciplina História da Educação entre os anos de 1990 e 2013 mediante as alterações curriculares que a envolveram (Conclusão)

Ano de 1990	Ano de 2005	Ano de 2013
	Fase: 3ª **Disciplina:** História da Educação III **Ementa:** A Educação Brasileira e Catarinense no período republicano e suas ligações com as experiências europeia e americana. As reformas educativas na Primeira República. A nacionalização da educação nas décadas de trinta e quarenta do século XX. Tendências e críticas educativas na segunda metade do século XX. **Carga Horária:** 04 créditos	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019, com base no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, 2010.

Esses documentos (Processos e Resoluções), localizados nos arquivos da FAED e da Secretaria dos Conselhos Superiores, constituem parte significativa da contextualização histórica do curso de Pedagogia. As alterações curriculares ocorreram com ampla discussão, estudos e tensões entre os envolvidos, conforme descrito nas análises dos processos, suas diligências e pareceres.

Na análise da documentação, percebeu-se que as disciplinas curriculares fiam-se ao momento histórico do país e do estado. As inúmeras reformulações curriculares caracterizam o desafio da formação de professores e a necessidade de avanços teóricos e metodológicos na área da educação – no curso de Pedagogia.

Segundo Saviani (2005, p. 49), a disciplina História e Filosofia da Educação foi instituída no currículo das Escolas Normais em 1946, pela Lei Orgânica do Ensino Normal. A partir daí até o presente, vivemos inúmeras reformulações curriculares no curso de Pedagogia e reformas nos cursos de licenciatura, sendo assim, não se pode ocultar a importância da disciplina

História da Educação, já que ela traz discussões fundamentais para a formação histórico-crítica dos professores. A História da Educação contribui para exercitar o nosso pensamento, nossas escolhas e tomadas de decisão no tempo presente da educação. Lopes e Galvão (2001, p. 48-49) consideram que:

> Poderíamos também pensar que se torna um verdadeiro dilema para os novos historiadores da educação selecionar aquilo que, diante da quantidade de estudos que vêm sendo produzidos, pode ser importante para o professor que está formando e que não será um historiador da educação. Esse dilema diz respeito não apenas aos livros didáticos mas ao próprio ensino de História da Educação em geral. Como pensar em um conhecimento que seja importante para a prática pedagógica do professor sem justificá-lo através da crença em uma suposta utilidade da História? Afinal, os novos historiadores em geral acreditam que, embora a História parta, necessariamente, das questões postas pelo presente a até auxilie em sua compreensão através da distância e do estranhamento que provoca em relação a ele, não pretende apontar soluções para os problemas contemporâneos nem projetar o futuro.

Assim, percebe-se a importância e o crescimento da área para análises das questões educacionais, tais como a formação de professores, formulação e renovação curricular dos cursos de Pedagogia e licenciaturas e a legislação educacional no período atual.

Nesse processo de reconhecimento da trajetória da disciplina sistematizamos alguns dados que podem servir de reflexão de como uma disciplina se constituiu a partir de orientações da legislação educacional, mas, também, com a atuação dos docentes e suas concepções sobre a área em que atuam. Para identificar os docentes responsáveis por ministrar a disciplina História da Educação no curso de Pedagogia da FAED no período pesquisado, foi elaborado o quadro que segue:

Quadro 12 - Docentes: Disciplina História da Educação (1966-2013) (Continua)

Nome	Formação Acadêmica[7]: Graduação	Situação Funcional	Período de Contratação	Planos de Ensino Localizados
1-Paulo Fernando de Araújo Lago	Geografia	Efetivo	01/03/1966 a 17/03/1992	1990-1
2- Nelson Luiz Teixeira Nunes	Direito	Substituto	01/03/1966 a 31/03/1968	Não localizado
3- Rogério Anelito Cancelier	Direito	Efetivo	01/03/1978 a 17/03/2000	1986-1 1990-2 1994-1
4- Nelly Ribeiro Fachini	Pedagogia	Substituta	01/05/1978 a 05/09/1986	1986/1

[7] Optou-se por registrar a área de formação na Graduação, tendo em vista ter sido esse um dos indicadores de credenciamento para ministrar a disciplina em boa parte do período contemplado na pesquisa.

Quadro 12 - Docentes: Disciplina História da Educação (1966 – 2013) (Continua)

Nome	Formação Acadêmica: Graduação	Situação Funcional	Período de Contratação	Planos de Ensino Localizados
5- Carlos Eduardo dos Reis	História	Substituto	01/03/1997 a 30/12/1998	1997/2
6 - Paulo de Nóbrega	História	Substituto	02-08-2004 a 30-01-2006	2004/2
7- Márcia Alves	História	Substituta	27-03-2000 a 30-12-2001	2000/1
8- Maria da Conceição Francisca Pires	História	Substituta	2000 - 2001	2001/2
9 - Norberto Dallabrida[8]	História e Pedagogia	Efetivo	25-03-1992 aos dias atuais	2001/1, 2002/1, 2003/1, 2003/2, 2004/1, 2005/2, 2006/1, 2006/2, 2008/1, 2008/2, 2009/1, 2009/2, 2010/2, 2012/1, 2012/2, 2013/1
10 - Tito Sena	Psicologia	Substituto Efetivo	26-03-2001 a 12-03-2009 e 13-03-2009 a 23-03-2015	2009/1
11 - Maria Teresa Santos Cunha	História	Efetiva (Depto de História)	05-04-1999 aos dias atuais	2004/1, 2005/2, 2006/1, 2010/1
12 - Francisco Canella	História	Efetivo	07-08-1997 aos dias atuais	1999/2, 2001/2, 2002/1, 2003/1, 2010/2, 2012/1, 2013/2
13 - Marilda Merência Rodrigues	História	Substituta	01/02/2007 a 19/02/2010	2007/2
14 - Eva Lúcia Gavron	História	Substituta	01/05/2002 a 30/07/2006	2004/1
15 - Vera Lúcia Gaspar da Silva	Pedagogia	Efetiva	16/08/1993 (aposentada em 23/07/2019)	2005/1, 2005/2, 2006/1, 2006/2, 2007/1, 2008/1, 2008/2, 2009/2, 2011/1,

[8] Atualmente lotado no Centro de Educação a Distância (CEAD) da Udesc.

Quadro 12 - Docentes: Disciplina História da Educação (1966 – 2013) (Conclusão)

Nome	Formação Acadêmica: Graduação	Situação Funcional	Período de Contratação	Planos de Ensino Localizados
				2011/2, 2012/2, 2013/1
16 - Daniela Pistorello	História	Substituta (Depto de História)	01/08/2001 a 30/07/2005	Não localizado
17 - Antero Maximiliano Dias dos Reis	História	Substituto (Depto de História)	22/02/2010 a 13/07/2018	2010/1, 2010/2, 2011/2, 2012/1, 2013/1
18 - Agripa Faria Alexandre	Direito	Substituto	01/08/2002 a 30/07/2006	2004/2
19 - Almir Antônio Souza	História	Substituto (Depto de História)	01/08/2001 a 30/07/2005	2003/2
20 – Tânia Regina da Rocha Unglaub	Pedagogia	Substituta Efetiva	27/08/2001 a 21/12/2012 e 14/10/2013 aos dias atuais (lotada no CEAD)	Não localizado
21 - Nucia Alexandra Silva de Oliveira	História	Substituta Efetiva (Depto de História)	26/02/2007 a 30/07/2010 e 13/07/2011 aos dias atuais	2007/1

Fonte: Fichas funcionais dos docentes - Arquivo da FAED - Dados sistematizados pela autora em fevereiro de 2020.

De acordo com os dados do quadro acima, podemos constatar que dos 21 docentes listados, 15 são substitutos e seis integram o quadro de professores efetivos da instituição, o que pode ter culminado em algumas fragilidades dessa área se comparada a outras nos momentos de discussão sobre as questões curriculares, por exemplo. Além disso, observa-se que no decorrer dos anos, muitas vezes, os responsáveis pelo ensino da disciplina História da Educação eram professores substitutos, a maioria deles com formação em História e não em Pedagogia, o curso em que a disciplina é lecionada.

Entre os anos de 1966 e 1999, localizamos poucos registros dos Planos de Ensino para podermos identificar com maior precisão os anos/semestres em que os docentes listados na tabela acima lecionaram a disciplina História da Educação. A partir dos anos 2000, com esses dados identificados, verificamos

que em 65 fases/semestre, a disciplina foi ministrada 48 vezes por professores efetivos e 17 por substitutos, o que indica que apesar do número reduzido de docentes efetivos, esses se concentravam nas disciplinas no ensino de graduação.

Em muitos semestres, a substituição de professores do corpo docente do Departamento de Pedagogia decorreu do afastamento dos titulares para capacitação (realização de doutorado ou pós-doutorado, por exemplo), sendo a disciplina ministrada por docentes substitutos que faziam parte do Departamento de História. Esse compartilhamento da disciplina entre os dois departamentos pode ter resultado em diferentes enfoques e abordagens; por vezes um viés mais acentuado na área de história do que na de educação por exemplo. Observou-se, também, com base nos Planos de Ensino, que quando a responsabilidade foi atribuída as docentes com formação em Direito e em outras áreas do conhecimento, particularmente nos primeiros anos do curso, a abordagem teve caráter geral da história da educação, num enfoque ligado aos grandes pensadores. Alerta-se que este dado precisa ser compreendido com uma variável de tempo – era recorrente esse tipo de abordagem no período em que foi identificada –, associada à formação acadêmica.

Aliado ao compartilhamento da disciplina entre os departamentos de Pedagogia e História, destacamos a não realização de concursos públicos e processos seletivos para a área de História da Educação como um dos pontos de tensão e estrangulamento da área. Essas substituições são legítimas, realizadas por docentes credenciados para lecionar a disciplina. Porém, a grande frequência com que ocorre pode levar a administração geral da universidade a considerar que a área não necessita da contratação de docentes com formação específica e via concurso público, o que certamente traria avanços para o ensino de graduação, devido à sistematização e continuidade do fazer pedagógico.

Percebemos que a universidade distribui de forma bastante burocrática a carga horária dos docentes. Muitos precisam cumprir demandas administrativas e burocráticas, que acabam por ocupar um espaço significativo na carga horária de trabalho. A Resolução 029/2009 – Consuni, que “Estabelece normas para a ocupação docente na UDESC” tem sido alvo de inúmeras discussões nos

conselhos universitários e sofreu as suas últimas alterações em 2018, com a Resolução 07/2018. Sob suas orientações os professores efetivos e substitutos alocam suas 40 horas de trabalho semanais, com a delimitação do número mínimo e máximo de horas destinadas as atividades didático-pedagógicas e administrativas, o que muitas vezes provoca descontentamento, pois são realizadas inúmeras atividades para além das 40h alocadas semanalmente, dentre elas as orientações de estudantes da graduação e da pós-graduação.

Os professores Norberto Dallabrida e Vera Gaspar da Silva, contratados via concurso público nos anos de 1992 e 1993, respectivamente, assumiram a disciplina História da Educação a partir dos anos 2000 e seguiram o crescimento da área no ensino e na pesquisa. Lecionaram a disciplina durante mais de uma década na graduação, e acompanharam as principais alterações curriculares do curso de Pedagogia e da disciplina analisada.

Os docentes acima citados participaram da criação do Programa de Pós-Graduação em Educação, que teve a aprovação do Curso de Mestrado em 2008 e de Doutorado em 2012. Um programa atualmente avaliado com nota 5 pela Capes. Ambos integram a Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação e coordenam grupos de pesquisa.

Considerando as aposentadorias em curso ou próximas, faz-se necessário a ampliação do quadro de docentes da área via concurso público, para que se possam ser atendidas as demandas tanto da graduação quanto da pós-graduação. No caso da graduação, por exemplo, observa-se que não têm sido oferecidas bolsas de iniciação científica na área, o que impacta na formação de pesquisadores, no ingresso de discente na pós-graduação e na produção científica dos grupos de pesquisa. No tocante à pós-graduação, houve redução de estudantes selecionados para linha de pesquisa, devido à redução da carga horária de orientação dos docentes em função do atendimento das demandas de ensino.

A solicitação de abertura de vagas via concurso público ocorre via pedido do Departamento do curso interessado, tendo como base legal, a Resolução 023/2009 – Consepe. A análise desse pedido via legislação utiliza critérios majoritariamente burocráticos, que na maioria das vezes não condiz à realidade vivenciada pelo curso, as características do grupo de professores e a

distribuição das disciplinas conforme a área de formação específica. Percebemos a falta de um olhar diferenciado para cada curso e as justificativas apresentadas para a solicitação de vagas via concurso público para além das orientações da resolução.

Ao olhar a educação brasileira e catarinense por meio da História da Educação, tem-se que ela se constitui e se modifica com as pessoas, com os lugares que elas ocupam como produtoras da história. Ao se tratar de História da Educação, é preciso refletir sobre os movimentos, os silêncios e os vazios da história para poder avaliar e interpretar os fatos e as questões educacionais.

A pesquisa realizada com o recorte de um período de 50 anos permite a análise de um maior número de fontes e contextualizações, o que possibilita um melhor entendimento do processo de constituição de uma disciplina. Conhecer a constituição, a organização e as finalidades de uma disciplina é refletir o que, como e para quem ensina, aspectos essenciais do pensar educativo em diferentes períodos.

As disciplinas mudam quando as finalidades do ensino mudam. E essas mudam devido às necessidades e interesses sociais, políticos, culturais, também mutáveis. Ocorreram transformações nos diferentes períodos históricos, a educação, o currículo, as disciplinas, os conteúdos, o ensino, o professor e o estudante fizeram parte desse movimento.

CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO E SUAS PERSPECTIVAS

O movimento de pesquisar, suas idas e vindas, leituras, escritas e reflexões, promoveram novas aprendizagens. Principalmente no que se refere à análise das fontes e dados históricos, que não são únicos e podem ter interpretações variadas de acordo com as experiências e anseios do pesquisador.

Diante de novas legislações educacionais, que culminam em alterações curriculares, os cursos de Pedagogia iniciam discussões entre seus pares. Um processo complexo, que envolve conflitos e consensos, para que se atendam aos direcionamentos indicados, sem perder de vista a crítica e a reflexão perante essas novas orientações. Uma ação que exige comprometimento e estudo por parte dos seus envolvidos, como nos lembram Scheibe e Bazzo (2014, p. 22-23):

> A possibilidade de aperfeiçoamento curricular dos cursos de licenciatura requer, portanto, estratégias de maior articulação entre as faculdades de educação e os diversos departamentos ou unidades da organização universitária que participam da formação de professores.

Percebemos que as alterações curriculares ocorrem principalmente para o curso se adequar às determinações da legislação educacional, e nesse processo, consequentemente, ocorrem modificações na organização das disciplinas no currículo e na disposição delas, especialmente nos aspectos da fase em que são lecionadas, na carga horária e nos conteúdos programáticos.

Refletimos com Warde (2011) que pouco se fala sobre o ensino, as mudanças no ensino, na sala de aula, a partir dos novos trabalhos/pesquisas na área da História da Educação. Assim como as mudanças no perfil dos professores que lecionam a disciplina. Faz-se necessário que docentes e estudantes escrevam e socializem suas experiências em sala de aula para que se promovam reflexões que associem teoria e prática em História da Educação.

Na sequência, a partir da análise dos Planos de Ensino dos docentes do período analisado, percebemos que o ensino da disciplina História da Educação nas últimas duas décadas (dos anos 2000 em diante) tem apresentado maior diversidade de temas de estudo, quebrando uma linha de trabalho que anteriormente mostrava um rol de conteúdos mais homogêneo e associado à História do Brasil e das ideias pedagógicas, que perdurou por alguns anos.

Constatamos que os conteúdos e as referências bibliográficas apresentadas pela disciplina História da Educação da década de 1960 aos anos 2000 possuíam um perfil mais histórico-filosófico da educação e a partir dos anos 2000 em diante ganharam destaque os aspectos relacionados à formação do professor-pesquisador, com maior ênfase à diversidade de temas de pesquisa na área da história da educação.

Considera-se que nos dias atuais, devido aos muitos desafios da formação de professores e da tarefa de educar, torna-se essencial associar estes dois perfis (histórico-filosófico e pesquisa) na constituição da disciplina História da Educação, pois, assim, haverá a possibilidade de refletir sobre o passado, analisar o presente e pensar o futuro nos diferentes âmbitos da educação. Além disso, consideramos que a disciplina concorre, na formação, para desnaturalizar certas atitudes, ações em educação, que muitas vezes escapam a um olhar mais crítico. Os conteúdos da disciplina também se traduzem em ferramentas para minimizar pré-julgamentos do passado tendo como base unicamente percepções do que se tem no presente. A disciplina incita ao reconhecimento desse passado, da importância de seus feitos, e à reflexão de como esse passado infere no nosso presente. É conhecendo o passado e sua sabedoria que nos visualizamos um mapa mais completo do conhecimento, imprescindível para traçar novos rumos na educação. Para Nóvoa (1999, p. 13), a História da Educação:

> [...] fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional. Possuir um conhecimento histórico não implica ter uma ação mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva.

Acreditamos que a História da Educação é um importante componente curricular, que promove um melhor entendimento dos contextos históricos sociais e políticos que estão atrelados à educação e às teorias que a fundamentam nos diferentes períodos históricos. Uma disciplina que integra os chamados “Fundamentos da Educação”, que compõe juntamente com a Sociologia e a Filosofia as bases iniciais da formação de professores, deve assim, realizar parcerias didático-pedagógicas com outras disciplinas do currículo, no decorrer da formação.

Lopes e Galvão (2001) nos fazem refletir que muito do que já foi em educação permanece, e essa percepção só é possível quando se conhece a

história, em especial, a história da educação. Ela nos ajuda a olhar a realidade educacional com atenção, calma, pois as situações demoram a mudar e não são as mesmas em todos os lugares e períodos.

Acreditamos que a diversidade de estudos realizados na área da História da Educação pode contribuir no ensino da disciplina, no curso de formação de professores, nesse espaço de reflexão crítica sobre as questões educacionais. Reiteramos que:

> A história da Educação amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas de possibilidades pedagógicas, o que permite um alargamento do repertório dos educadores e lhes fornece uma visão da extrema diversidade das instituições escolares no passado. Para, além disso, revelar que a educação não é um destino, mas uma construção social, o que renova o sentido da ação quotidiana de cada educador. (NÓVOA, 1999, p. 13).

Rememorar a trajetória de um curso, de seus currículos, de uma disciplina, com a contextualização histórica (política, social e educacional) nos faz compreender melhor o currículo dos dias atuais, e, assim, poder projetar melhor os próximos.

A partir dessas reflexões é possível também contextualizar a educação e os fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que influenciam suas demandas e ações. A História da Educação possui fontes e temas de pesquisa inesgotáveis para que continuemos a refletir sobre educação e seus múltiplos olhares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Letícia Carneiro. **O curso de pedagogia em Santa Catarina**: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960. 2006. 262 f. Tese (Doutorado em educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88321. Acesso em: 17 abr. 2020.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs). **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à República. Campinas: Alínea Editora, 2008.

BASTOS, Maria Helena Câmara. O que é a História da Educação no Brasil hoje? Tempos de reflexão. **Espacio, Tiempo y Educación**, v. 3, n. 1, p. 43-59, jan./jul., 2016. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/8477. Acesso em: 04 de março de 2020.

BORGES, Bruno Gonçalves; GATTI JÚNIOR, Décio. O lugar da Pedagogia no mundo científico e o papel das disciplinas de base. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 573-592, set./dez. 2013. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/20826. Acesso em: 28 mar. 2020.

BORGES, Bruno Gonçalves. **A disciplina História da Educação na Universidade Federal de Uberlândia/MG (1960-2000)**. 2013. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CATANI, Denice Barbara; BUENO, Belmira A. O.; SOUSA, Cynthia P. de. O amor dos começos: por uma história das relações com a escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo , n. 111, p. 151-171, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2020.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro , n. 19, p. 113-128, abr. 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, p. 177-229, 1990.

CRUZ, Giseli Barreto da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: História e Formação com Pedagogos Primordiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DAROS, Maria das Dores. DANIEL, Leziany Silveira. SILVA, Ana Cláudia da (Org). **Fontes Históricas**: contribuições para o estudo da formação de professores catarinenses (1883-1946). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005a.

DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Ana Cláudia da. Carga horária e programas das disciplinas ministradas nos cursos de formação de professores em Santa Catarina (1935-1944). *In*: DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Ana Cláudia da. **Fontes históricas**: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005b. p. 39-76.

DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira. O curso normal em Santa Catarina: o processo de construção de um projeto de formação de professores coadunado com as ideias de nacionalização e cientifização do ensino**.** *In*: ARAUJO, José Carlos (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Editora da UNICAMP/Alínea, 2008. p. 249-262.

DAROS, Maria das Dores. **Plano Estadual de Educação**: Concretização das orientações políticas da educação. 1984. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 1984.

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação**: a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: NUP, 1999. (Teses Nup).

DAROS, Maria dos Dores. Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações sobre sua história. *In*: DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira, SILVA, Ana Cláudia da; (org.). **Fontes históricas**: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. p. 11-22.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000). **Revista História da Educação**, v. 12, n. 26, p. 219-246, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29219. Acesso em: 13 jun. 2020.

GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim. (Org). **Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa, **Anais eletrônicos [...]**, João Pessoa: UFPB, 2012. P. 1437-1455. Disponível em:

histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2019.

JULIÁ, Dominique. La construcción de las disciplinas escolares en Europa. *In*: RUIZ BERRIO, Julio (ed.). **La cultura escolar en Europa**: tendencias históricas emergentes. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000. p. 45-78.

LIBÂNEO; José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação).

LIMA, Geraldo Gonçalves de. **A disciplina história da educação na formação de normalistas do Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Minas Gerais (1947-1971).** 2013. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13642. Acesso em: 13 jun. 2020.

LINS, Zenilda. **Faculdade de Educação**: Projeto e Realidade. Florianópolis: UDESC, 1999.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. História da educação ou educação pela história? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 1, p. 8-12, 1985.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo e formação de professores de História: uma alegoria. **Educação em revista**, Belo Horizonte , n. 45, p. 145-158, jun., 2007 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 mar. 2020.

MELO, Marilândes Mól Ribeiro de; DAROS, Maria das Dores. Educação, desenvolvimento e planejamento no ideário do intelectual catarinense Sílvio Coelho dos Santos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 53, p. 01-03, out., 2013 Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/issue/view/685 - Acesso em: 25 abr. 2020.

MICHALOVICZ, Cátia Corrêa. CFE e as Habilitações no Curso de Pedagogia: a divisão do trabalho na escola. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 12. 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]** Curitiba: PUCPR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17457_8994.pdf.– Acesso em: 24 ago. 2019.

MONARCHA, Carlos. História da Educação (Brasileira) Formação do Campo, Tendências e Vertentes Investigativas. **Revista História da Educação**, v. 11, n. 21, p. 51-77, jan/abr, 2007. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1EMMVQq939XVpiaZ4FOWVCu0w3nIWo-4wNwR-6dBpD60/edit. Acesso em: 26 ago. 2019.

NAGLE, Jorge. Trajetórias da pesquisa em História da Educação no Brasil. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL". 4. 1997, Campinas. **Anais eletrônicos [...]** Campinas: UNICAMP, 1997. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos/mesa04.rtf. Acesso em: 20 maio 2019.

NÓVOA, António. Apresentação. *In*: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 11-15.

NUERNBERG, Pedro Ivo Burato, RABELO, Giani. III Plano estadual de educação de Santa Catarina (1985-1988). *In*: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS. 5. 2016, Criciúma. **Anais eletrônicos [...]**. Criciúma: UNESC, 2016. Disponível em: http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/3022/2791. Acesso em: 23 abr. 2020.

NUNES, Clarice. História da Educação: interrogando a prática do ensino e da pesquisa. *In*: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al. (Org). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 38-57.

NUNES, Clarice. Fragmentos de um conhecimento vivido: aprendendo e ensinando História da Educação. *In*: MONARCHA, Carlos. **História da Educação Brasileira**: formação do campo. Ijuí: Unijuí, 2005. (Coleção fronteiras da educação).

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 2, p. 197-209, maio/ago. 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491. Acesso em: 18 set. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História & ...Reflexões).

QUADROS, Claudemir de. Aspectos da trajetória da disciplina História da Educação no curso de Pedagogia do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria: temas clássicos e ordem cronológica**. Revista História da Educação**, v.10, n.19, p. 213-228, jan./jun. 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29413. Acesso em: 13 jun. 2020.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo – Uma reflexão sobre a prática**. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da educação. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org). **História da Educação em Perspectiva ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 07-31.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **A Escola Normal Catharinense de 1892**: profissão e ornamento. 1999. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. O papel das Faculdades de Educação no desenvolvimento do conhecimento educacional e na formação dos profissionais para o magistério. *In*: TEIVE, Gladys Mary Ghizoni, SCHEIBE, Leda, KOCH, Zenir Maria. (Org). **FAED/UDESC**: 50 anos de educação (1963-2013). Florianópolis: UDESC, 2014. p. 17-26.

SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores. (orgs). **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

SILVA, Mônica Ribeiro da; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura. Reformas para quê? As políticas educacionais nos anos de 1990, o "novo projeto de formação" e os resultados das avaliações nacionais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 523-550. jul./dez., 2008. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2008v26n2p523. Acesso em: 29 maio 2020.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX.** Petrópolis: Vozes, 2005.

TAMBARA, Elomar Antônio Callegado. História da Educação no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas. **Revista História da Educação**, v.10, n.19, p.301-308, jan./jun. 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29421. Acesso em: 13 jun. 2020.

TANURI, Leonor Maria. **História da educação brasileira**: formação do campo. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005.

TEIVE, Gladys Mary Guizoni. **Modernização econômica e formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

TEIVE, Gladys Mary Guizoni. **Uma vez normalista sempre normalista**: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico. Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Guizoni. Formando bacharéis e licenciados: uma reflexão sobre o primeiro currículo do curso de Pedagogia. *In*: TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; SCHEIBE, Leda; KOCH, Zenir Maria. (Org). **FAED/UDESC**: 50 anos de educação (1963-2013). Florianópolis: UDESC, 2014. p. 27-39.

VALLE, Ione Ribeiro. **Burocratização da Educação**: um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Editora UFSC, 1996.

VALLE, Ione Ribeiro. **A era da profissionalização**: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003. Disponível em:https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16520.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

VIEIRA, Karin Sewald. **No compasso do moderno**: o Curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina (anos de 1960). 2014. 173 f. Dissertação: (Mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: http://tede.udesc.br/bitstream/tede/2463/1/114851.pdfhttp://tede.udesc.br/bitstream/tede/2463/1/114851.pdf. Acesso em: 19 mar. 2020.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (org). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011. p. 95-134.

WARDE, Mirian Jorge. Brincando nos campos do senhor: anotações para uma história da formação dos professores e do ensino da História da Educação no Brasil. *In*: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. GATTI JÚNIOR, Décio (Org). **O ensino de História da Educação**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 305-335.

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados, 2004.

FONTES CONSULTADAS

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Da responsabilidade dos Minsitros e Secretarios de Estado e dos Conselheiros de Estado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. **Parecer n. 280, de 9 de outubro de 1964**. Responde consulta do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina sobre criação de uma Faculdade de Educação como órgão integrante do Instituto Estadual de Educação.
BRASIL. Conselho Federal de Educação. Currículo de Pedagogia Parecer n. 252/69. *In*: **Revista Documenta**. n. 100, p.101-139, abr., 1969.

BRASIL. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 maio 2020.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em 29 maio 2020.

BRASIL. **Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005a Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2005b. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10894542/artigo-1-do-decreto-n-5622-de-19-de-dezembro-de-2005. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em13 jun. 2020.
BRASIL. **Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 6º do Ato das Disposições Constitucionais Provisórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **CI n. 21/65**, de 18 de fevereiro de 1965. Florianópolis, Arquivo da FAED, 1965.

SANTA CATARINA. FAED. **Grade Curricular do Curso de Pedagogia – 1964 – 1967**. 01 de outubro de 1981. Florianópolis, Arquivo da FAED, 1981.

SANTA CATARINA. FAED. **Planos de Ensino** – Década de 60 aos anos de 2013. Florianópolis, Arquivo da FAED, 2013.

SANTA CATARINA, Decreto n. 1204 de 19 de fevereiro de 1919. **Collecção de leis e decretos**. Florianópolis: Officinas Imprensa Official, 1919.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 713, de 05 janeiro de 1935**. Trata de normas que regem os Institutos destinados á formação de professorado, para aplicação dos novos métodos de ensino. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133656. Acesso em: 14 jun. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto-Lei n 306, de 2 de março de 1939**. Reorganiza os Institutos de Educação do Estado. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133321. Acesso em: 29 maio 2020.

SANTA CATARINA. **Lei n. 2.975, de 18 de dezembro de 1961**. Dispõe sobre Educação e Cultura. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/2975_1961_Lei.html. Acesso em: 29 maio de 2020.

SANTA CATARINA. **Lei n. 3030, de 15 de maio de 1962**. Dispõe sobre o conselho estadual de educação. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-3030-1962-santa-catarina-dispoe-sobre-o-conselho-estadual-de-educacao. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTA CATARINA. Decreto n. 563, de 14 de agosto de 1963**.** Decreta o regulamento provisório da Faculdade de Educação, órgão integrante do Instituto

Estadual de Educação. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**, n. 7357, de 19 de agosto de 1963a. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/200303. Acesso em: 13 jun. 2020.

SANTA CATARINA. **3ª Mensagem Anual apresentada à Assembleia Legislativa do Estado**, **de 15 de abril de 1963**, pelo Governador Celso Ramos. Florianópolis, 1963b.

SANTA CATARINA. **Lei 3.191, de 08 de maio de 1963**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. 1963c. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/200308. Acesso em: 29 maio 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto n. 3.354, de 10 de novembro de 1965**. Aprova o estatuto da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: UDESC, 1965.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação 1969-1980**. Florianópolis: Arquivo do CEE/SC, 1969.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação**. Plano Estadual de Educação 1980 - 1983**. Florianópolis: IOESC, 1980.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. **Plano Estadual de Educação 1985 - 1988**. Florianópolis: IOESC, 1984.

SANTA CATARINA. **Lei n. 8.092, de 1 de outubro de 1990**. Transforma a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, em Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.secon.udesc.br/leis/lei_8092-1990.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

SANTA CATARINA. **Secretaria do Estado da Educação**. Disponível em: http://www.sed.sc.gov.br/index.php. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Arquivo da FAED. **Planos de Ensino do Curso de Pedagogia**. Florianópolis: UDESC, [1963-2013]. Documento interno

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSUNI. **Resolução n. 02, de 27 de março de 1971**. Florianópolis: UDESC, 1971.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. FAED. **Ata da reunião do Departamento de Metodologia da FAED**, em 24 de abril de 1985. Florianópolis: UDESC, 1985a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Processo n. 942**, de 27 de dezembro de 1985. Florianópolis: UDESC, 1985b.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Resolução n. 016**, de 27 de dezembro de 1985. Florianópolis: UDESC, 1985c.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Resolução n. 035**, de 27 de agosto de 1997. Florianópolis: UDESC. 1997. Disponível em: http://www.secon.udesc.br/consepe/resol/1997/035-97-cpe.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Processo 687/02**, de 18 de dezembro de 2003. Florianópolis: Udesc, 2003a.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Resolução n. 021**, de 18 de dezembro de 2003. Florianópolis: Udesc, 2003b. Disponível em: http://www.secon.udesc.br/consepe/resol/2003/021-2003-cpe.pdf. Acesso 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. FAED. **Matriz curricular e ementários das disciplinas**. Florianópolis: UDESC, 2004a. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/3109/CURSO_DE_PEDAGOGIA__FAED__15319452857537_3109.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSUNI. **Resolução n. 004, de 25 de março de 2004**. Florianópolis: UDESC, 2004b. Disponível em: http://secon.udesc.br/consuni/resol/2004/004-2004-cni.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. FAED. **Processo 6561/09, de 15 de setembro de 2009**. Florianópolis: UDESC, 2009. Disponível em: http://secon.udesc.br/documentos/processos/gislene/Proc-6561-2009.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Resolução n. 023**, de 21 de setembro de 2009. Florianópolis: Udesc, 2009a. Disponível em: http://www.secon.udesc.br/consepe/resol/2009/023-2009-cpe.pdf. Acesso 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSUNI. **Resolução n. 029**, de 09 de julho de 2009. Florianópolis: Udesc, 2009a. Disponível em: http://www.secon.udesc.br/consuni/resol/2009/029-2009-cni.pdf. Acesso 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSUNI. **Resolução n. 07**, de 22 de março de 2018. Florianópolis: Udesc, 2009b. Disponível em: http://secon.udesc.br/consuni/resol/2018/007-2018-cni.pdf. Acesso 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. FAED. **Projeto político-pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia**. Florianópolis: UDESC, 2010. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/175/ppp___pedagogia_2011_15683056888236_175.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Resolução n. 055, de 28 de julho de 2011**. Florianópolis: UDESC, 2011. Disponível em: http://www.secon.udesc.br/consuni/resol/2011/055-2011-cni.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONSEPE. **Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE**. Disponível em: https://www.udesc.br/conselho/consepe/resolucoes. Acesso em: 13 jun. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Processo de renovação de reconhecimento de curso: licenciatura em pedagogia**. Florianópolis: UDESC, 2012. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/196/parte_iii___contextualizacao_do_curso_de_pedagogia_15683064575775_196.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Processo para Avaliação de Reconhecimento Curso de Bacharelado em Artes Visuais**. Florianópolis: UDESC, 2016. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/2562/Parte_1_bacharelado_15010963290047_2562.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.